

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ICH revista
4

Natal

v. 1 e 2

n. 4

jun-jul.

1973

1973



ICH Revista. v.1-

n.1

ago. 1971-

Natal Imprensa Universitária 1971-

v.

20 cm.

Ao alto do título: Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Instituto de Ciências Humanas.

1. Ciências sociais — Periódicos. I. Título.

301(05)

RnN-UFscb/3-71

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ICH revista

Diretor: Prof. João Batista Ferreira da Silva

Conselho de Redação: Profs.: Hélio Dantas

Tarcísio da Natividade Medeiros

Secretário: Prof. Arnóbio Pinto Fernandes

Chefe de Redação: Prof. Geraldo Batista de Araújo

ICH R.	Natal	v. 1 e 2	n. 4	jun-jul.	1973
--------	-------	----------	------	----------	------

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

SUMÁRIO



Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Instituto de Ciências Humanas	7-8
A sociedade patriarcal — Nilo Pereira	9-19
Michelangelo pintor — Deoclécio Redig de Campos	21-37
Visão teológica da História — Itamar de Souza	39-52
Heitor Villa-Lobos — Veríssimo de Mélo	53-63
Recursos Minerais do Polígono das Secas — Octávio Santiago	65-78
Luís da Câmara Cascudo, o homem — Alberto P. Medeiros	79-92
Economia do Brasil republicano — Maria Zélia Pinheiro de Medeiros	93-99
A Independência do Brasil — Ítala B. Silveira	101-119
Aspectos do Chile — Manuel Revorêdo	121-126
Educação, consumo ou investimento? — Beto- vem Alves de Azevedo	127-132
Aspectos populacionais de Igapó — Grupo de alunos, turma de 1972	133-139
Bert Hinkler e o Atlântico sul — Tarcísio Me- deiros	141-147

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. João Batista Ferreira da Silva

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Prof. Hélio Dantas

Subchefe: Prof. Tarcísio da N. Medeiros

DISCIPLINAS E PROFESSORES

Introdução aos Estudos Históricos	João Wilson Mendes Melo Cláudio Augusto Pinto Galvão (substituto)
Pré-História	Alberto Pinheiro de Medeiros
História Antiga	Mariza Pinheiro de Moura
História Medieval	Cláudio Augusto Pinto Galvão
História Moderna	Tarcísio da Natividade Medeiros
Introdução à Hist. Contemporânea	Geraldo Batista de Araújo
História Contemporânea	Geraldo Batista de Araújo
História do Brasil I	Hélio Dantas
História do Brasil II	Maria Zélia P. de Medeiros
História do Rio Grande do Norte	João Batista Ferreira da Silva
Teoria da História	João Batista Ferreira da Silva
História da América I e II	Alberto Pinheiro de Medeiros
História da Arte	Cláudio Augusto Pinto Galvão
Hist. Econ. e Social do Brasil	Artur Marinho de Medeiros
História das Idéias Políticas	Sebastião Fernandes Gurgel Filho

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Chefe: Prof^a. Dalva de Oliveira

Subchefe: Prof. José Alfran Galvão

DISCIPLINAS E PROFESSORES

Geomorfologia e Climatologia	Dalva de Oliveira
Geografia Humana	Dagmar Barbalho Azevedo
Geografia Regional	Arnóbio Pinto Fernandes
Introdução ao Estudo da Geografia	Arnóbio Pinto Fernandes
Biogeografia	José Alfran Galvão
Cartografia	Nadelson José Freire
Hidrografia	Nadelson José Freire
Geografia Econômica	Eider Toscano de Moura
Geografia do Brasil	Maria Lêda Lins Guimarães
Fundamentos de Petrografia e Mi- neralogia	Octávio Santiago
Geologia Geral	Octávio Santiago

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Renira Motta de Lucena

Subchefe: Elizabeth Mafra Cabral Nasser

DISCIPLINAS E PROFESSORES

Sociologia I e II	Jardelino de Lucena Filho
Psicologia	Abigail de Andrade Souza
Psicologia	Pe. Agnelo Dantas Barreto
Sociologia da Educação	Angela Maria Guerra Fonseca
Ciência Política I e II	Cláudio José Freire Emerenciano
Ciência Política I e II	Domingos Gomes de Lima
Antropologia Cultural I e II	Elizabeth Mafra Cabral Nasser
Ciência Política I e II	Ivoncísio Meira de Medeiros
Sociologia I e II	Pe. Itamar de Souza
Teoria Sociológica I e II	Pe. Itamar de Souza
Métodos e Técnicas de Pesquisas Social	Jacira Galvão Gondim Safieh
Organização e Mudança Social ...	Jacira Galvão Gondim Safieh
Sociologia da Educação	José Oscar Pereira Silva
Sociologia do Desenvolvimento ...	José Oscar Pereira Silva
Psicologia Social	Lourdes Bezerra Varela
Sociologia I e II	Marco Antonio Cavalcanti da Rocha
Psicologia	Maria Dilma Ferreira Siqueira
Sociologia I e II	Ney Lopes de Souza
Ciência Política I e II	Paulo Lopo Saraiva
Psicologia	Raimunda Medeiros
Psicologia Social	Raimunda Medeiros
Sociologia I e II	Renira Motta de Lucena
Psicologia	Sonia Maria Fernandes Ferreira
Psicologia da Educação	Sonia Maria Fernandes Ferreira
Sociologia I e II	Tarcísio Alves da Costa
Psicologia	Zeneide Ferreira Alves

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS

Chefe: Prof. Pe. Heitor de Araújo Sales

Subchefe: Prof. Pe. Francisco de Assis Pereira

DISCIPLINAS E PROFESSORES

Filosofia	Pe. Heitor de Araújo Sales
Metodologia	Pe. Francisco de Assis Pereira
Metodologia	Antônio Xavier de França
Metodologia	José Eduardo de Almeida Moura
Filosofia da Ciência	Hermano Machado Ferreira Lima

A Sociedade Patriarcal

Nilo Pereira

A sociedade patriarcal nordestina se baseia em três aspectos: — o econômico, o social e o político. Constitui, assim, uma economia, uma sociedade e uma política como estilos de vida. O centro dessa sociedade era o senhor-de-engenho, que enfeixava nas suas mãos o poder econômico, a aglutinação social e familiar e o poder político, que era, aliás, para ele o supremo poder, porque dele derivava tudo o mais: — o prestígio da sua figura e da sua riqueza, a força com que se impunha perante a comunidade e, em decorrência disso, o apoio do Governo para as suas iniciativas e para o aumento do seu “complexo” de mandonismo no plano em que se movia não apenas a sua autoridade, mas o próprio sistema que representava.

O açúcar não era apenas um produto básico da economia escravagista e latifundiária: — era um fundamento — um estamento, como se costuma dizer agora — sobre o qual se erguia

a sociedade patriarcal, que girava em torno do tripé estudado por Gilberto Freyre: o engenho, a capela e a senzala. Viajantes estrangeiros que, vindos ao Nordeste — principalmente ao Recôncavo baiano ou a Pernambuco — não fossem aos engenhos, não teriam uma visão completa da nossa vida e mesmo da nossa cultura, entendida esta expressão como um modo de vida tradicional e fundamental para o progresso social como consequência dum sistema que girava em torno do engenho de açúcar, como se nele se concentrasse a própria civilização que se ia construindo como valorização sociológica do binômio senhor-escravo.

A idéia tão largamente difundida durante o Império — principalmente no Segundo Reinado — de que a economia brasileira dependia em linha reta da escravidão era uma conotação inarredável da economia açucareira, tão altamente representativa duma aristocracia ou burguesia canavieira, que fornecera ao Império: político, bacharéis, barões, homens que não valiam apenas por uma tradição rural, mas pelo que havia nessa tradição de mais típico como uma estrutura político-social, ligada a uma seminobreza que se coadunava tão bem com os padrões imperiais da época.

No ciclo do couro ou do vaqueiro já o “status” não era o mesmo. O chefe, nesse tipo de

sociedade, como salientam Luís da Câmara Cascudo e Manuel Rodrigues de Melo, que tão de perto estudaram o assunto, era um vaqueiro, que se distinguisse por isso que chamamos qualidades de liderança. Mas não tinha prestígio político nem economia estável capazes de se impor como esteio da sociedade patriarcal nem como apoio eleitoral, outro aspecto que dava ao senhor-de-engenho quase um poder majestático emanado da autoridade do partido, principalmente se esse partido estava de cima: então o senhor-de-engenho encarnava de certo modo a figura do próprio Imperador; e se aliava à condição de senhor-de-engenho à de barão, essa autoridade semi-imperial ainda mais se acentuava.

No famoso "Discurso em Mangas de Camisa", Tobias Barreto assinalou que a força política no Interior, isto é, na sociedade patriarcal, se media pelo número de engenhos e de escravos: o que, com efeito, era bem significativo da base econômica do poder político e eleitoral de chefes indiscutíveis, muitos deles "coronéis" de força esmagadora, apoiados pela polícia, que, não raras vezes, esteve às suas ordens para lhes garantir a paz feudal ou a vitória certa nos pleitos eleitorais.

A crítica de Tobias Barreto — uma crítica liberal que, possivelmente, lhe valeria depois uma cadeira na Assembléia Legislativa Provincial de Per-

nambuco, não deixa de ser um testemunho valioso, embora restrito — diga-se de passagem — à cidade de Escada, onde vivia e onde fundou um jornal em alemão. Dizia o fundador da chamada Escola do Recife: "Não exagero, senhores, — é a verdade. O povo brasileiro, ou mui restritamente o povo da Escada, é tido na conta de uma cousa apropriável, se já não apropriada. Quereis uma prova entre muitas? Eu vô-la dou; reparai bem. O ano passado, quando se tratava da qualificação dos votantes desta paróquia, nessa época de baixeza e picardia, que hoje, porém, já não me espanta, porque depois disso tenho aqui mesmo testemunhado mais negras misérias, haveis de estar lembrados que os dous partidos em contenda, para mostrar qual deles tinha por si a maioria, levaram à imprensa, com uma ingenuidade infantil, somente a apreciação do **número dos engenhos**!... — "Há mais engenhos do lado dos liberais", — diziam estes. — "Nem tanto, como alegam" — diziam os conservadores, e acrescentavam: — "Se os liberais têm alguns engenhos demais, os dos conservadores, em compensação, são mais extensos, mais povoados, mais ricos"... — Eis aí.

"Quereis melhor? Se isto não era uma questão de **fábrica**, isto é, de maior número de bois, cavalos e escravos, inclusive os cidadãos votantes, já sei que as palavras perderam o seu sentido ou eu perdi o uso da razão. É

pois evidente que, pela própria confissão das partes, está criada na Escada uma **açucarocracia**, a qual se julga com direito à posse de todos aqueles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamarem sua, e dentro desse domínio manejarem sem piedade o **bastão da prepotência**".

O que Tobias Barreto chamava a "açucarocracia" não era mais do que o sistema patriarcal dominante que, no caso, ele levava à execução do processo eleitoral da época e que era, como ficou já assinalado, a projeção da economia básica sobre o predomínio político e também social. Na verdade, não era apenas a um sistema que Tobias visava, mas ao próprio senhor-de-engenho, que dominava sempre mais, à medida que a sua posse fosse maior, mais extensa e mais rica.

Nem é para duvidar que assim acontecesse numa economia cujo fundamento estava na escravatura: fundamento que de resto, não sustentava apenas uma determinada região, mas o País todo; e a tal ponto que a abolição da escravidão significaria para muitos a queda econômica e financeira do Império. Está claro que ninguém pretendia isso. Ninguém queria a abolição para precipitar a queda do trono. O erro estava em não se fazerem as reformas sociais para preparar o terreno da libertação dos negros. Nesse sentido avulta

mais ainda a pregação de Joaquim Nabuco, que não pretendia apenas a abolição em si mesma, mas as reformas sociais e agrárias. Foi um reformador social, que se alteia no panorama político e cultural do seu tempo como uma figura ímpar, não somente vendo, mas prevendo; e procurando prevenir antes de ter de remediar, sobretudo quando a propaganda republicana, de tão intensa e voraz, já houvesse minado o terreno para a sua vitória.

O centro de tudo era, de fato, o senhor-de-engenho, e não apenas por possuir a sua escravaria, mas terras e domínios, além do prestígio do seu próprio "status". Antonil, na sua obra famosa **CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL POR SUAS DROGAS E MINAS**, edição facsimilar do Museu do Açúcar, começa logo dizendo: — "Ser senhor de engenho é título, a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido, e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal, e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de Engenho, quanto proporcionalmente se estimam os Títulos entre os Fidalgos do Reino".

E porque assim fosse, era o próprio Antonil — que também estudava a sociedade agrária sob o ponto de vista ético-religioso — quem aconselhava o senhor de engenho a nada ter de ativo, nem de arrogante, nem de so-

berbo; antes olhando para os seus lavradores como para seus verdadeiros amigos. Esta era uma lição que talvez não tenha ficado só em palavras. O estudo do relacionamento entre o senhor e o escravo, no Nordeste agrário e canavieiro, parece que ainda não está feito, de modo definitivo, sob o ponto de vista psico-social. O próprio sistema patriarcal, em si mesmo, merece ser revisto e reexaminado, no Nordeste, sendo talvez mais doce na escravidão do açúcar do que negro na escravidão do café: o que se pode dizer sem intenção de qualquer trocadilho.

É certo que não se contam muitos exemplos a respeito dessa doçura, da qual Massangana — mais matriarcal do que patriarcal com a madrinha de Nabuco, D. Ana Rosa Falcão de Carvalho — é uma das lições mais eloqüentes do relacionamento de que se falou acima. A expressão deprimente e ameaçadora, lembrada pelo mestre Costa Porto em artigo no DIÁRIO DE PERNAMBUCO de 18 de outubro de 1972 — “Mando-te para o café, negro safado” — não era mais do que intimidação. E referindo-se à escravidão, quanto ao já apontado relacionamento, escreve Costa Porto no aludido artigo: — “Na sua prática, talvez nem tudo fosse o inferno que ainda hoje imaginamos”. O barão de Mipibu, no Rio Grande do Norte, depois de ameaças aos escravos, perante a família reunida no pátio do engenho,

costumava dizer à mulher: “Pede por ele”... — E o castigo não se consumava.

Mas, afinal a escravidão, como disse Nabuco, era a escravidão. Bastava isso para que fosse a mancha contra a qual lutaram tantos idealistas, que sabiam quanto o trabalho livre era mais rendoso que o escravo. E quanto a natureza humana foi feita para a liberdade criadora.

Sob o ponto de vista do relacionamento humano, a sociedade patriarcal lembra logo a escravidão, porque esta era, com efeito, o fundamento da economia, isto é, da vida dos engenhos e das fazendas de café. Mas não basta isso para oferecer toda a dimensão da sociedade patriarcal, ainda que, dando-lhe como fundamento o braço servil, se tenha com isso assinalado a sua razão de ser no plano da economia açucareira e cafeeira.

A relação senhor-escravo — uma relação também sociológica — é muito importante sob o ponto de vista econômico, porque se o senhor de engenho — com ares às vezes de barão feudal — podia dispor de tanto prestígio social e político, isso se devia, em grande parte, ao seu poderio econômico. A economia funcionava em termos explícitos como base de tudo, na vida patriarcal. “Daí — escreve Manuel Diegues Júnior, no **Brasil Açucareiro**, agosto de 1972 — a influência que esta exerceu,

entrando pelas cidades e vilas, dando a estas, no seu rudimentar, insuficiente ou mesmo inexistente sentido urbano, um caráter nitidamente rural; tornou-se a economia açucareira, e simbolicamente o engenho, o centro de toda a influência na vida brasileira, tudo dele irradiando-se ou a ela subordinando-se: irradiação do engenho, subordinação ao açúcar”.

Não seria o caso de estudar que espécie de engenho criou e fortaleceu a sociedade patriarcal, porque antes dos engenhos a vapor ela existia com um fausto, uma grandeza, uma influência, um ar de riqueza europeizante que foi objeto, em Pernambuco e no Recôncavo baiano, de amplas e fortes descrições — de cronistas estrangeiros ou de jesuítas missionários: — todos louvando e exaltando a maneira lisboeta como se vestiam as sinhás, as sedas carmezins que serviam de adorno, os quitutes e iguarias — um esplendor rural que deixou vestígios até mesmo em modos de ser de figuras já não digo imperiais dos últimos tempos da Monarquia, mas até mesmo em alguns remanescentes desse sistema que viveram os primeiros tempos da chamada Primeira República. Uma dessas figuras, dentre muitas, a de Estácio Coimbra, senhor de engenho que chegou às mais altas posições políticas sem nunca esquecer as suas origens e vivências rurais: o que tanto tem sido ressaltado no transcurso do seu

centenário de nascimento, em 22 de outubro de 1972.

A economia do açúcar projetava-se na vida administrativa e política; e dos engenhos saíam muitos dos bacharéis que tanto fizeram pelo ordenamento jurídico-social do Brasil, sem que o fato de serem bacharéis os arrastasse fatalmente ao **bacharelismo** tão condenado pela sua forma verbal, ou verbalista, de exprimir ou de não exprimir a nossa realidade, preferindo ao realismo e ao objetivismo dos problemas as divagações literárias ou os experimentos jurídicos sem vinculação com as nossas vivências específicas.

Afinal, nenhum mal causou a sociedade patriarcal ao Nordeste, desde que resultava numa contingência histórica. Nem devemos julgar o senhor-de-engenho como um tirano nos três planos em que se situa o presente trabalho: o econômico, o social e o político.

Sempre se disse que o Brasil é um País essencialmente agrícola. Isto vem em linha reta da Carta de Pero Vaz de Caminha, quando o escrivão da armada, arvorado em cronista e quase historiador, falando das maravilhas da terra, afirma que “em se plantando, dá”. Ora, se a cana-de-açúcar logo surgia, com Duarte Coelho, em Olinda, como fundamento não apenas numa colonização que se iniciava, mas como início duma nova civilização, era natural que a prolifera-

ração dos engenhos significasse riqueza e desenvolvimento.

Refere o Padre Serafim Leite, na sua monumental HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS, Lisboa, 1938, vol. I, que no Colégio dos Jesuítas de Olinda — Colégio que, por sua importância, seria chamado Real Colégio de Olinda — que nesse educandário, que se transformaria, em 1800, no Seminário de Olinda, fundado por Azeredo Coutinho, o problema da venda dos engenhos a crédito por preço majorado chegava a ser um problema de consciência. A solução, diga-se de passagem, foi favorável, conforme o manuscrito existente em Évora, citado pelo mencionado historiador. O problema crescia de intensidade, pois o visitador Cristóvão de Gouveia, citado pelo Padre Serafim Leite, na mesma obra, diz que, em 1584, havia sessenta e seis engenhos, com cerca de 15 a 20.000 escravos da Guiné, sem nenhuma assistência. Sirva isso de argumento — diga-se de passagem — para mostrar que os padres da Companhia não descuravam da sorte dos negros escravos, ao contrário do que se tem dito, procurando-se demonstrar, falsamente, que a Igreja, no Brasil, compactuou com a escravidão.

No mesmo número do **Brasil Açucareiro**, há pouco mencionado, publica Gilberto Freyre notável estudo intitulado "Duas presenças simultâneas no mundo moderno: a do açúcar e a do

Brasil". Estudo sociológico da maior amplitude e interpretação do açúcar como fator de apoio da vida brasileira em geral e da nordestina em particular.

Relativamente à sociedade patriarcal, lembra Gilberto Freyre como essa sociedade, não sendo apenas um sistema econômico, social e político, tinha uma especial significação familiar e arquitetônica. A casa-grande refletia geralmente uma ecologia como se devesse estar colocada na moldura tropical em que figurava. Um ou outro senhor de engenho talvez gostasse de dar às suas casas-grandes um certo ar europeu, de modo que não escapasse à arte de construir — como não escapava à mesa nem à moda — a influência de Lisboa ou de outras metrópoles estrangeiras, sempre que isso fosse sinal de bom gosto ou de requinte, mas sem prejuízo da ecologia tropical e do modo de ser da vida patriarcal. Pois se essas casas-grandes podiam ter o seu luxo, os seus jacarandás, os seus vinháticos, os seus pratos brazonados, não lhes faltava a tropicalíssima rede nem o cafuné que as mucamas davam em sinhôs e sinhás, e ao qual deu Roger Bastide como lembra Gilberto Freyre no aludido ensaio — interpretação erótica; e ofereceu a Jorge de Lima, no despertar do Modernismo, motivo para o famoso poema "Esta Negra Fulô", que só por si, bastaria para consagrar sob forma literária a vida nas casas-grandes. Vida que envolve um mundo

todo: o senhor, a sinhá, as mucamas, os escravos, os cambiteiros, a casa de purgar, a casa de farinha, a capela, a senzala, o carro de bois, o feitor, o provador do mel, o menino de engenho, a bagaceira.

No Prefácio ao seu livro **NORDESTE**, escreve Gilberto Freyre: “Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio — mas principalmente a monocultura — aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas”.

É a terra doce do massapê, atraindo o homem, como se ela quisesse ser pela força da História o berço duma civilização. Por sinal que, sendo doce a terra, também adocicava os homens ou, pelo menos, tornava-se menos ásperos, menos agressivos em suas formas de convivência sobre seu sistema rígido de hierar-

quia, o senhor de escravos tenha, por vezes, se eriçado em durezas que não são brasileiras: era tudo isso, de resto, um regime organizado, estandardizado, que ora se mostrava mais flexível, ora mais tenso. Para Nabuco, por exemplo, a escravidão já não era a mesma que para Castro Alves: este, o poeta do tráfico negreiro, enquanto o nosso Joaquim Nabuco recebeu em Masangana a lição de humanidade como que maternal da sua madrinha D. Ana Rosa Falcão de Carvalho, para quem o preto Elias podia ser pagem do pequeno príncipe, que era Nabuco, mais tarde abolicionista e reformador social.

Diz ainda Gilberto Freyre, no citado livro: “Este Nordeste da terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de cobertura de capim-açu. O Nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar — de que não se sabe o nome — e talvez da primeira casa de pedra-e-cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana; do Palmares de Zumbi — uma república inteira de mucambos. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco”.

Tudo isso era, numa palavra, uma civilização e não apenas

uma economia canavieira, que que vinha dar ao Brasil uma configuração especial.

É ainda Gilberto Freyre quem afirma, em NORDESTE: "A civilização do açúcar do Nordeste criou nesta região brasileira juntamente com o tipo de casa nobre, característica dos engenhos, o seu tipo de aristocrata, o seu tipo de escravo, o seu sistema regional de relações entre senhores e escravos".

Ouso acrescentar: essa civilização criou também o seu tipo de herói. Note-se que a luta contra os holandeses — sem esquecermos que desencadeada em nome da "divina liberdade" — foi chamada a guerra do açúcar. Veja-se que a nobreza de Olinda, em 1710, era tão consciente do seu papel histórico que se rebelou até o ponto de proclamar uma república à semelhança da de Veneza. E note-se ainda que a revolução de 1817, desejando pôr fim à escravidão, não desdenhava — antes solicitava — a cooperação dos senhores de engenho.

Seja-me permitida uma recordação pessoal: os últimos vestígios da sociedade patriarcal que conheci — menino de engenho que sou — foram na velha casa-grande do Guaporé, no vale do Ceará-Mirim. Ali, o meu avô paterno, Vicente Inácio Pereira, o segundo norte-rio-grandense formado em Medicina, genro do Barão do Ceará-Mirim, Francisco

Varella do Nascimento, fundou, por assim dizer, uma civilização canavieira com grande influência na vida política do tempo: — ele próprio deputado e Presidente da Província.

Quando conheci essa velha casa, de estilo afrancesado, como salienta Gilberto Osório de Andrade no seu magnífico estudo sobre o vale do Ceará-Mirim, ela começava a declinar; mas só depois compreendi que a sua lenta agonia era não apenas dela, mas da sociedade que representava. Ainda cheguei a tempo de ver tudo quanto havia constituído, na segunda metade do século XIX, a grandeza duma casa que tinha algo de aristocrática; onde Vicente Inácio Pereira, do Partido Liberal, traçara rumos políticos e discutira o preço do açúcar; onde, em 1883, estivera o Bispo de Olinda, D. José Pereira da Silva Barros, sucessor de D. Vital; onde os móveis, os lustres, as escarradeiras de porcelana, as caleças (ainda conhecia do Barão do Ceará-Mirim, forrada de seda branca), tudo falava duma sociedade já morta, mas que havia sido uma das bases, uma das estruturas do Brasil-Império; e onde — faço questão de salientar — a escravidão era doce e humana, tanto que nenhum escravo alforriado deixou a casa-grande. Hoje, essa velha casa-grande é, no vale, a solidão digna e nobre duma época, que tinha de ser aquela mesma e que, vista à distância, há de merecer censuras e rene-

gações. O melhor será pesquisá-la, porque ela traz consigo — no que resta — uma significação histórica toda especial e que nem sempre é a dureza do senhor nas suas relações com a senzala e com a bagaceira.

Nada mais existe, senão essas lembranças, ou as coisas que são hoje peças de Museu, dessa sociedade que marcou o fim do Império e um pouco os começos da primeira República. Mas quem nasceu em engenho, pode sentir, hoje ainda, que ali estava uma parte da sociedade brasileira, particularmente nordestina, onde se formou, mesmo com os erros e defeitos do patriarcalismo, uma consciência da Nacionalidade. Não era possível identificar-se com o Nordeste agrário sem ser senhor de engenho, como se depreende do livro de Henry Koster — **Travels in Brazil** — magnificamente traduzido e anotado por Luís da Câmara Cascudo: ele próprio tão ajustado ao nosso meio que o chamavam Henrique Costa, ou simplesmente “seu” Costa...

Guardo as derradeiras impressões da sociedade patriarcal, que ain-

da conheci também em figuras da aristocracia rura da zona da mata, tão representativas dum tempo que elas encarnaram mesmo na República: uma prova de que, quando acaba um regime, não acaba uma tradição. A sociedade patriarcal nordestina merece ser investigada sob todos os seus aspectos, não se devendo esquecer que os testemunhos sentimentais, as Memórias, como as de Júlio Bello, intituladas “Memórias de um Senhor de Engenho”, são subsídio valioso para se aquilatar duma fase de vida em que a única maneira de servir à Nação era aquela, mesmo quando isso implicasse na servidão humana. Mas quem nasceu em engenho sobretudo em engenho que não conhecia mais nem vestígios da escravidão — nasceu marcado pela beleza dos canaviais, pelo doce embalo do folclore açucareiro e, no meu caso, pela singularidade dum rio — o Rio da Água Azul — único na sua maneira de ser azul e de conservar, com os seus olheiros, a exuberância das canas, no vale prometido, que vejo de longe como um poema do exílio.

Michelangelo Pintor

Deoclécio Redig de Campos

Dept°. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

Com o presente estudo sob o título "Michelangelo Pintor", a ICH revista inicia a publicação de uma série de trabalhos escritos pelo professor Deoclécio Redig de Campos, o brasileiro que, para nossa honra, ocupa hoje o cargo de Diretor Geral dos Monumentos, Museus e Galerias Pontifícias e Diretor do Laboratório dos Museus Vaticanos para a Restauração de Obras de Arte.

Possuidor de extenso curriculum vitae, de que se pode deduzir uma intensa atividade intelectual, o professor Deoclécio Redig de Campos é responsável por grande número de artigos especializados no campo da História da Arte, além de autor de numerosos livros, cuja relação nominal apresentaremos em seguida (abaixo).

Além das atividades normais aos cargos que ocupa, exerce ainda as funções de "Membro da Comissão Permanente para a Tutela dos Monumentos Históricos

e Artísticos da Santa Sé"; membro do "Comité Internacional de História de Arte"; sócio efetivo da "Pontifícia Academia Romana de Arqueologia"; sócio efetivo da "Pontifícia Insigne Academia dos Virtuoso do Pantheon"; sócio correspondente do "Instituto de Estudos Romanos", do "Instituto da Universidade de Coimbra", do "Instituto Arqueológico Germânico", da "Academia de Belas Artes de Lisboa", da "Sociedade Romana de História Pátria", e da "Academia de Letras Inácio de Azevedo" do Paraná.

Ao apresentarmos o professor Deoclécio Redig de Campos aos leitores da ICH revista — especialmente aos estudantes de História da nossa Universidade Federal do RN — cremos estar, além de divulgando o trabalho de um brasileiro que, à direção do maior complexo de museus do mundo, honra sobremaneira o seu povo e país de origem. cremos também estar apresentando aos jovens estudantes brasileiros, um exemplo dos mais edificantes do quanto pode realizar a erudição e a especialização, numa área considerada pouco fértil, como é a da História.

A despeito de seus inúmeros afazeres, o nosso patrício, paraense de Belém, diretor dos Museus do Vaticano, uma das maiores autoridades mundiais em História da Arte, mantém-se acessível aos que o visitam. Procuramo-lo, na austeridade dos edifi-

cios do Vaticano, e encontramos um homem simples, de gestos extremamente polidos. Naquela manhã de abril de 1972, quando gentilmente nos ofertou os trabalhos que vamos publicar, onze mil visitantes estiveram nos Museus do Vaticano! Comunicou-nos o Sr. Diretor, estar saindo de uma reunião onde se discutiam medidas de segurança para os Museus, no caso de um atentado. Parecia estar prevendo o que lamentavelmente aconteceria um mês depois, quando um louco atentou contra a Pietá, de Michelangelo, na entrada da Basílica de São Pedro.

Isso apenas para se equilibrar o peso da responsabilidade de uma passoa que tem sob sua custódia, os maiores tesouros da Arte mundial.

A imprensa internacional tem se ocupado no momento de um tema fascinante: a restauração do rosto da Pietá. E não é outro senão o nosso patricio Deoclécio Redig de Campos, o responsável por devolver à "vida" o sublime rosto da estátua, considerado um dos pontos mais altos da criação humana.

A Direção da ICH revista da UFRN sente-se profundamente honrada em publicar alguns dos escritos do professor Deoclécio Redig de Campos. Caracterizamos assim o nosso desejo de publicar trabalhos do mais alto nível, como também o de, modestamente, homenagear o seu ilustre autor.

Claudio Augusto Pinto Galvão
Professor

Relação dos livros de autoria do professor Deoclécio Redig de Campos:

PUBBLICAZIONI DI D. REDIG DE CAMPOS — (LIBRI)

DIALOGHI

Dialoghi di Donato Giannotti de' giorni che Dante consumò nel cercare l'inferno e 'l purgatorio (edizione critica del ms. Vat. lat. 6528, vol. II della Raccolta di fonti per la storia dell'arte, diretta da Mario Salmi), Firenze, C. G. Sansoni, 1939.

Raffaello e Michelangelo. Studi di storia e d'arte, Roma, G. Bardi, 1946.

Die Fresken Michelangelos in der Sixtinischen Kapelle, Zürich, Atlantis Verlag, 1947.

Gli affreschi di Michelangelo nella Cappella Paolina, Milano, Pizzi, 1949.

I Palazzi Vaticani, Bologna, Cappelli, 1957.

Considerações sobre a gênese da Renascença na pintura italiana, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1958.

Itinerario pittorico dei Musei Vaticani, Roma, Del Turco, 1957.

La Pietà giovanile di Michelangelo, Milano, Martello, 1964.

Il Giudizio Universale di Michelangelo, Milano, Martello, 1964.

Raffaello nelle Stanze, Milano, Martello, 1965.

Palazzo Pamphilj, La decorazione pittorica, in Piazza Navona, isola dei Pamphilj, Roma 1969, pp. 159-192.

Há quatrocentos anos, ao anoitecer do dia 18 de fevereiro de 1564, morria em Roma Miguel-Ângelo Buonarreti, escultor, pintor, arquiteto sem rival, e poeta às vezes digno de Dante. Tinha quase chegado aos 90 anos, pois nascera em Caprese, na região de Arezzo, a 6 de março de 1475. Morria ao lado da sua última estátua, a chamada "Pietà Rondanini", um grupo trágico, incompleto e incompletável, que trabalhara até poucos dias antes, em segredo e só para si, procurando no mármore atormentado o eco sem forma de uma oração sem palavras.

A longa vida que se ia apagando naquele crepúsculo de inverno fora de capital importância para a arte do Ocidente, pois a Renascença toscana — seu apogeu na era cristã — mostra em todas as suas manifestações os traços do gênio de Miguel-Ângelo. Ele a havia conduzido da adolescência à plena florescência e ao glorioso ocaso; êle a havia constantemente renovado, dando-lhe impulsos vitais com obras exemplares, como a juvenil "Pietà" de São Pedro, a Gê-

nesis da Capela Sixtina, as estátuas da Sacristia Nova de São Lourenço, o Juízo Final, as últimas pinturas da Capela Paulina e a Cúpula da Basílica Vaticana. Não foi um artista da Renascença: em grandíssima parte foi seu artífice.

Na aparência, a sua foi uma vida triunfal: os contemporâneos veneravam-no, chamando-lhe "divino", e no seu túmulo de mármore, na Igreja de Santa Croce em Florença, uma tríplice coroa de louros (às quais deveria juntar-se uma quarta para a poesia) proclama o seu primado na pintura, na escultura e na arquitetura. E, no entanto, foi uma existência torturada pelo peso de um estranho destino: daquelas três coroas, a primeira era sem dúvida a predileta, mas as vicissitudes da vida não lhe deixaram completar nenhuma das suas obras monumentais de escultura — as estátuas de São Lourenço e o imperial monumento fúnebre de Júlio II —, ao passo que foram terminadas todas as de pintura: a abóbada da Capela Sixtina, o Juízo Final e os dois últimos frescos da Capela Paulina.

Começara Miguel-Ângelo sua carreira artística como aprendiz na oficina do pintor Domenico del Ghirlandaio, onde o pai o havia posto, ainda criança, em 1488. Bem cedo, porém, a vista das estátuas de Donatello e dos fragmentos antigos conservados nos jardins dos Médicis lhe re-

velou a sua verdadeira vocação. No ano seguinte deixou seu primeiro mestre, sem procurar outro. A única obra certa deste seu exórdio na pintura é o painel com a Sagrada Família, executado para Ângelo Doni por volta de 1503, e hoje no Museu dos Uffizi em Florença, de estilo já inteiramente “quinhentista”. O fresco chamado da Batalha, que devia ornar a grande sala do Palazzo Verchio, não foi além de um admirável cartão preparatório, infelizmente destruído depois de ter servido de alta escola a nova geração de artistas.

Tendo-se dedicado inteiramente à escultura, Miguel-Ângelo percorreu uma rápida carreira, marcada por obras-primas como a “Pietà” de São Pedro, a Madona de Bruges, o Baco do Bargello, o gigantesco David, e outras, que lhe valeram — como escreve Condivi — a fama de “contender com os Antigos”, e a incumbência, recebida de Júlio II em 1503, de construir e esculpir o monumento fúnebre daquele pontífice, que devia surgir na Basílica Vaticana, por ele reconstruída. Este mausoléu foi, como mais tarde costumava dizer, a “tragédia” e o sonho da sua vida de artista. Tragédia porque o sonho ficou incompleto, pior ainda, deformado no monumento de São Pedro “in Vinculis”, modesta moldura de uma obra-prima — o Moisés —, e pobre reflexo de uma grande luz apagada. E apagada pelo próprio Papa o qual, não se sabe porque motivo, de repente mu-

dou de idéia, mandou interromper os trabalhos já iniciados e pediu ao escultor pasmado que lhe pintasse a abóbada da Capela Sixtina! Miguel-Ângelo recusou-se, alegando não ser esta a sua arte e fugiu para Florença em agosto de 1506, mas, de volta a Roma, na primavera de 1508, teve que se submeter, incerto e hesitante, à vontade de Júlio II, certíssimo do êxito.

A Abóbada da Capela Sixtina

Os pintores do século XV, incumbidos por Sixto IV de decorar a Capela Sixtina, haviam representado nas paredes cenas das vidas de Moisés e de Cristo, e entre as janelas, em nichos pintados, as figuras dos primeiros papas; mas, não ousando medir-se com a imensa abóbada, sobriram aquele espaço com uma cor azul uniforme, semeada de estrelas de ouro. Uma decoração quase rústica, de caráter provisório, como à espera do Predestinado, da plena maturação de uma linguagem formal — a de Renascença — então ainda adolescente.

Nessa decoração inspirava-se, como era natural, o primeiro projeto: os doze apóstolos sentados em tronos, onde hoje se vêem os profetas alternados às sibilas, e no espaço central um motivo de decoração geométrica, com ornamentos “como é do costume”, conforme relata uma carta do próprio Miguel-Ângelo, isto é, um tema com modesta possibilidade de desenvolvimen-

to, adaptado mesmo a um pintor secundário, a um Pinturicchio qualquer.

A simplicidade do primitivo projeto talvez contribuisse para que Miguel-Ângelo o aceitasse, mas, em seguida levou-o a repudiar como ele mesmo escrevia em janeiro de 1524 ao amigo Fattucci: “depois, tendo eu já começado a dita obra, pareceu-me que viria a ser uma coisa pobre, e disse ao Papa que, pintando só os Apóstolos seria uma coisa pobre. Perguntou-me porquê. Respondi-lhe: porque foram pobres eles também. Deu-me então nova incumbência, deixando-me livre de fazer o que melhor entendesse”.

O primeiro tema era demasiado estático e apático (no sentido grego da palavra): não inspirava a agostiniana inquietação de Miguel-Ângelo. A primeira relutância sucedera nele um entusiasmo inesperado pela nova tarefa e suas infinitas possibilidades. Não lhe permitiam mais esculpir as estátuas do Monumento de Júlio II; pois havia de pintá-las, de lançá-las (como diz Justi) sobre a abóbada, e pintá-las-ia como escultor, num estilo inédito, em relevo — por assim dizer — como se pudessem ser vistas de qualquer lado. Já o havia tentado na Sagrada Família dos Uffizi.

Segundo o testemunho do próprio Miguel-Ângelo, sabemos, portanto, que a ele se deve a idéia de completar, com a visão

da “proto-história” do universo e do gênero humano, as duas séries tipológicas mais antigas, que simbolizam, nos acontecimentos das vidas de Moisés e de Cristo, a era histórica do mundo, no seu dúplice vulto, antes e depois da vinda do Messias: a Idade da Lei e a Idade da Graça.

Notou von Einem a anomalia, em pleno século XVI, de tão ampla liberdade deixada à fantasia de um pintor. É verdade: é um fato sem precedentes, mas também não é de esquecer que nunca aparecera não só um artista como Miguel-Ângelo — “único” na estima dos contemporâneos —, senão, também, um mecenas como Júlio II, genial arúspice de um gênio pitórico ainda oculto. Além disso, é preciso ponderar que, muito provavelmente, o projeto do artista seria submetido, antes de ser executado, ao parecer de algum teólogo da corte romana e em última instância ao Papa, para a aprovação definitiva. Como quer que seja, o texto da aludida carta não parece oferecer nenhuma outra interpretação razoável, e o próprio “programa” da abóbada o confirma, mostrando o estilo inconfundível do Mestre na sóbria escolha dos episódios bíblicos mais significativos e na maneira desenvolvida com que são coordenados e aglomerados os vários momentos da Gêneses. É o estilo de um artista, e não de um docente da Sagrada Escritura, como o do teólogo desconhecido que ditou

os temas dos dois ciclos do século XV sobre as paredes.

A 10 de maio de 1508 começou a pintura da imensa abóbada: 520 metros quadrados! Miguel-Ângelo regista este acontecimento histórico com a maior simplicidade, na seguinte nota autógrafa: “Lembro que no dia de hoje, dez de maio de mil quinhentos e oito, eu Miguel-Ângelo, escultor, recebi da Santidade de Nosso Senhor o Papa Júlio segundo, quinhentos ducados de Câmara, os quais me foram contados pelo Senhor Carlino, camareiro, e pelo Senhor Carlo degli Albizzi, por conta da pintura da abóbada da Capela do Papa Sixto, na qual começo hoje a trabalhar, com as condições e ajustes que constam de uma escritura de Monsenhor Reverendíssimo de Pavia, assinada por meu próprio punho.

Tendo despedido os pintores que mandara vir de Florença para que lhe ensinassem a difícilíssima técnica da pintura a fresco (e os traços do trabalhoso exórdio ainda se notam no episódio do Dilúvio, o primeiro a ser pintado), tanto adiantou o trabalho que, no dia 14 de agosto de 1511 pôde acalmar a impaciência de Júlio II, descobrindo a primeira metade da abóbada já acabada, desde a porta de entrada até a cena do Pecado Original. Naquela mesma época isto é, de 1508 a 1511, o jovem Rafael decorava, não longe da Sixtina, a Stanza della Segnatura, destinada a aco-

lher a biblioteca do Papa. A vista daquela extraordinária “pintura escultórea” influiu profundamente no seu estilo (“mudou de maneira”, diz Vasari), tanto que, reconhecendo a sua dívida, introduziu na grande composição da chamada Escola de Atenas, já completa naquele ano, uma nova figura de filósofo, Heráclito o pessimista, inspirada na do Profeta Isaías de Miguel-Ângelo, e que é sem dúvida um retrato ideal do Mestre. A identificação desse precioso retrato foi por mim publicada pela primeira vez na Revista do Instituto da Universidade de Coimbra, em 1937.

Em outubro do ano seguinte, a arriscada empresa estava concluída e, na festa de Todos os Santos de 1512, com uma missa solene na capela renovada, Júlio II celebrava ao mesmo tempo o triunfo da Renascença e da sua genial audácia: havia revelado Miguel-Ângelo a si mesmo!

Miguel-Ângelo revestiu a abóbada de uma maciça estrutura arquitetônica pintada, com uma série de aberturas retangulares maiores e menores alternadas no sentido do eixo longitudinal e ladeadas por tronos ligados uns aos outros por robustas faixas transversais. Nesses espaços vazios aparecem os Dias da Criação, na seguinte ordem (da parede do altar à parede do fundo): a Criação da luz; a do sol, da lua e das plantas, resumidas numa composição única, onde a

figura do eterno aparece duas vezes, de frente e de costas; a Separação da terra e das águas, e a Criação dos peixes; a Criação de Adão (ou antes a sua "animação"), em cujo admirável corpo, já formado, penetra a vida "saindo" — por assim dizer — do dedo de Deus, que não toca o da criatura, pois o que passa de um ao outro é de natureza espiritual; a Criação de Eva, suscitada do lado de Adão pelo gesto de Deus, que a atrai sem tocá-la; o Pecado Original e a expulsão do Paraíso, composto em forma de tríptico, aos lados da Árvore do Bem e do Mal; o Sacrifício de Noé, fiel ao Senhor com sua família num mundo corrompido; o Dilúvio, precursor do Juízo Final; e enfim, no episódio de Noé inebriado e desrespeitado pelo filho, o renascer da humanidade, corrompida pela Culpa na sua natureza mas depositária da promessa de Redenção. Aquela promessa que o Povo Eleito guardou durante séculos (tema do ciclo de Moisés) e que Cristo cumpriu na cruz (tema do ciclo de Jesus). A decoração da abóbada ligava-se assim à das paredes em perfeita unidade histórica e ideal.

Nos quatro cantos dos compartimentos menores, colocou Miguel-Ângelo figuras de jovens — os chamados Atlantes ou "Ignudi" — que refletem as várias fases do drama bíblico em suas atitudes de sofrimento, estupor ou alegria, enquanto o mesmo drama revive no intelecto inspirado dos profetas, e no

pensamento mais obscuro das sibilas, sentados em seus tronos, a meditar sobre a Promessa. Tema iconográfico tradicional, este dos profetas e das sibilas, como o é também o dos Antepassados de Cristo (a chamada Árvore de Jessé), pintados nas lunetas sobre as janelas, como peregrinos cansados que se preparam para um sono inquieto, na etapa noturna de uma viagem de séculos. Nos pendentives da abóbada prefigura-se o triunfo do Messias nos episódios de Aman e da Serpente de bronze (à esquerda e à direita do altar), e nos de Judit justiceira de Holofernes, e David, vencedor de Golias (à esquerda e à direita da parede do fundo).

Na abóbada da Capela Sixtina pôde enfim a Renascença contemplar a encarnação perfeita do ideal artístico por ela sonhado desde suas longínquas origens: um poderoso conteúdo religioso, integralmente expresso numa forma nascida, não da cópia servil dos moldes clássicos, mas da aplicação a uma realidade diversa do mesmo antigo princípio estético: o do realismo ideal, resumido por Rafael no famoso dito: o pintor deve representar as coisas "não como as faz a natureza, mas como ela as deveria fazer".

O Juízo Final

Vinte e quatro anos depois, Miguel-Ângelo entrava de novo na Capela Sixtina, aos sessenta e um anos de idade, para pintar

o Juízo Final sobre a parede do altar, por ordem de Clemente VII, ao qual se deve a escolha do tema e a indicação do lugar. Insólito, o primeiro, no século XVI; contrário, o outro, ao uso litúrgico, segundo o qual este tema é quase sempre representado por cima das portas das igrejas, porque o Evangelho do fim do mundo se costuma ler no primeiro e no último domingo do ano eclesiástico, isto é — de certo modo — na sua entrada e saída. Além disto, o insetimento do novo fresco na Capela, onde já não havia mais um plano de parede que não fosse pintado, comportava forçosamente a destruição dos elementos iniciais dos dois ciclos tipológicos mais antigos, e da série dos papas, todos postos na parede do altar.

Um só motivo parece-me bastante grave para justificar, apesar dessas dificuldades, o novo projeto: Clemente VII havia assistido, sitiado no Castelo de Sant'Angelo, à tragédia do saque de Roma pelas tropas imperiais de Carlos V, em maio de 1527, e queria deixar, por assim dizer, uma memória penitencial pintada daqueles dias de amarguras, que muitos consideravam como um Juízo de Deus sobre os excessos paganisantes da Renascença e a corrupção dos tempos que não poupava a própria Igreja. Quando recebeu, em 1533, este novo encargo de pintura, Miguel-Ângelo encontrava-se em Florença, onde trabalhava

nas esculturas para os túmulos dos Médicis, na Sacristia Nova de São Lourenço. Tentou recusá-lo mas, ainda uma vez, teve de ceder e começou a preparar os desenhos para a grandiosa obra.

Tendo Clemente VII falecido em setembro de 1534, sucedeu-lhe Paulo III, Farnese, o qual, pouco depois de eleito, foi visitar em sua casa Miguel-Ângelo, acompanhado por muitos cardeais, para lhe pedir que continuasse o trabalho encomendado pelo predecessor, sem nele alterar coisa alguma, renunciando, portanto, a uma obra inteiramente devida à sua iniciativa.

Atitude surpreendente, e que requer uma justificação particular, pois as dificuldades eram as mesmas, faltando porém o motivo pessoal que havia induzido Clemente VII a vencê-las. Qual outra razão, não menos grave, determinava pois a vontade de Paulo III? A causa do primeiro encargo fora um acontecimento do passado; a do segundo, parece-me, que se deva procurar no futuro: para o novo pontífice, o Juízo Final devia aludir de certa maneira ao Concílio Ecumênico, por ele projetado com admirável tenacidade desde o início do seu reinado, e enfim reunido na cidade de Trento, em 1545, para reformar os costumes e extirpar a heresia. Não poucos pormenores iconográficos da composição, alusivos a tenas das discussões teológicas pré-tridentinas, parecem confirmar esta hipótese, e

talvez não seja de pouca importância o fato de o período de execução da pintura — de 1536 a 1541 — coincidir com os anos em que, com maior fervor, se ia preparando a memorável assembléia.

Acertada a impossibilidade de inserir de maneira orgânica a nova composição no esquema decorativo da Capela, Miguel-Ângelo não procura disfarçar ou evitar o obstáculo mas enfrenta-o, adota-o, tirando dele um estupendo efeito dramático. Não “decora” a parede, como outrora fizera com a abóbada: suprime-a; e no azul escuro do céu, além do altar dos Papas, evoca a segunda vinda de Cristo, o “*dies irae*” que “*coget omnes*” — mesmo os fiéis reunidos no sacrário — “*ante thronum*”...

O contraste com as pinturas do teto é de uma violência extrema. Os contemporâneos ficaram pasmados quando, no dia 31 de outubro de 1941, a parede foi descoberta, “com estupor e maravilha de Roma inteira, mais ainda, de todo o mundo”, como relata Vasari.

Miguel-Ângelo respeitou a estrutura tradicional da cena, colocando os personagens em três zonas horizontais sobrepostas e subdivididas, por sua vez, em três setores cada uma. No alto, o paraíso: no centro o apolíneo Cristo-Juiz com Nossa Senhora e um grupo de santos mártires; os homens à direita, as mulheres à esquerda; na faixa mediana

— sempre na mesma ordem — a fanfarra angélica, os ressuscitados que sobem ao céu, e os réprobos precipitados no abismo pelos anjos ou puxados para baixo pelos demônios; na zona inferior, sombras trágicas recortadas sobre a lívida claridade da última alvorada, os corpos despertando do sono da morte, e entre eles a própria Morte, atônita por ver o fim do seu poder: “*Mors stupebit et natura, cum resurget creatura, Judicanti responsura*”... No centro, a gruta infernal, habitáculo de demônios goyescos; à direita, Caronte com sua barca e, no limiar do reino maldito. Minos, juiz infernal que, como todos sabem, é um retrato do mestre de cerimônias do papa, Monsenhor Biagio Martinelli, dantescamente punido pelo artista por ter ousado criticar a sua obra. Nas duas lunetas, anjos titânicos e sem asas trazem os instrumentos da Paixão: a cruz, a coluna, a coroa de espinhos, a lança e a esponja de fel; sinais do perdão outrora oferecido, recusado, e agora invocado em vão.

Mas Miguel-Ângelo abala esta estrutura tradicional com um turbilhão que, nascendo dos reflexos faiscantes das trombetas, ressalta sobre a pedra da gruta e sobe com os ressuscitados, seguindo o gesto do braço direito de Cristo que, no mesmo tempo, chama os eleitos (“*venite benedicti*”) e repele os réprobos (“*abite maledicti*”). Com o peso do anatema divino, desce o turbilhão à direita arrastando con-

signe os pecadores rebeldes e perdendo-se, enfim, no palude infernal.

Um crítico contemporâneo quis dar a este movimento uma significação alegórica, de caráter astronômico, mas a engenhosa hipótese não me parece criticamente fundada.

Não só a composição, aqui, é diferente daquela da abóbada, mas também o estilo do desenho e do cromatismo: menos "clássico" o primeiro, nesta sobre-humanidade de gigantes, mais sóbrio o segundo voluntariamente limitado a poucas cores severas, cinzento, térreo, azul, com manchas isoladas de vermelho e verde. E que dizer da perspectiva — pedra angular da teoria artística renascentista — descuidada na imensa figura de Pedro, bem maior do que as dos santos mártires aos seus pés? Devia predominar sobre todos o Príncipe dos Apóstolos; e isso por um motivo não estético, mas ético: para exaltar o Primado do Vigário de Cristo e de seus sucessores, combatido pelos luteranos. À mesma preocupação de caráter religioso e não artístico, deve-se o gesto de Nossa Senhora, gesto de intercessão, ao desenho de conjunto da Casa Buonarroti, transformado aqui num gesto de assenso, teologicamente mais correto, pois no Dia do Juízo Final será passado o tempo da misericórdia.

Esta subordinação da arte a uma

exigência ética, não apenas na iconografia objetiva mas (e antes de tudo) na tentativa de forçar a forma clássica a exprimir um conteúdo místico, alheio à sua natureza humanística, marca o início, nesta obra, do chamado "Terceiro estilo" ("Terza maniera") de Miguel-Ângelo, o estilo do seu último período, manifesto e dominante nas derradeiras pinturas da Capela Paulina e nas suas três últimas esculturas, que representam todas Cristo deposto da cruz: a "Pietà del Duomi", de Florença, a de Palestrina e a Rondanini.

O sentimento religioso, sempre intenso em Miguel-Ângelo, atingiu uma extraordinária altura e intensidade devido à influência exercida sobre o seu espírito por Vittoria Colonna, descendente de uma das mais antigas famílias da nobreza romana, viúva do marquês de Pescara e uma das poetisas mais celebradas da Renascença italiana. Foi-lhe apresentado por volta de 1536, isto é, quando começava a pintar o Juízo Final. Entre estes dois grandes espíritos profundamente piedosos estabeleceu-se uma amizade apaixonada, que ela, numa célebre carta, define: "stabile amicizia e ligata in cristiano nodo sicurissima affezione" (estável amizade e afeto certo, ligado com um laço cristão), e que constituiu um elemento determinante na evolução da espiritualidade do velho artista. No grupo de amigos que a marquesa costumava reunir na pequena

igreja de San Silvestro a Monte Cavallo para conversar sobre argumentos religiosos, era vivo o eco despertado pelas numerosas polémicas pré-tridentinas, e de modo particular pela disputa fundamental sobre a Justificação “sola fide” como pretendia Lutero, ou “fide et operibus”, como sustentava e sustenta a Igreja. Miguel-Ângelo frequentava aquela roda de amigos, tão bem evocada pelo pintor português Francisco de Holanda nos seus famosos Diálogos sobre a pintura, escritos em 1538. Nas reuniões de São Silvestre encontrava ele homens como Pole, Morone, Contrarini, Lattanzio Tolomei e Ambrogio Politi, figuras de primeiro plano na cena da Reforma de Trento. Dominava no grupo a corrente religiosa hoje conhecida pelo nome de Evangelismo católico, de acentuado caráter agostiniano no modo de definir o concurso entre a Graça (ou Fé) e as obras na salvação das almas; tendente, portanto a exaltar, talvez num excesso de humildade, o primeiro fator, mas sem cair na heresia, e sempre à espera dos decretos conciliares. O cardeal Pole havia aconselhado a Vittoria Colonna que cresse e agisse como se a sua salvação dependesse inteiramente da fé ou só das boas obras.

As poesias espirituais da marquesa refletem esta atitude moral, que também se espelha com grande clareza nos versos finais de um soneto de Miguel-Ângelo

por ele mandado à sua grande amiga em 1528: “... Che Palma da sé franca, / Non pieghi all’ error nostri / Mie breve resto, e che men cieco viva. / Chieggo a voi, alta e diva / Donna, saper, se ’n ciel men grado tiene / L’umil peccato che ’l superchio bene” (“... Que a alma, já livre de si mesma, não submetta aos nosos erros o resto da minha vida, e que eu viva menos cego. Por isso vos peço, alta e santa Senhora que me digais se no céu o pecado humilde vale menos do que a abundância de méritos”).

O Juízo Final da Sixtina é uma grande profissão de fé católica, com relação muito particular às doutrinas opugnadas pelos protestantes, a começar pelo próprio tema, pois onde falte a fé e o livre arbítrio, capaz de fazer o bem e o mal com plena responsabilidade, falta a própria “res iudicanda”. Defende ainda este fresco em vários pormenores e proclama, com indiscutível evidência, outras teses católicas, por exemplo: o valor das obras, nos gestos com os quais os santos não só mostram mas ostentam os instrumentos de seu martírio (e Simeão de Cirene repete aqui o gesto de carregar nos ombros a cruz do Redentor); o poder da oração nos dois ressuscitados agarrados a um rosário (fonte de indulgências) e elevados ao céu por um anjo; o Primado do Bispo de Roma na estatura imponente de São Pedro, a qual já aludimos; a legi-

timidade do culto dos santos e especialmente do culto de Nossa Senhora, reivindicado, com sublimidade dantesca, na figura da Virgem Mãe de Deus, exaltada na mesma luz de glória de seu Filho, qual "Termine e segno d'eterno consiglio" (Termo e sinal de decisão eterna).

Críticas e louvores dos contemporâneos ao Juízo Final da Capela Sixtina nascem uns e outros da incompreensão do seu conteúdo e da sua forma. Bem o percebia Miguel-Ângelo e costumava dizer que aquela sua obra faria enlouquecer muita gente.

A Capela Paulina

A crise ética e estética, mais de que latente no Juízo Final, chega à maturação e domina sem contraste nos dois frescos da Capela Paulina, com a Conversão de Saulo e o Martírio de São Pedro, encomendados a Miguel-Ângelo por Paulo III, quando ainda estavam de pé os andaimes da Sixtina. Tentou livrar-se do novo encargo, mas acabou por ceder e, pela terceira e última vez o velho escultor retomou os pincéis. Pintou a primeira composição de 1542 a 1545 e terminou a outra, começada logo depois em 1550, com a idade de setenta e cinco anos. Aqui também se pode notar, na escolha dos temas iconográficos, um reflexo das discussões teológicas pré-tridentinas, e precisamente a apologia da Graça, na

súbita conversão de Saulo que, de perseguidor dos cristãos, se torna Apóstolo das Nações; e a exaltação das obras, no martírio aceito por São Pedro. Não teria sido, portanto casual a substituição deste tema ao da Entrega das Chaves que, segundo uma notícia dada por Vasari, fora proposto inicialmente.

"... Né pinger né scolpir fie più che quieti / L'anima, volta a quell'amor divino, / C'aperse a prender noi 'n croce le braccia" ("... Nem pintar, nem esculpir pode dar paz à alma voltada para aquele Amor divino, que, para nos abraçar abriu os braços na Cruz") escreverá Miguel-Ângelo poucos anos mais tarde, em 1552. E a figura de Saulo exprime este anseio e este desamparo, ao qual ele se abandona sem mais resistir. E exprime-o numa linguagem inaudita, numa forma novíssima e surpreendente, mais inteligível à sensibilidade estética dos nossos tempos, do que à do século em que vivia, e talvez à sua própria.

A composição renega abertamente um dos cânones mais respeitados da arte renascentista, uma norma ditada e consagrada por ele mesmo nas obras do seu segundo e "clássico" estilo, isto é, a lei do equilíbrio das forças contrastantes. Aqui, toda a estrutura da cena desaba para a esquerda, arrastada pela diagonal do raio fulgurante entre o braço do Cristo e Saulo caído. Mas, desse diálogo de fogo, surge uma

realidade nova e superior: uma luz intensa ilumina, na sombra, o vulto cego de Saulo e atrai-o para o alto, enquanto em torno dele o velho mundo se vai apagando num, crepúsculo sombrio.

O apóstolo, apenas nascido da Graça divina, é uma das figuras mais perfeitas e vivas criadas por Miguel-Ângelo, mesmo quando se queira julgá-la segundo os princípios mais estritos da crítica estética quinhentista. A sua intensa vida comunica-se ao companheiro inclinado sobre ele, enquanto os outros personagens são apenas sombras apresentadas pela improvisa e incompreendida teofania, que os joga por todos os lados, num mundo que morre. E esse comparsas são também desenhados de um modo diferente, num estilo que parece não se preocupar mais com a forma, todavia excelente na figura de Saulo. Mais estranha ainda é a aparição do Redentor, mostrado num escorço tão ousado que quase lhe tira a aparência humana. O braço direito é desproporcionado: não é um braço, é um símbolo da força divina que abate o pecador e o salva: "Ego percutiam, et ego sanabor!"

Esta pintura tão singular, fora de todas as convenções do seu tempo, reflete o fervor religioso do autor: é um texto escrito como o "Memorial" de Pascal, na forma que assume a linguagem humana quando procura sugerir coisas divinas e pronunciar aque-

las "palavras inefáveis que não é lícito a um homem proferir". Saulo cego, que vê em si e aspira à fonte da luz, parece repetir a oração de Miguel-Ângelo: "... Ammezani la strada, c'al ciel sale, / Signor mie caro, e a quel mezzo solo / Salir m'è di bisogno la tuo 'ita" ("... Encurta-me o caminho que leva ao céu, Senhor amado, que só com a tua ajuda poderei subir até aquela metade"). E, efetivamente, nas pálidas feições do grande convertido reconhecemos, apenas idealizadas, as do próprio Miguel-Ângelo.

De todo diferente, quase o contrário na composição e no sentimento que o anima é a cena representada na outra parede, com o Martírio de São Pedro. Nela, Miguel-Ângelo, num extremo esforço, parece reagir ao desamparo confessado na Conversão de Saulo. Aqui temos de novo os gigantes do Juízo Final, pesados como estátuas de mármore, aglomerados em grupos bem distintos e contidos numa estrutura robusta e evidente como a de uma fachada. São levados por um movimento arcano, que nasce na parte inferior esquerda, sobe, roda lentamente em torno do apóstolo crucificado, e desce de novo à direita, para desaparecer no grupo das mulheres em pranto, cortado pela beira inferior da pintura, com o manípulo de milicianos do outro lado. Os braços da vítima e de seus algozes formam um segundo turbilhão no inte-

rior do primeiro, de modo que tudo parece mover-se em redor do corpo pendurado, de cabeça para baixo, na enorme cruz. E Pedro aceita o martírio com toda a sua vontade, sustentada pela Graça: de corporatura titânica, bem poderia destacar-se da cruz, levantar-se e afugentar os seus inimigos, mas não o faz para que se cumpram as profecias: eis a apologia das obras.

Quando representava esta morte do justo, talvez Miguel-Ângelo se lembrasse do fim de Savonarola, condenado ele também por uma lei (iníquia, mas legal) e pela covardia dos seus discípulos. A estes fatores da tragédia aludem aqui os dois grupos laterais no alto da composição: à esquerda, os soldados armados a cavalo (a Lei); à direita o cortejo dos cristãos que desse da colina, triste, mas silencioso (a covardia). A significação particular dos dois grupos, o seu valor alegórico, exprime-se no gesto de comando do centurião e nos braços cruzados do gigante que guia os pávidos. Do mesmo modo, no Juízo Final, a Níobe cristã e Simeão de Cirene, emergentes dos grupos das mulheres e dos homens, declaravam seu significado simbólico.

A cega força do mal, representada pelo turbilhão homicida, opõe-se, em vão, a generosidade de um jovem que esboça um gesto de rebeldia mas é retido, pelo braço, por um companheiro, enquanto um outro, pondo

um dedo nos lábios, lhe pede que se cale indicando os soldados; e a fêmea piedade das mulheres que choram: última zona da composição tocada pelo pincel de Miguel-Ângelo, com um interesse pela qualidade cromática inteiramente nova e surpreendente.

Outro personagem que não se deixa arrastar pela fatal corrente é o do jovem coveiro louro, ajoelhado debaixo da cruz, que imerge o brago nu na fria terra como se nela quisesse desaparecer. Figura hamletica, pintada com desusada ternura, com cores aguadas e leves, este fantasma traduz num modo quase lírico a nostalgia de morte do velho escultor, o desejo daquela paz que enfim o conduzisse (são versos de um soneto daqueles anos): “da horrível procéla em doce calma...”.

Os dois frescos da Capela Paulina foram executados por Miguel-Ângelo “com muita e grande sua fadiga” — como escrevia ao amigo Vasari — “porque a pintura, e maximé o trabalho a fresco, não é arte para velhos”. Erraria, porém, quem quisesse atribuir à frequência dos anos a singeleza estilística dessas obras: a irre realidade do espaço ideal, a desenvoltura desdenhosa com que trata as regras da perspectiva e da proporção, em uma palavra, o seu caráter “anti-clássico”, não casual, nem devido a circunstâncias externas, mas à ansiosa procura de palavras novas para di-

zer coisas novas, inexprimíveis no idioma usado, que ele não queria, nem podia, repudiar de todo.

Procura dramática mas vã, embora o poder expressivo da sua arte seja tal que consegue sugerir plenamente mesmo o que não diz. Outros depois dele, em tempos e lugares diversos — El Greco, por exemplo, e Rembrandt —, haviam de acertar onde ele falhara, mas no seu século e na Itália, aquele estilo não podia ser entendido.

Bem o percebeu Miguel-Ângelo. Renunciou ao diálogo inútil

Continuou a desenhar e a esculpir, mas não queria que soubessem o que estava a fazer na solidão, “com a alma já quase chegada à outra margem”. Tornava a repetir sempre o mesmo tema, o da sua revelação: a Pietà, Cristo deitado da cruz, na paz da morte. Uma noite Vasari surpreendeu-o quando estava a trabalhar no grupo marmóreo com o Nicodemo, a Pietà del Duomo, destinada à sua sepultura. Procurou o amigo lançar um olhar discreto à obra incompleta. Miguel-Ângelo percebeu-o e deixou cair o lune; não queria que visse a sua oração de pedra.

Visão Teológica da História

Itamar de Souza

I — INTRODUÇÃO

A partir do início do nosso século, os teólogos sentiram a necessidade de redimensionar o conteúdo da reflexão teológica, a fim de meditar sobre importantes colocações que marcaram o pensamento filosófico ocidental, sobretudo, a partir de Hegel. Neste empreendimento se destacaram os seguintes pensamentos Josef Pieper, Karl Lowith, Reinhold Niebuhr, Rudolf Bultmann, Victor Massuh, Jean Daniélou, O. Culmann, U. Von Balthasar, Karl Barth, Karl Rahner, Helmut Thieliche, Romano Guardini, J. Maritain e outros.

Constitui fato incontestável que o evolucionismo, o historicismo, o hegelianismo, a "Weltanschauung" existencialista impregnaram a mentalidade contemporânea de uma idéia muito sedutora: a historicidade do cosmo

e do homem. O resultado destas meditações filosóficas, oriundas de diversas fontes, foi esclarecer que o homem, apreendendo aprioristicamente a transcendência que tem de si próprio, "se descobre como o ser da história e, ao mesmo tempo, descobre, nesta história, a história de seu ser". (1)

Além disso, a grande contribuição trazida por estas correntes filosóficas foi despertar a consciência ocidental para uma nova ciência: a filosofia da história.

Neste ponto, a sua contribuição positiva foi inegavelmente extraordinária.

Não resta dúvida que foi o pensamento judeu-cristão quem primeiro suscitou uma reflexão historiográfica sobre o caminhar da humanidade. Modernamente, entretanto, o desenvolvimento da filosofia da história ocorreu fora do campo católico.

Diante desta realidade, indagavam então os teólogos: possuiria o cristianismo condições para meditar também sobre este tema?

Convencidos de que o cristianismo constitui o fato histórico por excelência, compreenderam logo que se encontravam em face de um terreno propício para desenvolver a reflexão teológica. Assim, ao lado dos filósofos que

1. Heinrich Fries — Dicionário de Teologia — São Paulo, Edições Loyola, 1970. Vol. II, p. 302.

desteologizam a história ao buscar-lhe um sentido, eles se voltaram para Agostinho (DE CIVITATE DEI) e Bossuet (DISCOURS SUR L'HISTOIRE UNIVERSELLIE), objetivando neles encontrar diretrizes para sua reflexão. Além disso, voltaram-se também para as fontes da revelação bíblica, onde, encontraram os elementos suficientes para o seu empreendimento.

Partindo de pontos diferentes, buscaram os teólogos refletir sobre o cristianismo e a história, não obstante as dificuldades atinentes à relação entre natureza e graça, criação e redenção, enfim, história da salvação e história humana.

Neste trabalho que ousamos desenvolver, pretendemos abordar alguns pontos que consideramos fundamentais para uma visão teológica da história, seja qual for o enfoque preferido.

II — EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Definir continua sendo uma tarefa essencialmente filosófica e, por conseguinte, difícil. Sobre tudo, quando os componentes ontológicos da realidade que se procura delimitar compreendem dimensões que ultrapassam, até certo ponto, os limites da lógica humana. Apesar do impasse, vamos definir a HISTÓRIA DA SALVAÇÃO e, posteriormente, explicitar os seus termos.

Para nós, HISTÓRIA DA SALVAÇÃO é a revelação irreversível do desígnio universal salvífico de Deus, onde, por um processo histórico e ininterrupto, se realiza progressivamente a manifestação de Deus que culmina em em Cristo e n'Ele recapitula todas as coisas.

II — 1. REVELAÇÃO IRREVERSÍVEL DO DESÍGNIO UNIVERSAL SALVÍFICO DE DEUS

Neste aspecto, trouxe a tradição judeu-cristã uma contribuição historiosófica inteiramente original. Situemo-nos no contexto desta afirmação.

O lento dinamismo dos acontecimentos, impedindo a percepção imediata das mudanças históricas, dificultou seriamente que os povos primitivos adquirissem a consciência do devir histórico. Além disso, devemos atentar para o fato de que estes povos, apegados à idéia de um (Paraíso) perdido ou ao movimento arquétipo primitivo, criaram ritos destinados à "regeneração do tempo", onde veicularam em abundância as idéias de "eterno retorno".

Este comportamento implicava, a rigor, a negação de toda novidade e da irreversibilidade histórica. O devir histórico, nestas concepções, ver-se-ia obstaculado pelas fronteiras cíclicas de intermináveis repetições. Por conseguinte, nenhuma atitude posi-

tiva e esperançosa perante o futuro, visto como abismo ameaçador, caótico e desprovido de significação.

O pensamento grego, acentuadamente cosmológico, não conseguiu libertar-se desta concepção cíclica. Verdade é que a concepção do “eterno retorno” se manifestou como uma constante no pitagorismo, no orfismo, na mitologia e, até mesmo, na historiografia de Heródoto e especialmente no pensamento platônico: República, as Leis, o Sofista e o Político. Corroborando esta nossa observação, vejamos o que afirmou MIRCEA ELIADE: “... até pode dizer-se que a teoria grega do eterno retorno é a variante última do mito arcaico da repetição de um gesto arquetípico, assim como a doutrina platônica das idéias era a última versão da concepção do arquétipo e a mais elaborada”. (2)

O mesmo não se verificou com o pensamento judeu-cristão.

Nos autores vetero-testamentários, especialmente — DANIEL e AMÓS — encontramos importantes reflexões historiosóficas de teor verdadeiramente original.

Enquanto os povos primitivos refletiram retrospectivamente à procura do “paraíso perdido”, Israel, através dos seus profetas,

valorou a história, descobriu na historiosofia a significação dos fatos passados e profetizou acontecimentos cuja realização proporcionaria ao homem uma visão teleológica linear do seu devir histórico.

Sem menosprezar o passado, interessou-lhe sobretudo, o futuro como dimensão do tempo que compreende sempre algo inédito, portador das promessas de Javé.

Nesta perspectiva, a significação da história era compreendida como a epifania de Deus, imanente no processo histórico como Alfa, Caminho e Ômega.

Pensando desta maneira, Israel logrou libertar-se da concepção cíclica que, em última análise, representava até certo ponto a própria negação da história. É, por conseguinte, o pensamento israelita que trouxe para a cultura ocidental a linealidade, ou seja, categoria lógica que permitiu ao homem descobrir no processo histórico da humanidade a existência de uma teleologia transcendental, malgrado a multidimensionalidade de significações que envolve os fatos que o compõe.

A esta altura da nossa reflexão, vale salientar que a irreversibilidade da revelação do desígnio

2. Mircea Eliade — *Le Mythe de L'Éternel Retour, Archétypes et Répétition* — Paris, 1949, cap. III p. 125 — citado por Jorge L. Garcia Venturini — *Filosofia de La Historia*, Editorial Gregos, Madrid, 1972, p. 57.

salvífico de Deus não decorre do caráter linear do devir histórico. A linealidade, sobre a qual nos referimos ainda há pouco, é uma categoria lógica de inteligibilidade dos fatos históricos. A irreversibilidade da revelação divina, na nossa concepção, não decorre, portanto, da sua inteligibilidade linear. Isto seria refletir inconscientemente em termos kantianos, ou seja, submeter a ontologicidade das realidades objetivas às categorias mentais.

O fundamento desta irreversibilidade se encontra, por conseguinte, no fato de a HISTÓRIA DA SALVAÇÃO ser feita das grandes decisões criadoras de Deus. Daí o caráter paradoxal de sua originalidade: ela é feita de "princípios absolutos que restam, em seguida, eternamente adquiridos".

Se, ao pensamento naturalista, a noção de realidades que começam e não terminam é algo inadmissível, o mesmo não acontece com o pensamento cristão. Ao contrário. Pensar na eternidade das realidades que tem um começo é especificamente cristão. Daí porque, ao refletir sobre a história da salvação, escreveu Gregório de Nissa "que ela vai de começos em começos por começos que não tem mais fim". (3)

II — 2. PROCESSO HISTÓRICO E ININTERRUPTO

Muitos estudiosos da história das religiões afirmaram que o fenômeno religioso é resultado de uma interminável projeção do "ego". É puro subjetivismo destituído de objetividade fundamental que lhe confira características de um fato histórico.

Ora, quanto ao cristianismo esta afirmação não ganha nenhuma consistência. Trata-se, pois, de uma religião originária e essencialmente histórica. O cristianismo significa, sobretudo, um acontecimento histórico: a irrupção pessoal de Deus na história mediante a Encarnação de Jesus Cristo. Devemos lembrar que este é o ponto culminante da manifestação de Deus, ao lado da criação, Igreja e parusia. Note-se, todavia, que em cada etapa desta história há uma contínua e total presença da vontade salvífica de Deus, ainda que nem sempre seja claramente percebida.

II — 3. CUMINA EM CRISTO

Indubitavelmente a revelação se enriquece à medida que se aproxima a plenitude dos tempos (Gál. 4,4), quando, então, o Cristo. Imagem do Deus Invisível (Col. 1,15), se fez homem e habitou entre nós (Jo. 1,14) cheio de graça e de verdade.

3. J. DANIELOU — Sobre o Mistério da História — HERDER, São Paulo, 1964, pp. 8-9.

II — 4. N'ELE RECAPITULA TODAS AS COISAS

O mundo foi criado na unidade e tende para esta unidade originária. Por isso, a história da salvação é uma marcha para a unidade em Cristo que recapitula todas as coisas criadas.

III — AS GRANDES ETAPAS DA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

III — 1. CRIAÇÃO DO MUNDO

A criação do mundo é o início das grandes decisões criadoras de Deus. Uma das dimensões importantes neste ato de Deus não é a criatura como tal, mas sobretudo a comunicação da natureza divina que lhe é paradoxalmente feita.

Pela criação o mundo se origina de um ato divino e, por isso, conserva um nexo com o seu criador para quem está voltado como seu "finis ultimus".

Apesar de Deus constituir o "finis ultimus" da criação não devemos entendê-la como um aperfeiçoamento ou complementação d'ELE. Pensar desta maneira incorreria em graves erros, isso é, não somente eliminaria a liberdade do criador na criação mas igualmente a própria concepção de Deus. Portanto, receber de Deus a criaturalidade não implica em complementá-LO.

A criatura, apesar de participar historicamente da natureza de Deus, não é todavia divina. Possui um ser criatural próprio que lhe dá mesmidade, ou seja, identidade ontológica.

Não obstante a distância ontológica entre a criatura e Deus, podemos estabelecer uma relação de semelhança e dissemelhança entre ambos.

"A semelhança da criatura com Deus é composta de identidade e de incomparável diversidade. Mas, na semelhança já há, simultaneamente, a diversidade; e a dissemelhança da criatura é sempre maior do que sua semelhança com Deus". (4) Desta situação paradoxal, infere-se que, ser semelhante a Deus é uma categoria ontológica que marca de tal modo a criaturalidade de todo ser criado, que seria inadmissível existir uma criatura em absoluta diversidade. Sendo assim, uma outra conclusão se impõe: nenhum progresso técnico, científico ou cultural poderá atenuar a criaturalidade.

Por ela se estabelece um nexos constante, insubstituível, entre a criatura e Deus, que se expressa pela dependência daquela para com Este. Não resta dúvida, que esta conexão cresce e se torna menos imperfeita à medida que ascendemos na escala dos seres criados até chegar ao Homem,

4. Heinrich Fries, — op. cit. p. 351.

feito à Imagem e Semelhança de Deus.

É justamente por causa desta relação de dependência irreversível entre o Homem e Deus que podemos pensar nas categorias de salvação e de condenação, da graça e do pecado, dos compromissos de Deus para com a humanidade expressos nas alianças, da encarnação e consumação escatológica de toda a criação. Sobre esta conexão necessária do natural e do sobrenatural, sem negação de mesmidade de uma pela outra, vejamos o que afirmou o grande teólogo alemão Karl Rahner. "Cada realidade natural do mundo está aberta à graça... de tal modo ordenada intrinsecamente para esta graça (redentora), que não pode conservar sua integridade própria nem atingir plenamente seu destino natural, a não ser integrada na ordem sobrenatural da graça. Por conseguinte, na ordem que atualmente existe, a natureza alcança a sua plenitude unicamente quando se considera como elemento integrante da realidade total de graça e da redenção... A ordem da redenção pressupõe, como seu condicionamento próprio, precisamente o natural e sua estrutura também natural e lhe confirma a validade natural". (5)

Sendo Cristo o Primogênito de toda a criação, não poderíamos deixar de fazer-LHE referência ao tratarmos deste tema.

"No Filho, enquanto imagem perfeita do Pai, está contida toda possível e real criação, de tal maneira que não haveria criação que não fosse precedida da geração do Filho, que é plenamente adequada à infinitude de Deus" (6). Disto que acabamos de ler se infere claramente que existe uma conexão historicamente necessária entre a criaturalidade sobrenatural do Cristo Primogênito e a criaturalidade natural de toda realidade extra-divina.

A primeira viabilizou a existência da segunda e lhe serve de fundamento ontológico. Deste modo, torna-se evidente que Deus ao criar o mundo imprimiu nele a imagem do seu Filho e, de certo modo, fê-lo participante da sua natureza, por ser Ele o primogênito de toda a criação (Col. 1, 15; Jo. 1,3; Col. 11, 16; Heb. 1, 2 e Ef. 1, 11).

III — 2. CRIAÇÃO ESPECIAL DO HOMEM

O mundo criado por Deus ori-

5. KARL RANHER, S. J. — Missão e Graça, Editora Vozes, Rio, 1964 — I.º Vol., p. 62-63.

6. HEINRICH FRIES, op. cit. vol. I, p. 349.

ginou-se da unidade e tende para a unidade. A criação, toda ela, é marcada pela unidade de Deus (EX DEO) e por esta de Cristo, que participa da unidade essencial (I Cor. 8, 6).

É para simbolizar historicamente esta unidade que há uma criação especial do homem no começo da humanidade.

Na narração bíblica, o que significa a expressão “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança”? Qual o sentido deste fato histórico de tão grande relevância?

Entre muitas outras coisas, o conteúdo da narração bíblica sobre a criação do homem quer nos dizer que o homem é para sempre o “companheiro” (PARTNER) de Deus, em diálogo pessoal com ELE por palavra e ação. E isto na unidade viva de seu ser concreto e existencial. “PARTNER” este, do qual não há outro exemplo sobre a terra, o qual se diferencia radicalmente dos animais, embora também ele venha da mesma terra. “É dito que o convívio dialogal (“dialogische Partnerschaft”) com o criador, fundado na imediata relação com Deus, sempre existiu. Não é, portanto, um fato estranho que o homem, a seu talante, poderia evitar.

Não é algo que o homem possa eliminar de sua constituição

essencial e de sua história (como uma coisa que não devesse existir sempre). A história humana de tal modo fala de um “começo primordialmente intencionado e realizado por Deus que em consequência, a dependência para com o Criador pertence ao irrecusável modo de ser do homem, que pode ser negado, mas não destruído”. (7)

A ruptura do convívio dialogal (“dialogische Partnerschaft”) do homem com Deus nos primórdios de sua aventura histórica, acarretou sérias consequências para todo o universo criado e submetido, por vontade divina, ao domínio do homem.

Indubitavelmente, esta ruptura que na linguagem da teologia clássica chamamos de pecado original, introduziu no mundo a desordem individual e coletiva, bem representados na história da salvação pelos episódios de Abel e Caim, assim como pela torre de Babel. Assim, a desordem trazida ao mundo pelo pecado original está na raiz de todo drama pessoal e coletivo encontrado ao longo da história humana.

IV — CRISTO, PONTO DE CONVERGÊNCIA DA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

IV. - 1 — Analisando a história da salvação nas páginas do Antigo Testamento, encontramos

7. “Karl Rahner — A Antropologia: Problema Teológico — Editora Herder, São Paulo, 1968, pp. 37-38.

uma dupla linha: de um lado ela nos apresenta as intervenções de Javé na realização do seu plano salvífico; de outro lado, encontramos as respostas do homem quase sempre negativas.

Apesar de estas duas correntes não constituírem realidades separadas, sua plena inteligibilidade só se torna possível na pessoa de Cristo. É Nele que o encadeamento das obras divinas encontra o seu ponto de convergência e de plena realização.

Por um insondável mistério de Deus, quanto mais a humanidade se obstinava na vivência do mistério da iniguidade, tanto mais Ele intensificava o seu amor salvífico. Quando chegou a "plenitude" dos tempos, "Deus" fez-nos conhecer o misterioso desígnio de sua vontade que, em sua benevolência, ele formara desde sempre... o desígnio de reunir em Cristo todas as coisas (Ef. 1, 9 — 10). Para isto Deus enviou seu Filho ao mundo (Jo. 3, 16). N'Ele possuímos, em plenitude (Col 1, 19), a personificação histórica do desígnio universal salvífico de Deus (Jo. 14, 6).

Sendo ele mesmo o centro e a chave da história (Apol. 22 13), todas as realidades extra-divinas para Ele convergem, pelo fato de terem sido criadas n'Ele, por Ele e para Ele (Col. 1,16 — 17, I Cor. 8,6; Heb. L, 3 e Jo. 1,3),

"imagem do Deus invisível e o primogênito de toda criação" (Col. 1, 15).

IV - 2. — O VERBO DE DEUS SE FEZ HOMEM

Quando chegou a plenitude dos tempos, "o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo. 1,14). Significa isto que, num determinado momento, Deus resolveu em Cristo engajar-se pessoalmente na história humana. Fazer-se "carne" significa ainda assumir a natureza humana com todo o peso de sua fraqueza e finitude. Quer dizer igualmente, na feliz expressão de Michel Schmaus, que "a força existencial do Logos se fez força existencial da natureza humana: o Logos se apropriou da natureza humana com tal força que se pode dizer que sua própria mesmidade se fez a mesmidade do "ego" da natureza humana; que o Verbo se fez responsável pela história e pelo destino do homem". (8)

Pela união hipostática, que reúne em Cristo as naturezas humana e divina e as torna para sempre indissociáveis, realizou-se a restauração daquele convívio dialógico ("dialogische Partnerschaft") rompido pelo homem nos primórdios da história. Daí por diante, este mundo não é somente sua obra distinta d'Ele, mas sua realidade própria (como "natureza" da qual Ele se apropria,

8. M.Schmaus — Teologia Dogmática, Madrid, 1962, Ediciones Rialp S. A., trad. de R. D. Balbrich e L. G. Ortega, 2a. edição espanhola, vol. III, p. 139.

ou ainda como “meio cósmico”, no sentido teilhardiano, onde esta natureza está necessariamente engajada.

É ainda a realidade da união hipostática que permite ao teólogo afirmar que o Absoluto Pessoal, imutável em si, usando da liberdade de independência infinita tornou-se mutável em um outro, sem abdicar, em nada, a sua mesmidade. Malgrado a imutabilidade de Deus, o dever histórico da realidade humana tornou-se sua história própria, nosso tempo, o tempo do eterno, nossa morte, a morte do Deus imortal. (9)

A pessoa de Cristo é, deste modo, o ponto de convergência entre Deus ofendido e o homem decaído, entre a história da salvação e a história humana. Ele representa, por um lado, o prolongamento da história humana na qualidade de novo Adão que veio finalizar a história; e, por outro lado, dá continuidade às ações divinas, realizando obras definitivas para plena realização do desígnio universal salvífico de Deus.

Apesar do seu significado profundo, a Encarnação não nos diz tudo sobre Cristo como ponto de convergência da história da salvação. Somente à luz do Mistério Pascoal que compreende por núcleo dominante a morte

e a ressurreição do Cristo, é que podemos compreender melhor o papel desempenhado por Ele.

IV - 3 — AS DIMENSÕES DO MISTÉRIO PASCOAL

Para realizar o Mistério Pascoal, Cristo ofereceu-se livremente ao Pai (Jo. 10,20). Nesta passagem joânica, aparece bem claro o nexo entre a sua morte e ressurreição. É a ressurreição que prova a liberdade de Cristo na sua morte. É certeza de que esta morte, aparentemente imposta, era um sacrifício voluntário. Neste acontecimento, Cristo ressuscitado nos plenificou de vida, passando antes pela humilhação da morte (Col. 1,18). Comulou-nos de graça e de libertação, de verdade e de filiação divina, restaurando assim aquela união primordial do homem com Deus, rompida pelo pecado original.

A unidade ou recapitulação de todas as realidades criadas, operadas por Cristo no Mistério Pascoal, compreende três dimensões:

DIMENSÃO ECUMÊNICA

A salvação trazida por Ele dirige-se a todo o gênero humano. Não foi, portanto, apenas para Israel, povo escolhido. Na consciência do seu ato sacerdotal estavam presentes todos os homens, todo o homem e cada ser

9. KARL HAHNER — *Écrits Théologiques*, Desclée de Brouwer, Paris, 1963, vol. III, pp. 81-98.

humano em particular. N'Ele e por Ele todos tornaram-se novas criaturas.

DIMENSÃO CÓSMICA

A natureza que fora atingida pela desordem provocada pela ruptura entre o homem e Deus, foi então restaurada igualmente por Cristo. As potências do Mal já foram vencidas, apesar de continuarem lutando. Desta maneira, de Cristo ressuscitado emergiu um mundo irreversivelmente novo e definitivo, que jamais voltará a ser dominado pelas potências do Mal.

DIMENSÃO ESCATOLÓGICA

Esta dimensão é a mais bela e a que mais interessa ao sentido da história, visto numa perspectiva teológica.

Afirmam os teólogos da história que o Mistério Pascal de Cristo, ou seja, sua Encarnação — Morte — Ressurreição, foi o acontecimento supremo da história, que marcou definitivamente sua finalização. Ele nos forneceu assim não apenas um novo sentido, mas o sentido mesmo da história.

A significação escatológica do que acabamos de afirmar, será melhor compreendida se fizermos referência à Encarnação. Este momento da história da salvação é riquíssimo de signifi-

cação para a teologia da história. Citando o teólogo alemão Karl Rahner dizíamos há pouco que, "no Filho, enquanto imagem perfeita do Pai, está contida toda possível e real criação, de tal maneira que não haveria criação se não fosse precedida da geração do Filho, que é plenamente adequada à infinitude de Deus". (10)

Se em Cristo "está contida toda possível e real criação", não será exagero afirmar que nenhum progresso técnico ou cultural seria capaz de inventar algo que fosse superior à criaturalidade de Cristo. Infere-se disto igualmente que o futuro promissor que a humanidade, por caminhos diversos e mediante as etapas da evolução, pretende alcançar como realidade inédita, já está contido implicitamente na criaturalidade do Cristo Primogênito. Em síntese, n'Ele se encontra o termo do progresso!

A dimensão escatológica do Mistério Pascal se fundamenta também na união hispostática. Reunindo na sua pessoa as naturezas humana e divina, Cristo em apenas 33 anos de existência terrena, viveu toda a dimensão do tempo. Ressuscitando dentre os mortos e ascendendo à eternidade, estabeleceu entre a história e o homem, o tempo e o espaço, como também entre as demais realidades humanas uma dimensão de tempiternidade.

10. Karl Rahner — op. cit. p. 62-63.

Deste modo, temos no Mistério Pascoal a contemporaneidade de realidades não-coetâneas!

Por estas razões podemos afirmar que n'Ele já se realizou a parusia, ainda que obscuramente percebida, aguardando o fim dos séculos para revelar-se na totalidade da sua significação.

Aparentemente somos levados a pensar que nada mudou, que nenhum fato histórico definiu o rumo do homem e da história. Pois, esta continua marcada pela insatisfação, dominada pela busca do poder e pela cupidez do dinheiro; enfim, o homem continua inexoravelmente sendo vítima do sofrimento e da morte.

Verdade é que não podemos desprezar o realismo destas objeções. Entretanto, raciocinar unilateralmente, a partir apenas deste ângulo, é esquecer que a história pode ser lida e interpretada a partir de diversos níveis. Mesmo assim, o realismo destas objeções não é incompatível com o raciocínio teológico.

A ressurreição de Cristo é o acontecimento inaugural e decisivo do julgamento da história, e da humanidade. Sendo, assim, o sentido da história, em substância, foi realizado e o essencial para a consumação da história já foi fundamentalmente adquirido. A ressurreição de

Cristo representa, por conseguinte, a "escatologia começada".

Embora a humanidade continue presa das ambições do poder e do dinheiro, vítima da caducidade e da morte, ela vive atualmente no período histórico definitivo, que é o do julgamento. E este julgamento atual afirma Daniélou — é somente um começo do último Julgamento, que lhe conferirá sua ratificação definitiva. (11)

Para concluir, é oportuno lembrar que o sentido da história realizado por Cristo no Mistério Pascal não anulou a consistência da liberdade humana, que continua livre para aceitá-Lo. Daí porque, considerando o misterioso dom da liberdade humana, podemos afirmar que Ele nos salvou apenas condicionalmente.

VI — HISTÓRIA DA SALVAÇÃO E HISTÓRIA HUMANA

Qualquer estudioso da teologia da história se depara com este problema: há duas histórias paralelas, ou a da salvação destrói a consistência da história propriamente humana?

Do ponto de vista teológico, podemos afirmar que só existe a história da salvação. Ela contém nas suas coordenadas toda a história humana, sem todavia

11. Jean Daniélou — op. cit. p. 241.

eliminar a sua mesmidade e sua inalienável liberdade. Para compreender tal afirmação, devemos considerar a obra redentora de Cristo.

A história da salvação, enquanto redenção objetiva, engloba absoluta e necessariamente toda a história e cada um dos seus elementos, uma vez que Cristo redimiu o cosmos e toda a humanidade. Neste plano é absurda e contraditória a separação entre ambas.

Mas, se consideramo-la sob o ângulo da redenção subjetiva, admitimos distinções entre ambas. Pois, a redenção subjetiva não é outra coisa senão a encarnação da graça redentora de Cristo na história humana, feita pela Igreja através dos tempos. Apesar de tudo ter sido redimido por Cristo, nem toda a realidade aceita a sua graça redentora. A graça depara-se, deste modo, com o misterioso dom da liberdade humana. Considerada ainda sob este prisma, não podemos identificar a história humana e a da salvação, sob pena de negarmos a dialeticidade entre a graça e a pessoa humana.

As duas faces de uma única realidade — se desenvolvem no âmbito da ordem sobrenatural estabelecida pela vontade salvífica de Deus. Assim, a ordem

sobrenatural envolve toda a história humana colocando-a em estado de vocação, de abertura, à história da salvação.

Além disso, e não obstante a consistência da história humana, esta não deve ser considerada como um obstáculo. Ao contrário, deve ser vista como condição indispensável à realização da história da salvação.

A história humana comunga com a da salvação por intermédio das pessoas que acolhem livremente a graça de Deus comunicada em Cristo, sem contudo, perder a sua mesmidade.

Somente em Cristo ressuscitado é atingida uma unidade absoluta e indissociável entre as realidades natural e sobrenatural. Esta unidade, apesar de já realizada definitivamente, permanece “inacabada, periclitante e oculta”.

Quando, no final dos tempos, tivermos então a plena inteligibilidade do mistério pascal, compreenderemos melhor a cristofinalização da história. Por ora, enquanto nos for dado viver na dinâmica provisória do tempo, caberá à Igreja anunciar a todos o sentido cristão da história e da existência humana.

Pe. ITAMAR DE SOUZA

Heitor Villa-Lobos

Violoncelo e Contrabaixo

Verissimo de Mélo

Leopold Stokowski, com sua autoridade de grande regente, declarou, por sua vez, que Villa-Lobos foi “um dos maiores compositores do sec. XX, porque expressou, através de sua música, a imensa variedade da vida de seu país natal, o Brasil. Além disso, sua música é compreendida pelos povos de todos os países, porque é universal. “E concluiu: “O mundo musical está enriquecido pela sua criação”.

Falar em música, na Semana da Arte Moderna, em São Paulo, — acontecimento cultural cujo cinquentenário comemoramos em 1972, — é como se nos pedissem para falar sobre Heitor Villa-Lobos. De todos os músicos que se apresentaram no Teatro Municipal de São Paulo, naquele remoto ano de 1922, foi ele o mais importante, o maior de todos, e hoje é glória do Brasil e da cultura musical do mundo contemporâneo.

Para começo de conversa, é preciso declarar que Villa-Lobos foi um gênio! “Era um gênio mesmo, — escreveu Manuel Bandeira, — o mais autêntico que já tivemos, se é que algum dia tivemos outro”. E Mário de Andrade acrescentou que “o colocaria, como gênio criador, acima de Strawinsky, explicando: “...a obra do russo é genial, mas se apoia numa cultura imensa, ao passo que Villa achava tudo por intuição, e suas soluções eram verdadeiramente golpes de gênio”.

O maior violoncelista do mundo, Pablo Casals, afirmou: “A música deve a esse compositor genial não somente o que ele nos deixou de sua obra, mas ainda a sua corajosa atitude de oposição às correntes subversivas de que chamam — música moderna. Villa-Lobos ficará como uma das grandes figuras da música do seu tempo e uma das maiores glórias do país que o viu nascer”.

O compositor argentino Gomes Carrillo proclamou: “Nós, argentinos, saudamos em Heitor Villa-Lobos o Músico da América”.

Bidu Sayão, a grande cantora lírica, exaltando sua memória, escreveu: “... Villa-Lobos: Glória da nossa terra, glória de todas as Américas, glória de um mundo civilizado que, consternado, sente sempre a falta da sua gigantesca personalidade. Seu espírito, porém, não morrerá nunca; seu nome e seu trabalho ficarão eternamente na história da civilização”.

Um musicólogo francês, Marcel Beaufils, assinalou: “Os gênios em música, como em pintura, são sempre e sobretudo, poetas; porque têm a intuição através da qual nem o dia, nem a noite, nem o mar, nem a terra foram vistos antes. E, assim assemelham-se às crianças; não por serem infantis, mas porque conservam o senso do essencial. Assim, Villa-Lobos dialogou com o Mundo, e, no Mundo, com os pássaros e as crianças.

O crítico Otto Maria Carpeaux, na sua “Nova História da Música, salientou: “A arte de Villa-Lobos significa a “Declaração de Independência musical do Brasil”.

Estas opiniões, do mais alto valor, dão a medida da grandeza desse brasileiro que renovou a música do nosso século e elevou o Brasil à categoria de grande potência, no plano da criação musical. Destaque-se ainda o sentido nacionalista de sua obra, que é imperecível.

Apenas para marcar sua presença na Semana de Arte Moderna, devemos consignar três depoimentos insuspeitos. A pianista Paulina d'Ambrósio, que foi convidada a divulgar algumas obras de Villa-Lobos, afirmou: “Cumpro assinalar que as realizações, no Teatro Municipal de São Paulo, foram tumultuosas: metade da platéia delirava aplaudindo e a restante vaiava” “...antes de começar a

tocar a sonata, (aliás, muito aplaudida), ao levantar a alça do meu vestido que estava fora do lugar, gritaram: “Quem tem um alfinete aí?” — o que me fez chorar de nervosismo, sendo acalmada pelas boas palavras e olhares de advertência do querido Villa”.

Eleazar de Carvalho, o maestro chamou-o de “vanguardista da Semana da Arte Moderna”. E Donatello Grieco escreveu: “Suas recordações pessoais da Semana de Arte Moderna traziam, vivas, as imagens de alguns revolucionários que também já se foram desta terra...”

DADOS BIOGRÁFICOS

Apenas para configurá-lo no seu tempo, eis alguns dados biográficos de Villa-Lobos: Nasceu a 5 de março de 1887, no Rio de Janeiro, sendo filho de Raul Villa-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional e músico amador, e de sua esposa d. Noemia Villa-Lobos.

Estudou regularmente apenas violoncelo, mas já na mocidade tocava também violão e clarineta, ao tempo em que concluía o curso ginásial no Mosteiro de São Bento.

Conviveu com músicos e seres-teiros do Rio, no começo do século, adquirindo experiência e conhecimento dos temas tradicionais. De 1906 a 1911, viaja todo o Brasil, norte-nordeste,

centro e sul, onde recolhe centenas de melodias folclóricas para suas composições.

Em 1920, toca em orquestras de teatros e cinemas, no Rio, participando da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922.

Viaja à Europa, em 1923, e no ano seguinte dá seu primeiro concerto em Paris, acompanhado pelo pianista Rubinstein, o primeiro grande intérprete e admirador de sua música. Em 1930, realiza concertos noutras cidades europeias e na Argentina, sendo nomeado professor de composição do Conservatório Internacional de Paris, ao lado de Ravel, Manuel de Falla, Iturbi e outros. Convive com os maiores nomes da música internacional, entre os quais Strawinsky, Prokofieff, Schoenberg.

A partir de 1932, através da Prefeitura do Distrito Federal, inicia e revoluciona o ensino do Canto Orfeônico nas escolas públicas do Rio e São Paulo, levando até 40 mil vozes de crianças às praças públicas e estádios. Ao mesmo tempo em que se dividia com a atividade pedagógica, escreve música, realiza concertos e viaja pela América do Sul e Europa. Em 1945, rege as suas primeiras obras nos Estados Unidos, em Boston, prosseguindo, mais tarde, em Nova York e outras cidades norteamericanas e europeias, onde faz gravações e dá concertos.

Em 1957 já é nome consagrado internacionalmente, ao completar 70 anos, quando foi homenageado pelo Governo Brasileiro, que instituiu o "Ano Villa-Lobos", recebendo distinções de todo o nosso mundo artístico.

Em 1958 realiza os últimos concertos nos EE.UU. e Europa, compondo para o Vaticano um "Magnificat-Aleluia", além de obras para o cinema. Em 1959, em plena atividade criadora e intensa movimentação artística, morre Villa-Lobos no Rio de Janeiro, a 17 de novembro, com 72 anos de idade.

AS CIRANDAS

A produção musical de Villa-Lobos é assombrosa, tanto pela quantidade quanto pela qualidade. Antes ou depois dele, ninguém no Brasil produziu tanta música. O crítico Eurico Nogueira França escreveu a propósito: "O conjunto das suas composições representa legado mais vasto do que o de qualquer outro mestre contemporâneo". Conhece-se dele cerca de 800 e tantas obras, sem contar com 50 peças religiosas que se extraviaram. Algumas dessas peças têm a duração de minutos; muitas de 25 a 30 minutos; outras, de 40 a 50 minutos; e algumas até de 2 horas, como são as suas óperas. Explorou todos os gêneros da música erudita, sabendo infundir em todos eles o traço de sua personalidade e do nosso rico folclore em quase

todos eles o traço de sua personalidade e do nosso rico folclore em quase todas. Não se deve dizer que ele estilizou os temas da música folclórica, — observou um crítico. Ele fez muito mais. Transfigurou os elementos folclóricos numa obra nova, poderosa, de aceitação internacional.

Este é, de fato, um dos aspectos mais altos do compositor Villa-Lobos: O aproveitamento dos motivos folclóricos brasileiros, para elaboração de obra enorme e de grande beleza harmônica e rítmica. O que fizeram outros grandes músicos do passado com os temas populares da Europa, Villa-Lobos fez com os motivos brasileiros, sejam de origem ibérica, africana ou indígena. No seu livro "GUIA PRÁTICO", ele reuniu 137 arranjos e ambientações de música do folclore infantil, para piano e canto.

Observe-se que nem tudo na obra de Villa-Lobos é transfiguração de elementos folclóricos. O próprio compositor classificou sua obra em cinco grupos, segundo os processos de composição predominantes:

1.º Grupo — Peças com interferência folclórica indireta. Exemplo, entre outros, a página Uirapuru.

2.º Grupo — Peças com alguma interferência folclórica direta: Ex.: Cirandinhas.

3.º Grupo — Peças com trans-

figurada influência folclórica. Ex.: Os Choros.

4.º Grupo — Peças com transfigurada influência folclórica impregnada do ambiente musical de Bach. Ex.: As Bachianas Brasileiras de n. 1 a 9.

5.º Grupo — Peças em pleno domínio do universalismo. Ex.: A 6a. e 7a. Sinfonias, o 1.º Concerto para Piano, a 1a. e 2a. Suites Sugestivas, o 9.º e 10.º Quartetos de Corda e outras.

As Cirandinhas nada mais são do que as nossas velhas cantigas de roda. Ele as recolheu às dezenas e em torno de cada uma criou nova melodia, novo desenho melódico. São peças curtas, mas algumas de sugestiva expressividade.

CANTOS CORAIS

Algumas declarações de Villa-Lobos, proferidas em diversas oportunidades, dizem mais de sua personalidade do que tudo que pudéssemos alinhar a respeito. Ao musicólogo argentino José Maria Fontova, por exemplo, Villa-Lobos declarou:

— Escrevo toda essa música porque toda ela está dentro de mim. Escrevo música brasileira porque me sinto possuído pela vida do Brasil, de seus cantos, suas histórias, sonhos, esperanças e realizações.

Uma das suas máximas, reveladas ao folclorista e compositor

Gomes Carrillo, foi esta: "Para escrever-se bem, deve-se escrever sempre e jamais crer que já se escreveu o bastante".

Villa-Lobos não acreditava no que se convencionou chamar de "inspiração". A predisposição insopitável para extravasar no papel um motivo melódico, um tema literário ou uma solução de arte plástica. Confessou, certa vez, numa entrevista: "Esse negócio de inspiração não existe em mim. Eu nasci inspirado já. Ou eu faço uma boa coisa ou faço uma droga. Mas esse negócio de procurar inspiração, deixar crescer cabeleira, beber... isso não existe em mim. Eu escrevo quando é preciso".

Na sua fase de renovador do ensino do canto orfeônico no Rio de Janeiro, Villa-Lobos criou verdadeiras jóias musicais. Uma delas, por exemplo, baseada em motivo afro-brasileiro, é "Estrela do Céu é Lua Nova", conhecido também por Makumbabêbê.

MÚSICA PARA VIOLÃO

Antes de Villa-Lobos quem escreveu música erudita para violão no Brasil? Apenas raros músicos populares escreveram alguma coisa. O violão foi, em certa época, considerado em nosso país instrumento plebeu, de capadócio. Villa-Lobos, convivendo de perto com músicos populares, como Pernambuco, Donga, Eduardo das Neves, Catulo da Paixão Cearense, Zé do Cavaquinho

e outros, participou de suas notadas musicais e soube assimilar e explorar, na música erudita, preciosos elementos popularescos.

Sua produção violonística, das mais belas que conhecemos modernamente, para o instrumento, inclui Estudos, Prelúdios, Choros e Concertos para violão e orquestra e violão e outros instrumentos.

Em 1929, em Paris, Villa-Lobos escreveu 12 Estudos para Violão, dedicando-os ao seu amigo violonista Andrés Segóvia, o maior intérprete do instrumento na época. Esses estudos antecederam às Bachianas Brasileiras, mas já um crítico vislumbrou neles influência de Bach.

É preciso considerar que Bach foi sempre a maior paixão musical de Villa-Lobos, embora se assinale igualmente, em sua obra, influências de Debussy e Stravinsky, além de outros músicos. Villa-Lobos considerava Bach a matriz de toda a música, "a luz que ilumina toda música".

OS CHOROS

Andrade Muricy afirma que a espinha dorsal da obra de Villa-Lobos está constituída pelos Choros. Sobretudo os Choros para piano e orquestra, verdadeiras sinfonias, onde transparecem motivos brasileiros em ritmos os mais variados. São 16 Choros, escritos de 1920 a 1929. O choro n. 10 considerado o mais belo.

O BAILADO UIRAPURU

Das viagens e observações de Villa-Lobos na Amazônia, destaca-se uma página musical de colorido intenso e sons estranhos, imitando ruídos na floresta, pássaros e animais, água e ventania. É o grande ballet “Uirapuru” uma das composições imortais de Villa-Lobos.

AS BACHIANAS
BRASILEIRAS

As mais famosas composições de Villa-Lobos são as Bachianas Brasileiras. Em número de nove, escreveu a respeito delas o crítico Eurico Nogueira França: “As Bachianas são algo de surpreendentemente novo, não só na produção musical brasileira, mas na de todo o mundo moderno”.

Observe-se que a tessitura dessa música, em muitos momentos, é certamente bachiana, mas os motivos e certas soluções são autenticamente brasileiros e característicos de Villa-Lobos.

A Ária das Bachianas Brasileiras n.º 5 é considerada pelo crítico Adhemar Nóbrega “a obra-prima absolutamente de Villa-Lobos”, “a quintessência da espiritualização da expressão melódica brasileira através o gênio de Villa-Lobos”. Há excelente gravação dessa Bachiana n.º 5 pela Orquestra Nacional da Rádio Difusão Francesa, na voz do soprano Victoria de Los Angeles.

VILLA-LOBOS, O
IMPREVISÍVEL

Muito se tem escrito sobre a personalidade vigorosa e complexa de Villa-Lobos. Para uns, ele era um temperamental, explosivo, mal educado. Outros procuravam atenuar seus impulsos, suas idiossincrasias. O crítico Adhemar Nóbrega, seu ex-aluno e amigo, que conviveu de perto com o famoso músico, entende que Villa-Lobos “era principalmente o imprevisto”. . . “as reações inesperadas marcavam mais sua personalidade do que a constância de uma determinada gama de atitudes”.

Quando sentia que um músico, que o procurava, tinha talento, procurava ajudá-lo de qualquer maneira. Mas não perdia tempo com iniciantes desprovidos de qualidades primárias para o exercício da composição ou da interpretação.

Procurado, certa vez, por um músico do interior, — conta o crítico Adhemar Nóbrega, — que desejava estudar com ele e mostrar algumas composições, Villa-Lobos perguntou-lhe logo, prá não perder tempo:

— “Você sabe solfejar?”

E como o visitante declarasse que não sabia, Villa-Lobos acrescentou brusco:

— “Então, o que é que você está

fazendo aqui? Vá aprender a solfejar e volte”.

Encerrou a entrevista.

* * *

O escritor Érico Veríssimo, dos vários encontros que teve com Villa-Lobos, no Brasil e nos Estados Unidos, nos dá notícias das atitudes imprevisíveis do músico brasileiro.

Em 1944, em Los Angeles, Érico Veríssimo foi convidado para servir de intérprete na festividade em que Villa-Lobos receberia o título de “honoris causa” do Occidental College. O auditório do colégio estava superlotado. Ao ser apresentado a Érico Veríssimo, e como não sabia de quem se tratava e nem entendera o nome direito, exclamou:

— Como vai, Luis?

Ao entrar o cortejo no grande auditório, sob aplausos, Villa-Lobos, de toga negra, cochichava ao ouvido de Érico Veríssimo:

— Estou doido prá fumar...

Ao iniciar a sessão, o coral do Colégio interpreta uma composição de Villa-Lobos. Ele resmunga para Érico Veríssimo:

— Santo Deus! Como cantam mal!

O presidente da solenidade indaga a Érico Veríssimo o que o

Maestro estava dizendo. Veríssimo traduz à sua maneira:

—Ele disse que o coral é excelente.

— Good, — responde o presidente.

* * *

Noutro dia, ainda em Los Angeles, Villa-Lobos e Érico Veríssimo foram convidados para um jantar com pessoas importantes da cidade. O microfone passa a declarar o nome das celebrações presentes. Quando se refere a um famoso diretor de cinema, autor de vários filmes, Villa-Lobos exclama em voz alta:

— Grande besta.

Ao anunciar o representante dos estúdios de Walt Disney, que acabara de produzir o filme “Adiós, Amigos”, sobre a América Latina, Villa-Lobos comenta:

— Grande droga, por sinal.

Noutra ocasião, um dos magnatas do cinema oferece uma recepção ao maestro, com presença também de nomes famosos, num determinado clube. Uma senhora norte-americana pede a Érico Veríssimo para dizer a Villa-Lobos que aquele clube já recebera outras grandes personalidades, como Toscanini, Stokowski, Rachimaninoff e outros. Érico Veríssimo traduz e Villa-Lobos apenas resmunga:

— Não me interessa... não me interessa.

A dama indagou o que dizia o Maestro. E Veríssimo traduziu para o inglês, à sua maneira:

— O maestro declara-se encantado!

A senhora volta à carga e pede para dizer ao maestro que os norte-americanos o admiram muito, pouco importando que ele não fale inglês. Érico Veríssimo traduziu para Villa-Lobos e este exclamou:

— Diga a essa senhora que não sou papagaio e nem palhaço de circo!

O tradutor, agoniado, acrescenta:

— O maestro está dizendo que se sente felicíssimo por estar aqui...

* * *

Já no Brasil, conta Érico Veríssimo outra atitude incrível de Villa-Lobos. Ao receber, em pleno palco, o diploma de **honoris causa** do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, Villa-Lobos pegou "o canudo e levou-o a um olho, à guisa de binóculo e, sorrindo, pôs-se a espiar o público". Acrescenta Veríssimo: "Esse, acho, foi o seu melhor, mais autêntico discurso de agradecimento".

Episódio dos mais interessantes na vida de Villa-Lobos, que atesta a importância do seu nome e sua música no estrangeiro, foi narrado pelo sr. Jorge Dodsworth Martins, no livro "Presença de Villa-Lobos", vol. 1, edição do Museu Villa-Lobos. Estando o compositor em Nova York, num hotel, foi procurado pela pianista Miss Ellen Bellon, que lhe solicitava compusesse um concerto para piano e orquestra. Propunha o pagamento de três mil dólares. Villa-Lobos lamentou não poder atendê-la, pois dentro de vinte dias regressaria ao Brasil. Miss Bellon aumentou o preço para quatro mil dólares. Villa-Lobos afirmou que não se tratava de "dólares", mas de "tempo". Regressando à casa a pianista resolveu insistir no pedido e telefonou ao músico brasileiro nestes termos:

— Senhor Villa-Lobos, pense agora em cinco mil dólares.

Villa considerou o peso da proposta e capitulou, dizendo:

— Minha senhora, não quero negar-lhe mais e resolvo que me procure dentro de vinte dias e será o que sair. Venha buscar o seu concerto.

Nesta altura o sr. Dodsworth Martins indagou a Villa-Lobos:

— Mas você não tendo piano à disposição, — estava num hotel, — como pode trabalhar?

Villa confidenciou:

— Meu velho, eu componho ce-rebralmente, sem auxílio de nada, e digo-lhe mais, faço de fato a partitura, isto é, a distribuição das notas no papel pautado, de todos os instrumentos, piano e orquestra.

Dois anos depois, Villa-Lobos ganhou bastante dinheiro e escreveu a Miss Bellon dizendo que desejava readquirir seu trabalho, propondo que o enviasse pelo reembolso postal, que ele pagaria os cinco mil dólares. De forma gentil, a pianista respondeu que o concerto não tinha preço, mas prometeu vir ao Rio de Janeiro e executá-lo, sob a regência do próprio Villa-Lobos. Cumpriu sua palavra e o recital foi um sucesso. O concerto foi gravado nos EE.UU. e a pianista ganhou, com ele, muitos outros cinco mil dólares...

* * *

Certa vez, Villa-Lobos escreveu esta frase aparentemente singela e despretenciosa, mas que já assume alta significação após treze anos de sua morte: "Considero minhas obras como cartas que escrevi à Posteridade, sem esperar resposta".

Este momento em que relembra-

mos suas músicas, sua personalidade e exaltamos sua memória, é, de certa forma, uma resposta positiva da Posteridade às cartas imortais de Villa-Lobos.

BIBLIOGRAFIA

- Muricy, Andrade, 1961 — Villa-Lobos — Uma Interpretação — Serv. de Doc. do MEC — Rio.
- França, Eurico Nogueira, 1963 — Heitor Villa-Lobos — in "Humboldt", n.º 7 — Hamburgo — Alemanha.
- Vários Autores, 1969 — Presença de Villa-Lobos — 4.º vol. Museu V. Lobos — MEC — Rio.
- Giocomo, Arnaldo Magalhães, s/d — Villa-Lobos — Edições Melhoramentos — São Paulo.
- Nóbrega, Adhemar Alves, 1971 — A Transfiguração da Expressão Popular na Obra de Villa-Lobos — in "Presença de Villa-Lobos", Vol. 6.º — Museu V. Lobos — Rio.
- Carpeaux, O. Maria, 1967 — Uma Nova História da Música — Liv. J. Olímpio Editora — 2a. ed. — Rio.
- Veríssimo, Érico, 1969 — Meus Encontros com Villa-Lobos in "Presença de Villa-Lobos" — Vol. 3 — MEC — Rio de Janeiro.

Recursos Minerais do Polígono das Secas

Octávio Santiago

O conceito geopolítico do polígono, que aqui emitimos se refere ao aspecto morfológico da área seca desde quando foi criada até a configuração atual, em suas modalidades políticas e administrativas simultâneas.

1) — A primeira idéia de enquadrar o Nordeste do Brasil, que é sujeito às secas em uma forma geométrica, delimitando determinada área, aparece em 1930, quando se procederam estudos técnicos neste sentido. Em 1936, o engenheiro Sampaio Correia, dos quadros do I.F.O.C.S. (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), procede estudos judiciosos, e o Congresso Nacional cria a lei n. 175 de 07 de janeiro de 1936. Uma poligonal que delimitava uma área de 670.000 Km², com uma população de 11.000.000 (onze milhões) de habitantes e que correspondia na época a 8% da área do Brasil (o Brasil em 1936 tem área de 8.525.000 Km²); e o Nordeste 670.000 Km². A lei do Polígono das Secas de Sam-

paio Correia é assim redigida: "Consta de uma poligonal com vértices nas cidades de Aracati, Acaraú e Camocim no Ceará, na interseção do Meridiano 44° W. com o paralelo 9.º; na interseção do mesmo meridiano com o paralelo 11º; e as cidades de Amargôsa no estado da Bahia; Traipu em Alagoas; Caruaru em Pernambuco; Campina Grande na Paraíba e Natal no Estado do Rio Grande do Norte; abrangendo os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Norte, Ceará e Piauí.

Esta área pode-se adiantar, que é a do Nordeste genuinamente atacado pelas secas no seu caráter mais autêntico.

2) — Em 1951 o deputado Badró Júnior, apresentou ao Congresso Nacional projeto e tendo sido aprovada a nova área, que é delimitada pelo polígono das secas, nela incluindo o estado de Minas Gerais, perfazendo ao todos 9 Estados.

A lei n.º 1348 de 10 de fevereiro de 1951 dá nova forma geométrica ao polígono das secas, numa área aproximadamente de 936.993 Km² (52% da área do Nordeste) e já com uma população de 20 milhões de habitantes. Aqui são incluídas as áreas genuinamente secas, que é "A poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Oceano Atlântico as cidades de João Pessoa, Natal e Fortaleza, e o limite entre os Estados do Ceará e Piauí, na foz do

rio São João da Praia; a embocadura do rio Longá, no Parnaíba e seguindo pela margem direita deste, a afluência do Uruçu Preto, de cujo curso acompanha até as nascentes; a cidade de Gilbués no Piauí, a cidade de Barra, no Estado da Bahia, e pela linha atual, as cidades: Pirapora, Bocaiúva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; as cidades de: Vista Nova, Poções e Amargosa no Estado da Bahia; as cidades de Tobias Barreto e Canhoba no Estado de Sergipe; a cidade de Gravatá no Estado de Pernambuco; e a cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba”.

As precipitações do Polígono das Secas vão até uma média de 600 mm, anuais caracterizando principalmente a irregularidade e má distribuição das chuvas de propriamente falta delas. A parte acrescida no polígono Badró Júnior já apresenta faixas com precipitações médias anuais de até 1.000mm; porém com as irregularidades e má distribuições, é

o polígono do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Em 1959 foi formulada a lei 3.692 de 15 de dezembro de 1959 que cria a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) que estipula o novo polígono, como um Nordeste sub-desenvolvido, e a figura geométrica é compensada com inclusão de faixas úmidas para sanar os desequilíbrios, regionais proporcionado pelas secas e ainda o Binômio: **Açudagem e Irrigação** é substituído pelo binômio **Imigração e Colonização**. A SUDENE planificou o combate às secas através dos seus “Planos Diretores” I, II, III e IV e vem apesar das críticas injustas e precipitadas, conseguindo recuperar o Nordeste sub-desenvolvido e mutilado. A área do polígono seco compensado abrangendo agora 10 Estados, da Bahia ao Maranhão com sua área e parte de Minas Gerais, com uma superfície de 1.606.092 Km² e 27 milhões de habitantes assim distribuídos:

Estados	Superfície em Km ²	Sup. Zona Seca Km ² / %
Maranhão	328.663	000.000 — — —
Piauí	250.934	209.736 — 83 %
Ceará	148.016	139.384 — 91 %
Rio Grande do Norte	53.015	48.864 — 90,6 %
Paraíba	56.372	55.221 — 98 %
Pernambuco	98.281	87.060 — 89 %
Alagoas	27.731	13.447 — 44 %
Sergipe	21.994	11.013 — 47 %
Bahia	561.026	318.453 — 57 %
Minas Gerais (1) . .	57.328	49.120 — 10 %
Fernando de Noronha	18	000.000 — — —
Totais (Nordeste) (2)	1.606.092	— — —
Brasil	8.509.325	932.298

(1) Municípios compreendidos no Polígono das Secas

(2) Inclui área de litígio entre o Piauí e o Ceará

Total de municípios no Nordeste: 2.156; 1.148 estão na área seca.

A área citada é de grandes recursos naturais, na sua economia quer seja no reino Animal, Vegetal ou Mineral. Como o nosso ângulo é o das matérias-primas minerais vamos passar uma revista sumária do assunto.

II) SUMÁRIO GEOLÓGICO DO NORDESTE

Em traços largos temos: 1.º A costa ou litoral com uma faixa média de 60 Km podendo variar para mais ou menos. 2.º O interior ou os sertões que abran-

gem a maior parte da região; petrograficamente encontramos três tipos fundamentais de rochas: Ígneas, Sedimentares e Metamórficas. As Sedimentares ocorrem em diversos pontos da área.

ROCHAS ÍGNEAS

Como representantes de magmas ácidos. Aparecem primeiro os granitos arqueanos que constituem o complexo brasileiro, com representantes em todos os Estados incluídos na área seca. Intrusivas graníticas ácidas, mais recentes, são encontradas em diversas partes e com diversas idades, estas últimas contribuíram na formação das rochas metamórficas ao penetrarem os sedimentos locais pré-existent. Há ainda intrusivas básicas constituídas de diabásios, basaltos, encontrados no Norte da Bahia e no Rio Grande do Nor-

te, onde aparece o representante mais ilustre, o pico do Cabugi, de idade topo Cretácio, do Turoniano superior.

ROCHAS METAMÓRFICAS

As rochas Metamórficas são os Gnasses de idade arqueana e algonqueana os xistos cristalinos: Biotita-Xisto e Muscovita-Xisto, Quartizitos, Migmatitos, em sua maioria resultante do metamorfismo das formações proterozoicas.

ROCHAS SEDIMENTARES

As rochas Sedimentares ou sedimentos são encontrados representantes de todos os períodos ou na maioria em pontos diversos, representando todas as Eras desde a azóica até a psicozoica.

III) REGIÕES E SUB-REGIÕES GEO-ECONÔMICAS

1a.) **Sub-Região** — É a faixa costeira ou litorânea, que vai do Estado da Bahia ao Maranhão, e como minerais de valor comercial nela ocorrem; no Estado da Bahia: os placeres de areia monazíticas e terras raras de Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri; a Baritina da baía de Camamu; o petróleo do Recôncavo; e o sal marinho das salinas da costa. Em Pernambuco: o calcário Gramame que dá bom cimento; a fosforita da for-

mação Marinha Farinha; o diatomito; ainda calcário para cimento, diatomito, sal gema, carnalita e silvita em Sergipe; petróleo em Alagoas; sal Marinho, calcário para cimento, diatomito em Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão, neste último monazita na foz do Meirim e delta do Parnaíba, Bauxita fosforosa e Placeres de Monazita na baía de Tutóia.

2a.) **Sub-Região** — Francamente industrializável, ou limítrofe a usina de Paulo Afonso, com sua influência nos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe. Assim indústrias promissoras de ferro ligas de níquel, cromo, manganês: com jazidas de Garnierita de Níquel e Cromita em Campo Formoso na Bahia; ainda cromita em Santa Luzia na Bahia; abundantes lençóis de água subterrânea. Fundentes como: Fluorita, Calcário, Dolomita, Quartzo; Abrasivos: Granadas, sílex, calcários para cimento; fertilizantes como Salitre (N e K) *; o ferro de Sentosé; manganês de Saúde, Jacobina e Bonfim. Em Sergipe temos: o sal gema e os sais potássicos de Comandiba (silvita e carnalita); Alagoas: a magnetita titanífera de Arapiraca e amianto de Traipu; gipsita e enxofre da série Jatobá de idade mezozoica em Pernambuco e Bahia.

3a.) **Sub-Região** — É do Bico do Papagaio no Estado de Mi-

(*) — N e K — de Nitrogênio e Potássio.

nas Gerais e a de Alto e Médio São Francisco no Estado da Bahia. Aí se encontram: cobre no município de Jaguari (jazida Caraíba) na Bahia; ferro em São José do Belmonte em Pernambuco. Chumbo em Macaúbas (mina Bouquira) e prata associada ao chumbo (galena argentífera), níquel de Jacaraci na Bahia; ouro e diamante em aluviões dos afluentes do Jequitinhonha em Minas Gerais etc., aluviões estaníferos de Arasaú, Minas Novas calcários para cimento das formações silurianas da série Bambuí; no bico Papagaio em Arassuaí fica a região das pedras coradas.

4a.) **Sub-Região** — Das nascentes do rio das Contas. Abrangendo: Brumado e Serra das Éguas, na Bahia, com ouro em filões de quartzo e aluviões de ouro e estanho dos afluentes dos rios das Contas; pegmatitos com cassiterita, berilo verde (esmeralda). A serra das Éguas com ótima magnetita, manganês e ouro; os pegmatitos e aluviões de estanho do rio das Contas; depósitos de amestistas em Brejinho e Caitité.

5a.) **Sub-Região** — É a região do centro da Bahia produtora de diamantes e carbonados (diamantes pretos), em: Lençóis, Andaraí, Mucugê; é a denominada chapada diamantina. Ainda existe ouro na serra de Jacobina e manganês também.

(*) N e K = de Nitrogênio e Potássio.

6a.) **Sub-Região** — É a do planalto da Borborema com a província pegmatítica de tântalo, nióbio, glucínio e a província xilitífera nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, principalmente na região do Seridó destes dois Estados constando de uma área de 24.000 Km² abrangendo 10 municípios da Paraíba e 24 do Rio Grande do Norte.

7a.) **Sub-Região** — É a região da chapada de Araripe que abrange o extremo oeste de Pernambuco, leste do Piauí e sul do Ceará. A série Araripe portadora de gipsita, anidrita e possivelmente enxofre da formação Santana (de idade Cretácea) e grandes mananciais e reservas de águas subterrâneas.

8a.) **Sub-Região** — É a do vale do rio Jaguaribe no Ceará com suas reservas de magnesita e água subterrânea, em diversos municípios de Jucás, Cariús, Cedro, José de Alencar, Lima Campos e Orós.

9a.) **Sub-Região** — Abrange o resto da costa do Ceará exceto a do Vale do Jaguaribe já vistos. Os aluviões de rutilo do Camobim, Sobral, Senador Pompeu (zona pegmatítica), Itapipoca, Uruburetama, Quixadá, Novas Russas, Crateus, Joá e Independência. A região pegmatítica de Solonópolis, Acopiara, Quixeramobim, Senador Pompeu produtoras de berilos e lítio. Além de ouro, ferro, e manganês; ouro da Serra Ibiapava; ferro em Itaúna e Chaval; man-

ganês; Granja, Itaúnas e Pacajus. Cobre de Viçosa e águas subterrâneas; cobre em Aurora e Cochá; gesso no Grato.

10a.) **Sub-Região** — Piauí e Maranhão. No Piauí — Ocorrências de Hulha; água subterrânea; diamantes em Gilbuês; bentonita em Oeiras; gesso em Paulistana e Serra Vermelha; monazita no delta do Parnaíba; calcário para cimento e ilmenita.

No Maranhão temos: a bauxita fosforosa de Tutóia; diatomito; gipsita e anidrita nas camadas cretáceas do Alto Mearim e do Alto Grajaú.

GEOGRAFIA DOS MINÉRIOS E MINERAIS ECONÔMICOS

ESTADO DA BAHIA

Petróleo — Bacia do Recôncavo (1.500 Km²), Mata de São João, Lobato, Tauipe, Água Grande, Candeia e Outros Campos.

Ferro — Sento Sé, Xique-Xique, Jequié, Mundo Novo.

Manganês — Jacobina, Bonfim, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Jacaraci, Urandi.

Gás Natural — Aratu, Candeias, Jacuipe e Água Grande.

Xisto Betuminoso — Maracito (Maraú), e folhelhos siltíticos da série Bahia (Bacurituba e Bom Princípio).

Magnesita — Brumado, Serra das Éguas.

Chumbo — Macauba (Bouquira), Sento Sé, Assurua.

Ouro — Rio Itapicuru, Serra Jacobina, Rio das Contas, Piatã.

Diamantes — São os municípios da Chapada Diamantina: Morro do Chapéu, Andaraí, Lençóis, Muçugê, Rio das Contas, Palmeiras, Xique-Xique, Macaúbas, Canavieiras.

Talco — Serra das Éguas (em Jacobina).

Pedra Sabão — Brumado (Saponito).

Betumes — Itaparica, Maraú, Ilhéus.

Urânio — Conglomerados Auríferos (Canavieiras), nos arenitos de Tucano.

Tório — Prado, Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Cumuraxatiba, com prazeres de areias Monazíticas.

Nióbio e Tântalo — Pegmatitos de Conquista.

Berilo e Micas — Itambé, Conquista, Encruzilhada, Prado.

Estanho — (Cassiterita) — Rio das Contas, Jequié, Brumado.

Cromita — Campo Formoso e Santa Luzia.

Turfa — Turfa de Maraú.

Zirconita — Associados as areias Monazíticas.

Calcários — Em diversos municípios.

Mármore — Joazeiros, Curaçá, Belmontes.

Baritina — Ilhas: Grande e Pequena na baía de Camamu; Rio dos Pires, Monte Belo, Ibitiara.

Amianto — Itaberaba, Bonfim, Campo Formoso, Jaguarari, Poções, Casa Nova.

Grafita — Caravelas, Itaporã

Fluorita — Santa Mara da Vitória, Xique-Xique, e vieiros em Calcários da série Bambuí — Sento Sé.

Sal Gema — Casa Nova, Sento Sé e Joazeiro.

Enxofre — Camacan (fazenda Potiguará), em Canavieiras.

Salitre — Geremoabo, Euclides da Cunha, no Vale do rio Salitre e em grutas calcáreas da série São Francisco.

Cobre — Caraiba, Curaçá, Brotas de Macaúbas, Joazeiro.

Águas Minerais — Caldas do Cipó, Itaparica, Jorro (Tucano).

Pedras Coroadas — Caitité, Brumado, Sento Sé, Vitória da Conquista.

Diatomito — Morro do Chapéu.

ESTADO DE SERGIPE

Calcáreos — Riachuelo, Maroim, Laranjeiras e Cotinguiba.

Sal Gema e Sais Potássicos — Cotinguiba (Socorro).

Turfa — Vila Nova (Sapropelito).

Sal Marinho — Na Costa.

Petróleo — Na região da foz do rio São Francisco.

Água Subterrânea — Em diversos municípios da costa e do interior.

Areias Monazíticas — Na foz do rio São Francisco.

ESTADO DE ALAGOAS

Petróleo — São Miguel dos Campos e Tabuleiro do Martins.

Ferro Titanado — Magnetita e Arapiraca.

Amianto — Traipu área de 2.600m².

Areias Monazíticas — Na costa Norte e Sul da Foz do rio São Francisco e no interior em Limoeiro.

Sal Marinho — Em diversos pontos da costa.

Sal Gema — Ponta Verde, Carmópolis (Projeto Euluz).

Diatomito — Nos arredores de Maceió no bairro de Manga-beiras.

Calcáreos — Na costa e no interior.

Gipsita e Andradita — Na Sal Gema e de Ponta Verde.

Titânio e Zircônio — Com as areias Monazíticas na foz do rio São Francisco.

Turfa — Em municípios da costa.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Fosforita ou Fosfato — Olinda, Paulista e Goiana.

Calcáreos — Goiana, Itamaracá e outros.

Gipsita e Anidrita — Cabrobró, Ariripina, Ouricuru.

Ouro — Pimenteira e São José do Egito.

Talco — Xilili.

Amianto — Xilili, Lagoa de Baixo, São José do Egito e Altinho.

Grafita — São José do Egito e Altinho.

Cassiterita — Itapetim, Tabira e São José do Egito.

Argilas Plásticas — Caruaru.

Águas Minerais — Recife e Sertania.

Ferro — Buique, São José Belmonte e Gravatá, São José do Egito.

Manganês — Ibimirim, Soão José do Egito.

Pegmatitos de Berilo — São José do Egito, Altinho.

Urânio — Área de 20m² na série Buíque.

Coridon — Floresta.

Ilmenita — Floresta, Mirandiba.

Galena — São José do Egito.

ESTADO DO CEARÁ

Galena — Várzea Alegre.

Coridon — Granja.

Gipsita e Anidrita — Nas fal-
das da Serra do Araripe, em
Santa Ana do Cariri Crato, Bar-
balha, Missão Velha e Porteiras.

Magnesita — Jucás, Carius,
Alencar e Orós.

Cobre — Viçosa e Aurora

Ouro — Lavas da Mangaderra,
Ipu e Viçosa, Rerintaba, Carirê.

Ferro — Chaval, Independên-
cia, Novas Russas.

Manganês — Itaúnas, Pacajus e
Pentecostes.

Ilmenita — Quixadá.

Grafita — Novas Russas e
Granja.

Amianto — Acopiara, São José
das Labras, Baixio, Aurora e
Quixadá.

Mármore — Carius.

Tântalo-Nióbio-Berilo — Peg-
matitos de Cascavel, Cristais,
Acopiara, Solonópolis, Senador
Pompeu e Quixeramobim.

Enxofre — Chapada do Araripe,
Coxá.

Granada — Solonópolis.

Scheelita — Jaguaribe e Limo-
eiro do Norte.

Águas Minerais — Diversas.

Rutilo — Quixadá, Canindé,
Joá e Independência, Maran-
guape, Itatira.

Topázio — Icó.

Fluorita — Solonópolis.

Sal Marinho — No Litoral.

Diatomito — Caucaia, Pacajus,
Aquirás, Fortaleza.

Pedras Coradas — Quixeramo-
bim.

Urânio — Carnaubal, na Serra
de Ibiapava (150.000 toneladas).

ESTADO DO PIAUÍ

Salitre — Em alguns municípios

Pedras Coradas — Batalha.

Carvão — Hulha (ocorrências)
em Terezina.

Sais Potássicos — Carnalina em
Luiz Correia.

Gipsita e Anidrita — Jaícos
Paulistana e Serra Vermelha.

Diamantes — Gilbuês.

Argilas — Bentonita

Areias Monazíticas — Delta do
rio Parnaíba.

Águas Subterrâneas — Em vá-
rios municípios da costa e do
interior.

ESTADO DO MARANHÃO

Gipsita e Anidrita — Barra da
Corda, no alto Mearim e no alto
Grajaú, Lagoa L. Correia.

Areias Monazíticas — Delta do
rio Parnaíba.

Diatomito — Nas proximidades
da Tutóia.

Bauxita Fosforosa — Na baía
de Tutóia.

Fosfato Aluminoso — Na baía
de Tutóia.

Calcáreo — Arão Reis, Codó,
Barra da Corda.

Sal Marinho — Na Costa.

Xisto — **Piro Betuminoso** —
Codó e Barra da Corda.

Ouro — Gurupi, Turi, Açú.

ESTADO DA PARAÍBA

Scheelita — Municípios do Seridó; principalmente Patos, São Mamede, e Santa Luzia, e outros Malta, Ipueiras, e Epinhara.

Ferro — Ingá e Santa Luzia.

Tântalo-Nióbio-Berilo — Província pegmatita: Picuí, Pedra Lavada, Solidade, Santa Luzia, Joazeirinho e outros.

Cassiterita — Solidade, Santo Antonio, Joazeirinho, Picuí, Pedra Lavrada, Tapeiroá.

Calcáreo — Nas proximidades de João Pessoa e outros pontos do litoral e do interior.

Apatita — Sumé e Monteiro.

Amianto — Santa Luzia.

Chumbo — Antenor Navarro e Santa Luzia.

Cobre — Serra Branca e fronteira Picuí na Paraíba e Parelhas (Rio Grande do Norte).

Grafita — São João do Cariri.

Magnesita — Patos.

Coridon — Patos e Santa Luzia.

Florita — Santa Luzia e outros municípios.

Baritina — Santa Luzia e outros municípios.

Caolim — Junco (pegmatitos heterogêneos alterados).

Água Mineral — Santa Rita.

Ouro — Piancó, Teixeira, Cattingueira, e alguns pegmatitos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fluorita — Currais Novos.

Chumbo — Patu e Alexandria.

Ouro — Caicó (serra do Cavalcante) Pau dos Ferro e Cerro Corá, Serra do Doutor e alguns pegmatitos.

Bentonita — Patu de Fora, Mossoró, Taipu e Equador.

Cassiterita — Em pegmatitos de Acari, Carnaúba dos Dantas (região do bico da Arara); Equador e Parelhas (quintos).

Ferro — Cruzeta e São João do Sabugi, Jucurutu (Bonito).

Bismuto — Pegmatitos de Parelhas, Currais Novos: nas Minas Brejuí, João Câmara.

Urânio — Pegmatitos: Boqueirão, Pedra do Dinheiro e Xique-Xique, Mamões.

Calcáreo — Ceará-Mirim, Mossoró, João Câmara, São Tomé e Jucurutu.

Mármores — São Tomé, Jucurutu, São Rafael e Parelhas.

Pedras Coradas — Pegmatitos de São Tomé e Alexandria.

Diatomito — Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Goianinha e Macaíba.

Sal Marinho — Areia Branca, Macau, Mossoró e outros.

Enxofre — Trangola (Currais Novos).

Coridon — Parelhas, Jardim do Seridó e Acari.

Monazita — Aluviões de riachos de São Vicente, São Rafael, Florânia e alguns pegmatitos.

Molibdênio — Currais Novos (Brejuí).

Amianto — Caicó, Santana do Matos, São Tomé e Florânia.

Águas Minerais — Ôlho D'água do Milho em Apodi, Santos Reis em Ceará-Mirim, Mossoró, Parnamirim e Pureza.

Caolim — Pegmatitos de Parelhas, Equador e Carnaúba dos Dantas.

Scheelita — Municípios do Se-

ridó, Currais Novos, Acari, Cerro Corá, Parelhas, Santana do Matos, Jardim do Seridó, Caicó, Jucurutu, São Rafael.

Césio — Alanita com Césio; Pegmatitos de Capoeiras em Santa Cruz.

V) NORDESTE GEO-SÓCIO ECONÔMICO

O Nordeste para deixar a sua fase de sub-desenvolvimento, e caminhar para a sua economia desenvolvida no reino mineral, terá que organizar-se técnica e financeiramente para atingir a fase da industrialização mineral, que está em partes começada.

Estas fases são:

- a) Pesquisa: 1) Prospecção
2) Exploração
- b) Lavra ou Exploração.
- c) Metalurgia ou transformação da matéria-prima em produtos acabados.

a) PESQUISA SISTEMÁTICA

Para esta fase tanto no Nordeste como no Brasil tem-se feito muito pouco pelo poder público, pelo que possui o subsolo, nacional, pois a natureza do problema exige grandes investimentos, com uma margem enorme de capital e de risco no campo da tecnologia do equipamento e manipulação. Na verdade a geologia diminui a probabilidade de insucesso e orienta ao êxito, porém diminuindo as dificuldades, não eliminando; a mão-de-

obra de cultura técnica superior, com a formação de profissionais liberais vem sendo, preparada através dos cursos de geologia em diversos Estados da Federação, e ainda as escolas de Minas e cursos de escolas de Filosofias e Institutos de Ciências Naturais. A mão-de-obra de nível médio vem sendo preparada também simultaneamente com cursos técnicos em Colégios Industriais ativando-se assim o campo prático e aplicado a pessoas mais idôneas e esclarecidas e mais racionais.

Em parte o poder público tem procurado equacionar o problema, porém natureza e tamanho dos investimentos tem contribuído para desestímulo aos empreendimentos num país de economia subdesenvolvida e créditos difíceis. Como órgãos responsáveis citemos o D.N.P.M. a SUDENE através da divisão de Geologia, a C.P.R.M., a Petrobrás, no âmbito Nacional e ainda os Institutos de Ciências Geológicas e Geográficas em diversas unidades da Federação e alguns Estados órgãos congêneres de jurisdição Estadual, têm se organizado com a finalidade de incrementar e desenvolver o problema dando-lhe soluções racionais e práticas. Porém de tudo que se tem feito é muito pouco em relação ao que precisa, e resta a fazer. Pelo que se possui esta fase da prospecção é do descobrimento, identificação e planejamento da utilização das jazidas minerais e do seu aproveitamento industrial de

matéria-prima comercial. Esta fase atualmente exige grandes investimentos em equipamentos e métodos modernos de investigação. Há esperanças na ação da C.P.R.M. — Cia de Pesquisa de Recursos Minerais.

b) INDÚSTRIA EXTRATIVA DA MINERAÇÃO

Esta segunda fase é consequência dos resultados positivos da primeira fase (Pesquisa). Exige grandes investimentos que serão amortizados a longo prazo. É uma fase muito necessária a da extração, beneficiamento e produção de matérias-primas porém não é suficientemente estável, devido a estrutura de toda organização das matérias-primas, pois a economia é debilitada devido abundante concorrência nos preços da produção que estão aliados a diversos fatores de baixo custo como: Reservas, situação, teores, rendimento, impurezas e dimensões etc. Tanto a primeira fase como a segunda, o órgão regulador da racionalização e controle de produção no campo mineral é o Código de Mineração, que visa a proteção do subsolo que é patrimônio do Governo da União. As jazidas e minerais só adquirem idoneidade legal, depois de estudadas e aprovadas pelas normas do Código de Mineração, pelo D.N.P.M. através da sua D.F.P.M. (Leis: n.º 227 de 28.02.1967 e n.º 318 de 14.03.1967).

A Mineração no Nordeste é ain-

da incipiente, de pouca organização em sua maioria, baixo rendimento produtivo, isto devido a falta de estudos prévios das reservas, e seu aproveitamento racional e capital de investimento em equipamento e maquinaria

c) INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO METALÚRGICA

É a fase final e integral de toda indústria de mineração mais evoluída. Aliás no Brasil no Sul e no Centro Sul, esta fase é mais representativa. Entretanto Paulo Afonso já vem atendendo as demandas do Nordeste há já um lustro e bem pouco se tem feito no sentido de instalação da indústria Metalúrgica no Nordeste com o aproveitamento dos recursos regionais.

Imperativamente o aproveitamento das matérias-primas regionais, e a mineral com indústrias de transformação, faz-se mister nesta região subdesenvolvida de escassez de trabalho, mão-de-obra fácil e inteligente, ao treinamento, criando fontes de emprego retendo as migrações humanas desocupadas, concorrendo para estabilizar e melhorar o padrão de vida local material e socialmente ligados as inclemências do tempo.

A eletro siderúrgica, a metalurgia de ferro ligas e não metálicas, e cerâmicos, são indústrias que podem e devem ser estimuladas na área do polígono seco,

nos locais onde a água como fator necessário a indústria se faça suficiente e útil, de ter e melhorar esta área de pobreza congênita ligada a determinismos históricos, geográficos e geológicos que ora reclama uma oportunidade de se desafogar economicamente, criando novos mercados de empregos, robustecendo sua economia debilitada por outros fatores que a estrangulam dentro do Brasil e do Mundo.

VI) CONCLUSÕES

- a) Estimular pesquisas minerais sistematicamente em todo o polígono seco.
- b) Amparar, reorganizar e melhorar a situação das minerações existentes, desde que comprovem reservas comerciais a longo prazo.
- c) Criar indústrias Metalúrgicas principalmente a siderúrgica de ferro ligas e das outras matérias-primas regionais.
- d) Financiar a pesquisa e lavra de jazidas a longo prazo.

e) Facilitar o uso do registro de material explosivo de mina na região.

f) Difundir e facilitar a aquisição de equipamentos mineiros aos interessados.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Recursos Minerais do Brasil — Silvio Frões de Abreu — 2 volumes — 1962.
- 2) Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira — S. F. de Abreu — 1945.
- 3) Reservas Minerais do Nordeste: Eng. Octávio Santiago e Eng. Antonio Moraes — 1957.
- 4) Boletins do D.N.P.M. — SUDENE — PETROBRÁS — 1960.
- 5) Mapa Geológico do Brasil — D.N.P.M. — 1960.
- 6) Recurso Minerais do Polígono das Secas — A. I. Erichsen — 1953.
- 7) Mapa Geo-econômico do Nordeste — Eng. Octávio Santiago — EIFRN — 1963.

Luís da Câmara Cascudo, o homem

Alberto P. Medeiros

ção e cultura. Deseja, apenas, alegrar os presentes. E neste aspecto, é, também, um mestre. O seu bom humor é universalmente conhecido. Descobre, sempre, nos personagens a veia humorística. É, assim, um avô tranqüilo, lúcido e humano. Aposentado, continua ensinando e transmitindo conhecimentos. Pesquisando. Escrevendo livros e mais livros. Sem pressa. Como sendo uma condição normal de sua vida.

Nota — Este trabalho é o segundo capítulo do livro LUIS DA CÂMARA CASCUDO, O PESQUISADOR que pretendemos publicar. (Síntese).

— Já terminou a conferência sobre Cascudo?

— Sim, querida.

— Gostaria que você lesse para nós.

O professor Carlos Antônio sorriu para sua esposa. Começou, então, a ler o seu trabalho:

Os traços fisionômicos de sua face lembra um homem que a gente ver nos livros volumosos, de páginas gastas, antigos, de História. A primeira impressão entretanto, se modifica, totalmente, quando se entra em contacto com Luis da Câmara Cascudo. A imagem ganha vida, voz e, sobretudo, animação. Domina, espontaneamente, a conversação. A sua memória extraordinária não esquece os detalhes de fatos interessantes e curiosos. Não procura demonstrar erudi-

Vamos, agora, recuar no tempo. No dia trinta de outubro de 1898. Em uma casa situada no bairro da Ribeira, Natal. Uma família, a do sr. Francisco de Oliveira Cascudo, estava feliz. Havia, certamente, uma razão, muito justa, para tal alegria: nascia, às 17,30, um menino: Luis da Câmara Cascudo. Uma mulher, de nome Bernadina Nery, foi a parteira. Joana Faria foi sua ama de leite. A família era cristã. E, assim, no dia 9 de maio de 1899, a criança recebia o seu batismo na capela, hoje, Matriz de Bom Jesus dos Passos, na Ribeira. Os padrinhos como não poderiam deixar de ser, foram gente importante: O des. Joaquim F. Chaves e a sua esposa, d. Alexandrina Barreto Chaves. O padre João Maria Cavalcanti presidiu as solenidades.

— É verdade que Luis da Câmara Cascudo teve uma infância doentia e triste?

— Sim. Os seus pais se preocupavam, muito, com a sua saúde.

Ele poderia morrer, como, Maria Octávia e Antonio Haroldo que faleceram na cidade de Caicó. As preocupações haveriam de aumentar quando, em 1903, Maria Severina partira, também, rumo aos céus.

A senhora sua mãe amava imensamente o filho. Para chamá-lo, dizia "Luis, meu filho" ou, então, "meu príncipe". Almejava um futuro, brilhante, para o menino. Procurou, então, dar uma educação que fosse, realmente, a melhor. Temendo a má influência da garotada provinciana, resolve matriculá-lo em um educandário feminino: Externato Sagrado Coração de Jesus, cujas proprietárias eram irmãs e se chamavam Guilhermina e Maria Emília. O objetivo era realmente notável, ou seja, não corromper o filho. Natal, cidade pequena e proviciiana, compreenderia tal acontecimento? E, sobretudo, numa época em que se comentava as façanhas de Antônio Silvino? Menino deve estudar com menino, deviam pensar os nordestinos daquela época. O Cel. Cascudo, caçador de bandidos, policial, não poderia aceitar tal tipo de educação. E discordou. Resultado: Luís da Câmara Cascudo passa a estudar no Colégio Diocesano Santo Antônio.

Os primeiros professores de Câmara Cascudo foram: Dona Tônia Cerqueira, irmãs Andrade, Guilhermina e Maria Emília, Pedro Alexandrino e Francisco

Ivo Cavalcanti. Aprendeu a ler, quase sozinho, aos seis anos.

O menino não estudava apenas, mas, ao mesmo tempo, lia. E muito. Livros de histórias infantis, revistas, álbuns de gravura, etc.

— Poderíamos citar os nomes de seus companheiros de brincadeiras?

— Não, ele brincava, apenas, com meninas. Naturalmente para não se corromper com os moleques da cidade do Natal. Os seus primeiros "amigos-meninos" devem datar, ao que parece, do Colégio Diocesano Santo Antônio. E teminaram por corromper o filho do Coronel Cascudo, para infelicidade de D. Ana da Câmara Cascudo.

Como afirmamos, era um menino doente e triste. E, na sua auto-biografia, confessa: "Fui menino magro, pálido, enfermigo. Cercado de dietas e restrições clínicas. Proibiram-me movimentação na lúdica infantil. Não corria. Não saltava. Não brigava. Nunca pisei areia nem andei descalço. Jamais subi a uma árvore".

Outro aspecto que deve ser salientado na infância de Câmara Cascudo é que foi um menino rico. Pertencente a uma família das mais ilustres da cidade do Natal. Recebia, assim, presentes valiosíssimos: vinte caixas de soldados de chumbo de Nuremberg, uma estação ferroviária e 2.000 espelinhos de bolso com retratos de Cascudinho. Menino rico. Mas, totalmente feliz? Claro que

não. Menino gosta de correr. Saltar. Subir em árvores. Andar descalço. E nada disso Cascudo podia fazer. E, certamente, se revolta. E vivia cismando, cismando...

— Um minuto, apenas: sabemos de um episódio muito interessante. Ocorreu no dia 12 de dezembro de 1907. O corpo do Senador Pedro Velho chegava de Recife. De trem. Muita gente, na estação, aguardando o instante da chegada do trem. Em uma janela de determinada casa, encontrava-se Maria Edite Lemos de Medeiros, uma menina de, aproximadamente, sete anos. Outras crianças pretendiam ficar na janela. E entre elas, Cascudinho. Maria Edite não deixa. Surge uma discussão. Cascudinho, irado, protesta:

— Eu sou filho do Coronel Cascudo!

Resposta, imediata, de Maria Edite:

— Eu sou neta do Desembargador Vicente Lemos!

A menina cresceu e, hoje, viúva de José Martins Pinheiro, mãe de duas professoras (Maria Isaura Pinheiro, lente de Didática Geral da Faculdade de Educação e Zélia Pinheiro, professora de História do Brasil do Instituto de Ciências Humanas), de uma médica (Maria José Pinheiro) e de um advogado: Italo Pinheiro. Do menino Cascudi-

nho, não vamos falar. Você o conhece mais do que eu.

— Luis da Câmara Cascudo recebeu uma influência, muito grande, do sertão. E desfrutou de uma liberdade que não possuía em Natal. “Vivi nesse meio. E deliciosamente. Cortei macambira e xique-xique para o gado nas secas. Banhei-me nos córregos no inverno. Esperei a cabeça do rio nas enchentes. Desengalhei tarrafas nas pescarias dos poços. Dei “lanços” nos açudes. Cacei mecós e preás nos serrotes. Subi nas “esperas” de ema sob joazeiros. Persegui tatus de noite, com fochos e cachorros amestrados. Matei ribaça a pau e colhi-a nas aratacas. Ouvi o canto ululado da “mãe da lua”, imóvel nas oiticicas. Ouvi histórias de Trancoso, de cangaceiros, de gente rica, guerras de família, heroísmos ignorados, ferocidades imprevistas e completas” (Vaqueiros e Cantadores — Edições de Ouro — Rio de Janeiro).

Assim existe o Cascudo livre e brincando como faziam os outros meninos. No sertão. Diferente, portanto, quando estava em Natal. A sua família, constituída de vaqueiros, gostavam de ouvir os cantadores. Os famosos desafios! Tudo contribuía, portanto, para a formação do futuro folclorista. A memória extraordinária registrava as histórias para depois, num futuro não muito remoto, fornecer os dados que seriam reforçados pelas

leituras e pesquisas do cientista dedicado ao estudo das tradições populares.

De 1905 a 1915 morou na rua do Comércio, n. 44. O edifício onde morava ficava com a parte posterior para o mar. Os cuidados da senhora sua mãe para que o filho não morresse afogado. O menino, contudo, fugia da vigilância materna para pescar morés e agarrar baiacus com suas próprias mãos. E, as vezes, se dirigia até o Canto da Praticagem ou mesmo até o Canto do Mangue. Conversava com os mestres de jangadas. Novas influências. Novas informações. Nova motivação. Novas amizades: Mestre Silvestre e mestre Manoel Gangão que morreram no mar. Poderemos concluir, portanto, que o folclorista nasceu como conseqüências dessas influências. As bases estavam, certamente, no sertão e nas margens do rio Potengi. Outra criança, certamente, ficaria entusiasmada com a vida sertaneja e com as aventuras dos homens dos mares. Contaria as estórias ouvidas para as outras pessoas. Sentiria, depois, saudades. Com Luis da Câmara Cascudo, entretanto, foi diferente. Talvez uma vocação de pesquisador. Talvez influência das leituras. Talvez a atuação de alguns intelectuais. É provável, também, que todas essas causas tenham contribuído para a formação do folclorista, etnógrafo e historiador. Não podemos olvidar o grande estímulo que foi, sempre, o seu pai.

Em 1915 a família passa a morar na "Vila Cascudo", no Tirol. Depois de seus estudos no Ateneu Norte Riograndense viria, para o rapaz, uma nova fase: a de estudante universitário. Estudando em Salvador, Rio de Janeiro (Quando cursava Medicina, chegando até o 4.º ano. Depois desistiria), ou em Recife, quando estudava Direito (bacharelou-se em 1928), passava as férias em Natal. O piano estava em plena moda. Cascudinho, alegre e jovial deleitava seus amigos executando, no piano, músicas de autores nacionais: Eduardo Souto, Marcelo Tupinambá, Ernesto Nazareth, etc. As músicas, por sinal, possuíam nomes curiosos e que demonstram, assim, uma época totalmente diferente da nossa: "Vamo maruca vamo", "Pisando em ovos", "Tristeza de Caboclo".

Câmara Cascudo era tido como um jovem elegante. Fazia suas roupas com Joca Lira. As compras eram feitas nas lojas "Paris em Natal", "Natal Modelo" e "A Chilena". Rômulo Wanderley diz que ficou famoso, na cidade, um fraque usado pelo elegante Luis da Câmara Cascudo. Fazia amizade não, apenas, com rapazes mas, também, "cultivava amizades com pessoas amadurecidas, magistrados, sócios do Instituto Histórico. A curiosidade levou o jovem estudante a manter grande correspondência, prenúncio de futuros intercâmbios culturais".

"No mais, Cascudinho era rapaz de seu tempo, de seu meio, embora já olhasse para além da província. Usava enorme flor na lapela, polaina branca, freqüentava o cinema (mudo) e era querido das moças. Bisbilhetices diziam que duas de suas namoradas traziam o mesmo nome de Alzira. (De uma informante).

Não se casou, entretanto, com nenhuma das duas. Haveria de escolher, para esposa, uma moça de dezesseis anos chamada Dahlia, filha do desembargador Teotônio Freire e sua esposa, dona Sinhá Freire. Segundo Diogenes da Cunha Lima Filho: "um namoro bom, de janela como convinha na época". Depois, seguindo o ritmo natural da vida, viriam: noivado (Domingo de Páscoa), casamento (21 de abril de 1929), filhos (Bel. Fernando Luís e dra. Ana Maria Cascudo), e netos (Daliana, Roberto Leite Filho, e Camila).

D. Dahlia sabe de cor, ainda hoje, a primeira carta que Cascudo escreveu para ela.

Maria se levantou. Pediu ao esposo que esperasse um pouco. Voltaria dentro de alguns segundos. E, de fato, não demorou muito. Voltou com um papel nas mãos. Mostrou ao marido. Carlos Antonio leu e releu. Sorriu. Era o primeiro bilhete que ele escrevera para sua esposa. Beijou a esposa. Na testa. Com muito carinho. Prosseguiu, então na leitura.

Luís da Câmara Cascudo rece-

beu a alcunha de "Príncipe do Tirol". Era assim conhecido pelos seus amigos como, igualmente, por seus inimigos. "Fidalgo de atitudes, sincero nas suas amizades, digno nos seus gestos de cavalheirismo, cioso de sua honra pessoal, não perdendo, nunca, a linha de conduta", como escreveu Jaime dos G. Wanderley. Para os inimigos, cognome servia para críticas mordazes...

O "Principado do Tirol" estava localizado "entre as avenidas Campos Sales e Rodrigues Alves, Apodi ao fundo e à frente a Jundiá, onde tinha o n.º 93,. Meu pai murou-a de balaústres, instalou-se confortavelmente, com a mobília que pertencera ao senador Pedro Velho, de jacarandá entalhado, sofás imensos e cadeirões fofos, dignos das saias-balão, para sala da entrada. Sala de visitas pintada a óleo, com grinaldas e florões, pelo espanhol Rafael Fuster, pintor, barítono e artista teatral, encalhado em Natal. Novas ampliações para empregadas. Árvores de frutos raras, um técnico italiano para podar os cajueiros e mangueiras. Caramanchões com estefanotes, jasmims do Cabo, rese-dás e bugaris cujo odor penetrante ainda sinto. Pérgola, do terraço ao portão na Jundiá. Luz elétrica, telefone e a carrocinha do gelo fazia entrega matinal. Tetos forrados em fundo de masseira. Lustres de cristal. Dois salões de jantar. Nove criados. Moinho de vento, "cataven-

to", como se dizia, girando aos aloíços, garantindo água enca-nada. Grande banheiro resplan-decente. Mosaicos belgas em to-da a extensão residencial".

— Quanto luxo! Acreditamos que nenhuma outra mansão em Natal poderia ser, assim, tão rica. Tudo do melhor. Sentimos que existe algo mais do que um simples capricho de milionário. A gente observa o bom gosto predominando no menor detalhe. Ao descrever sua residência do Tirol, Luis da Câmara Cascudo demonstra um orgulho, muito natural, mesclado de uma saudade, sincera e real de um tempo, muito bom e que, infeliz-mente, para ele, jamais voltará. E ninguém, certamente, poderá criticar. Foi o seu grande mun-do. Sua corte. Seu principado. Todo aquele luxo e riqueza foi feito, ao que parece, para ser-vir a um príncipe: Luis da Câ-mara Cascudo. Sim. Ele, de fato, reinava. Chegou, inclusive, a dis-tribuir títulos: Adauto da Câ-mara, Grão Duque Chanceler e Jaime dos G. Wanderley, Du-que da Floresta. As vezes, fica-mos pensando... Como seriam as festas realizadas no Principado do Tirol?

— Podemos garantir, querida, que foram suntuosas. Não faziam inveja as festas realizadas em grandes metrópoles. Compare-ciam grandes artistas. Tinha, portanto, seu aspecto cultural. Natal, cidade provinciana, fi-cava, naturalmente, dividida: uns impressionados e aplaudin-

do entusiasticamente. Os que par-ticipavam daquele ambiente fi-cavam, com razão, admirados da fidalguia e do excelente acolhi-mento da família Cascudo. Ou-tros, entretanto, não poderiam compreender tamanho desperdí-cio de tempo e dinheiro. Só po-deria ser, lógico, farras sensacio-nais... Verdadeiras bacanais. Muito natural, portanto, a rea-ção da pacata e provinciana Natal. Câmara Cascudo, estudioso de tradições e costumes populares, compreendia, tudo, perfeita-mente. E por esta razão não respon-dia a determinadas críticas, para revolta e indignação de seus amigos.

Um fato, entretanto, ninguém pode negar: o "Principado do Tirol" marcou época em Natal. Pela vivência, rica em colorido, na sua trajetória dentro da evo-lução sócio-cultural da cidade do Natal.

Depois, a decadência. Como? Quais foram as causas? Luis da Câmara Cascudo cita, apenas, uma: o não pagamento de dívi-das por clientes irresponsáveis...

— Não podemos acreditar. O desmoronamento de uma grande fortuna por causa, única e ex-clusiva, de pessoas que não pa-garam seus compromissos. Esta causa deve ter contribuído, mui-to, é claro. Outras, entretanto, devem ter também provocado a ruína dos Cascudos.

— Na nossa conferência citare-mos algumas causas, prováveis:

um comerciante necessita de um capital de giro para realizar novas transações comerciais. Acreditamos que o coronel Cascudo empregava parte deste capital para manter, em sua grandiosidade, o fausto do "Principado do Tirol". Possuía, segundo dizem, mil e quinhentos afilhados... Um homem que ajudava, financeiramente, a muitos. E, na hora do desastre, foi esquecido. Um fato, aliás, muito comum. E, Luis da Câmara Cascudo, intelectual, sem possuir vocação de comerciante, nada pode fazer. Somente guardar, dentro de si, num protesto de silêncio, um rosário de mágoas...

Luis da Câmara Cascudo foi, também, um boêmio. Fez, segundo seus amigos, grandes farças. Pobre, d. Ana da Câmara Cascudo! A sua criança crescera e para sua infelicidade, se tornara um boêmio. Estava tão perdido como os outros rapazes da terra... Participava, alegremente, dos carnavais. E há quem o lembre "vestido de Pierrot, a regressar de um corso, na rua da Palha. A secrever no dia seguinte uma crônica sobre o mito romântico, na sessão Bric-a-Brac, que aparecia cotidianamente na "A Imprensa".

Dr. João Medeiros Filho escrevendo um artigo sobre "Câmara Cascudo e sua condição humana" narra dois fatos que ilustram, muito bem, a face, o aspecto boêmio cascudiano. Um se refere a comemoração da con-

quista, por Cascudo, do prêmio "João Ribeiro" em 1965, dado pela Academia Brasileira de Letras.

Tudo se resume na história de uma farra feita pelo etnógrafo e seu amigo, advogado João Medeiros Filho. A brincadeira durou uma noite inteira. Na manhã seguinte verificaram que haviam gasto nove contos dos dez que tinham para as despesas da comemoração.

O segundo fato é, igualmente, muito significativo. O ilustre historiador falaria numa cidade interiorana, às vinte horas, num grupo escolar. A saudação ao Mestre seria feita pelo dr. João Medeiros Filho. Quando se dirigiram para o grupo escolar, Câmara Cascudo disse:

— Medeiros, minha agulha de marear acusa a existência de um obstáculo — uma geladeira. É ali, naquela mercearia. Com um calor deste só mesmo uma cerveja gelada".

Constataram que havia, realmente, "refrigerantes geladíssimos". Havia, contudo, um problema: a mercearia iria ser fechada. Solicitaram, então, ao proprietário que aguardasse um pouco. Haveriam de voltar. O dono, cujo nome ignoramos, deu um prazo de mais de meia hora. Estava com gente doente em casa. Resultado: após ter proferido a saudação, o dr. João Medeiros Filho foi até a mercearia

ria. O homem estava indócil. Iria fechar. O advogado corre para o grupo e avisa ao conferencista que, naquela altura, já havia concluído a sua rápida oração...

— “Cascudo, vai fechar!”

— “Vai fechar? — exclamou — então não há tempo a perder!” E saíram os três, o pai, o filho e o amigo rumo a mercearia. Pouco depois, diria Câmara Cascudo:

— “Medeiros, boa festa, bela cidade, mas esta cerveja é muito melhor”. E, em seguida, disse: “Gostaria que, na minha vida, sempre houvesse livro para ler, pena para escrever, uma cerveja gelada no tempo de calor e um amigo como você”.

Assim é Luis da Câmara Cascudo. Alegre, otimista, brincalhão. Ficou famoso o seu charuto que hoje é peça de museu no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Excelente conversador. E como gosta de sorvete!

— Sorvete?

— Sim. Quando trabalhava na secretaria do Tribunal de Justiça, ele ficava em uma sala próxima da que se realizava a sessão. O menino do sorvete não faltava. E, chegando, avisavam a Cascudo. O secretário enquanto redigia a ata saboreava os sorvetes...

Luis da Câmara Cascudo foi, também, funcionário público. Além de ser secretário do Tribunal de Justiça exerceu, ainda, as seguintes funções públicas: Diretor e professor do Atheneu Norte-Riograndense, Diretor do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Diretor da Escola Normal, hoje, Instituto Presidente Kennedy, Diretor do Arquivo e Museu do Estado do Rio Grande do Norte, Presidente do Conselho Municipal de Turismo da Cidade do Natal, Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito de Natal e, finalmente, professor de Etnografia Geral da Faculdade de Filosofia de Natal. Ensinou em colégios particulares.

O seu Curriculum Vitae, entretanto, é muito mais rico. Recebeu inúmeras distinções do Rio Grande do Norte, do Brasil e do exterior. Como exemplo vamos citar, apenas, algumas destas distinções: Em Natal: Historiador da cidade do Natal, Rua Câmara Cascudo e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Do Brasil: A Academia Brasileira de Letras concedeu-lhe dois prêmios: “João Ribeiro” e “Machado de Assis”. Do exterior: Comendador da Ordem dos Cisneiros (Espanha) e Comendador da Ordem de S. Gregório Magno (Santa Sé).

Pertence a diversas associações

nacionais e estrangeiras. Esta lista, também, é longa. Somente para ilustração: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (Rio de Janeiro), Academia Nacional de Filologia, Sociedade de Folk-Lore do México, Sociedade de Americanistas de Paris, Comissão Internacional des Arts et Tradition Populaires (Paris), etc.

— Puxa vida! É como diz Charinha, “ele merece, ele merece”. Um homem que consegue tantas honrarias, só pode ser por merecimento. A sua projeção não é, exclusivamente, no seu Estado. Abrange todo território nacional. Mais ainda: um filho de um pequeno Estado de um país em vias de desenvolvimento, somente agora saindo do sub-desenvolvimento, e que consegue esta extraordinária consagração universal, só pode ser por méritos pessoais. Não existe outra explicação. Podemos discordar. Até criticar. Agora desconhecer o valor da obra cascudiana é, para nós, impossível. Isto não significa que devemos partir para outro extremo: o Rio Grande do Norte, teve, apenas, um filho ilustre: Luís da Câmara Cascudo. Não. O Rio Grande é grande mesmo, quando se analisa o valor de seus filhos. Quem pode olvidar Tavares de Lira? José Honório Rodrigues? Tobias Monteiro? O desembargador Miguel Seabra Fagundes?

O diálogo foi interrompido quando a empregada afirmou que o almoço estava pronto. Combinaram que a leitura da conferência seria reiniciada após o jantar.

* * *

— Faltam poucas páginas...
— Para nós, quanto mais páginas, melhor.

— Como trabalha Luis da Câmara Cascudo? Podemos, tranquilamente, responder esta pergunta. Baseado quer nas próprias declarações de Cascudo feitas em seus livros, quer nos depoimentos de seus amigos. Estávamos realizando uma pesquisa na biblioteca da antiga Faculdade de Filosofia (Hoje Faculdade de Educação e Institutos Básicos) quando ouvimos a voz de Câmara Cascudo. Contava um pequeno episódio de sua vida. Pesquisava um tema de sociologia. Começara a pesquisa, muito cedo, logo depois do jantar. Ficara, então, fascinado pelo tema. Esquecera, totalmente, o senhor tempo. Como um “maluco” para usar a sua própria expressão. As horas, contudo, passavam. Levantando a vista, num dado momento, observou uma estranha claridade no seu gabinete de trabalho. Eram os raios solares penetrando, mansamente, no aposento. Havia nascido, realmente, um novo dia.

Na abertura do livro “Vida

Breve de Auta de Souza” diz, claramente, Câmara Cascudo: “Toda a noite trabalhei numa exposição de sistemática etnográfica. Olho os livros, quadros, mapas, cadernos onde guardei as notas das viagens, grutas, museus, leituras nas bibliotecas distantes”.

Trabalhou toda a noite. Este fato, pois, é uma constante na sua vida. Todos os seus amigos falam, repetidas vezes, neste seu hábito. Estudando em descanso, através da noite. Numa busca, ininterrupta, para encontrar a verdade. É, portanto, um pesquisador. Consciente do seu papel. O resultado, todos já sabem. Causa a admiração, sem dúvida, o fato de um homem que passou a vida, praticamente, internado na província, possa ter publicado tantos estudos de real valor. Enfrentou, é verdade, muitos obstáculos. “História da República no Rio Grande do Norte”, escrito em 1931, só seria publicado, muito tempo depois, em 1965. Na nota que abre o livro, o autor desabafa. Sem criticar ninguém. Um bom observador, contudo, notará a mágoa do escritor. Entre as suas virtudes podemos, certamente, acrescentar mais uma: a de saber criticar, com tanta habilidade, que não chega a ferir. Por isso mesmo, disse Cascudo: “Não acredito no processo liberatório do ódio pela descarga enérgica do desabafo”. Mesmo assim, sem violência, ele desabafa.

Provou, com sua ação, ser pos-

sível a grandiosidade humana dentro da pequenez proviciiana. Seria natural, humano, que se sentisse um personagem, muito graúdo, para continuar morando e trabalhando na sua terra. Estaria seguindo o exemplo de muitos. Luis da Câmara Cascudo, não. Segundo suas próprias declarações, não partiu devido a circunstâncias especiais.

“Nunca saí de Natal porque meu pai me criou, como um príncipe, empobreceu e adoeceu e eu era filho único; não era hora de largá-lo. Tinha de fazer assistência, ficar com ele. Depois, já estava instalado”.

— Teria sido esse, realmente, o motivo?

— Aceitando o título de “provinciano incurável” dado por Afrânio Peixoto, ele chegou a declarar o seguinte: “nunca pensei em deixar minha terra natal”.

— Em recente reportagem publicada na “Realidade”, edição de novembro de 1972, dedicada ao nordeste, Câmara Cascudo faz a seguinte declaração: “Talvez por pura vocação proviciiana. Afrânio Peixoto disse uma vez que eu era um proviciano incurável e acho que sou mesmo”. Seria realmente verdade ou, simplesmente, influência da afirmação de Afrânio Peixoto?

— Nós acreditamos que seja difícil, para o próprio Câmara Cascudo encontrar a verdadeira causa de sua permanência em

Natal. É bem provável que várias coisas aconteceram. E, de repente, deve ter sentido que estava definitivamente instalado em Natal. Talvez. Uma hipótese apenas...

O fato é que Luis da Câmara Cascudo não deixou o Rio Grande do Norte. Poderia, perfeitamente, ter ido. Mas não foi. Ficou preso, para sempre, a sua terra. Uma prisão, cujos muros, são as próprias fronteiras do Rio Grande do Norte. E o teto, o céu nordestino. Os guardas são os seus familiares, os seus amigos, os seus ex-alunos e, inclusive, os vaqueiros, os sertanejos, os salineiros e os pescadores. São esses guardas, sem fardas, sem armas, conhecidos uns, desconhecidos outros e que o guardam e o prendem a sua terra natal. Jamais haverão de deixá-lo partir.

Há fatos, interessantes, da sua vida que ele sabe contar, com muita graça, tornando-os mais atraentes. Consegue, sempre, fazer rir o mais sisudo dos presentes. Esta característica, a de saber fazer rir, é, inegavelmente um traço marcante da personalidade cascudiana. É um grande conversador. Quando escreve sobre sua vida, parece mais um coronel conversando e contando histórias para sua família, seus afilhados e seus amigos. Lendo "O Tempo e EU", "Ontem" ou mesmo "Na Ronda do Tempo" o leitor fica sabendo muito mais sobre certas pessoas tipos populares, escritores, amigos que aci-

dade esqueceu. Ele chega, inclusive, a confessar que o objetivo é, realmente, este: escrever sobre os personagens desconhecidos da geração atual... E sobre a sua vida? Pouco, muito pouco... Para conhecer a vida de Luis da Câmara é preciso ler vários livros onde se encontram registrados pequenos episódios da sua existência. Alguns destes livros, escritos pelo próprio autor. Outros, escritos por amigos. Existe, igualmente, revistas que dedicaram números especiais sobre Cascudo, como "Crítica" e "Província". Assim podemos dizer que escrever sobre o homem Câmara Cascudo é um trabalho que se assemelha a tarefa de montar um enorme quebra cabeça. O importante, talvez, seja fixar, para as futuras gerações o grande homem que ele soube ser. Humilde, prestativo, gostando de estimular os escritores novos, grande conversador, simples, boêmio, admirando as tradições populares, e trabalhando, de dia ou de noite, sempre pesquisando, e como uma consequência, natural, dessas pesquisas, publicando centenas de livros que atestam sua erudição, sua versatilidade, e, sobretudo, seu prestígio universal. É possível, senhores, ser grande mesmo vivendo em uma província.

Luis da Câmara Cascudo, o homem. Hoje está com sua vasta cabeleira embranquecida, enfermo, a vista cansada, sem ouvir direito, e avô. Aconselhando, orientando e estimulando. Ídolo na sua terra natal. Admirado no

Brasil e no exterior. E por tudo isto foi que Gilberto Amado, disse: "Você (Cascudo) é um dos raros homens neste país que admiro e respeito. Você não é só um sábio: é um homem".

Alberto Pinheiro de Medeiros
Rua Cel. Estevam, n. 1174, Alecrim, Natal, RN.

BIBLIOGRAFIA

- 01—O TEMPO E EU — Cascudo, Luis da Câmara — Imprensa Universitária — Natal — 1968.
- 02—PEQUENO MANUAL DO DOENTE APRENDIZ — Cascudo, Luis da Câmara — Imprensa Universitária — Natal — 1969.
- 03—NA RONDA DO TEMPO — Cascudo, Luis da Câmara — Imprensa Universitária Natal — 1971.
- 04—ONTEM — Cascudo, Luis da Câmara — Imprensa Universitária — Natal — 1972.
- 05—VIAGEM AO UNIVERSO DE CÂMARA CASCU DO — Costa, Américo de Oliveira — Fundação José Augusto — Natal — 1969.
- 06—LUIS DA CÂMARA CASCU DO (SUA VIDA E SUA OBRA) — Vários autores — Instituto Hist. e Geográfico do RN — Natal — 1969.
- 07—Luis da Câmara Cascudo: 50 ANOS DE VIDA INTELECTUAL — 1918/1968 — Mamede, Zila — Fundação José Augusto — 1970.
- 08—VAQUEIROS E CANTADORES — Luis da Câmara Cascudo — Edições de Ouro — Rio de Janeiro.
- 09—JANGADA — Cascudo, Luis da Câmara — Editora Letras e Artes — Rio de Janeiro — 1964.
- 10—FOLCLORE DO BRASIL — Cascudo, Luis da Câmara — Fundo de Cultura — Rio de Janeiro — 1967.
- 11—PROVÍNCIA, n. 2 (Edição dedicada a Luis da Câmara Cascudo) — Fundação José Augusto.
- 12—CRÍTICA, Política & Letras, n. 6 (Edição dedicada a Luis da Câmara Cascudo).
- 13—Contactos pessoais com amigos de Luis da Câmara Cascudo e outras pessoas.

Economia do Brasil Republicano

Maria Zélia Pinheiro de Medeiros

a queima do produto para estabelecer o equilíbrio entre PRODUÇÃO/EXPORTAÇÃO. Em 1906 é assinado o Convênio de Taubaté numa tentativa de valorização. O café coltará a enfrentar nova crise em 1929 no ocaso da Primeira República.

Não se pode falar em economia agrária nesta época da nossa História, sem uma referência especial a "Febre da borracha". Muito procurada a partir de 1900, com o desenvolvimento da indústria automobilística, esta procura é acentuada em nosso país por compradores internacionais, quando da decadência da produção da Índia mas já em 1914 o Brasil perde o primeiro posto no cenário mundial. O teatro Municipal de Manaus, na sua suntuosidade ficou como prova eloquente da significação econômica que o apogeu da borracha trouxe para a região setentrional do Brasil.

A 15 de novembro de 1889 é iniciada uma nova fase na História do Brasil. O nosso país deixa de ser a excessão monárquica da América para tornar-se uma República Federativa. O pavilhão imperial é substituído pela bandeira do novo regime, onde o verde e o amarelo continuam presentes. Surge o "Ordem e Progresso", lema positivista que norteava a Campanha republicana.

Para efetuarmos um estudo evolutivo da economia nacional, adota-se dividir a República brasileira em dois períodos: O período compreendido entre 1889 até 1930 e prolongado até os nossos dias chamado "República Nova" ou "Segunda República". A Economia da Primeira fase republicana, é caracterizada:

O cacau surge como terceiro produto de importância. Inicialmente mantivemos igualmente o predomínio do mercado mundial, entretanto no início do nosso século, o produto sofre a concorrência de outras regiões tropicais, principalmente da Costa do Ouro na África.

ECONOMIA AGRÁRIA:

O café é a nossa principal riqueza agrícola. Enfrentando a crise mundial surgida em 1892/1893, encontra-se como solução

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Podemos afirmar seguramente que o progresso industrial é iniciado com a chegada de emigrantes para atividades fabris

que transportaram para a América a experiência e a técnica do Velho Mundo.

A primeira grande guerra (1914-1918) vai impulsionar este progresso, determinado por circunstâncias que pasaremos a analisar:

a) Dificuldades de transporte: O conflito em que se viu envolvida a Europa ocasionou uma tremenda dificuldade na remessa de produtos para o continente americano. Tornou-se então necessário produzir para o nosso consumo.

b) A paralização das fábricas europeias: Foi a segunda causa que forçou o aprimoramento dos nossos produtos com o objetivo de satisfazer as nossas necessidades ante a impossibilidade da chegada dos produtos de outros centros.

Não foi sem grandes entraves e dificuldades que se deu o desenvolvimento da Indústria Nacional. O consumo interno não poderia sustentar o mercado se não houvesse uma eficiente proteção alfandegária. Havia ainda uma grande dependência quanto a matéria-prima e a maquinaria.

FINANÇAS

No setor financeiro existem fatores que marcaram profundamente a nossa História Econômica. Dentre eles não podem ser esquecidos:

a) **Política do Encilhamento** — Abolida a escravidão em 1888, generalizou-se no Brasil a convenção da necessidade de procurar outras fontes de riqueza fora da agricultura. Daí originou-se a febre de negócios fantásticos conhecidos com o nome de “Encilhamento”. Apareceram sociedades anônimas em profusão, para os mais diversos fins. Alguns empreendimentos foram lançados de boa fé, no entanto, da inesperienza dos promotores resultaram alguns lamentáveis malogros. Aconteceram também em número infelizmente elevado “organizações fantasmas” constituídas com o pseudo fim de vender ações que envolviam pessoas que só posteriormente percebiam a fraude de que haviam sido vítimas. O ano de 1892 assinalou uma grande crise, sendo numerosas as falências, deixando arruinadas várias famílias tradicionais do Império.

b) **O “Funding-loan” (Fundo de empréstimo)** — Foi no governo do Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, que com este acordo o governo brasileiro tentava solucionar o problema da nossa dívida externa. Determinava o Funding-loan que o Brasil se comprometia a pagar os juros dos empréstimos em 1879 e 1889 em 3 anos com o título de um novo empréstimo de 10 milhões de esterlinas. A amortização ficaria suspensa pelo prazo de 3 anos. A renda da alfândega do Rio de Janeiro seria depositada como garantia do paga-

mento das obrigações. Este acordo sofreu violentas críticas por parte do Visconde de Ouro Preto, taxando de “caráter irritante e ofensivo ao governo e ao bancos brasileiros”... No seu livro “Da propaganda à presidência”, assim procurou o Presidente Campos Sales defender o tratado “Melhor que o Brasil sair como um comerciante falido da gerência de um banco”.

No setor financeiro poderemos ainda citar a 2a. falência do Banco do Brasil, ocorrida em setembro de 1900.

Ao terminarmos a Primeira República assinalamos um fato de grande significação não só para o Brasil mas para o mundo inteiro: a grande depressão econômica de 1929. Originada na bolsa de New York, ocasionou a queda brusca da exportação dos produtos nos quais se assentava a Economia Nacional. Assinalou também a interrupção do afluxo de capitais estrangeiros e a desvalorização da nossa moeda. Entretanto apesar das dificuldades econômicas esta crise de âmbito mundial deixou alguns pontos positivos na nossa economia, tais como: o crescimento da produção de consumo interno e a nacionalização na nossa economia, voltada para a necessidade.

Com a revolução de 1930, é encerrada a nossa primeira etapa republicana. O nosso país encontrava-se então em uma difícil situação econômica expressa principalmente na depreciação da moeda e na urgência do paga-

mento dos juros da dívida externa.

A segunda república enfrenta mais uma cruz o problema da superprodução do café. Tenta-se o sistema de troca direta, mas sem resultado satisfatório. O algodão assume grande importância no decênio 1930/1940, sendo a Alemanha e o Japão os nossos principais compradores. É nesta fase da nossa história econômica que o Brasil se liberta definitivamente o rígido processo do Ciclo Econômico para adotar a policultura, onde ao lado de produtos de grande significação também o arroz, o milho e frutas tropicais aparecem na nossa balança comercial de exportação.

A Indústria siderúrgica assume grande importância. A usina de Volta Redonda, assinala inequivelmente o início da indústria pesada no Brasil. Sendo importante e indispensável assinalar o início da indústria automobilística em 1955 no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Na Economia contemporânea a importante participação do Estado, ora legislando para criar condições de estímulo a poupança, ora desenvolvendo política financeira para a estabilização da moeda.

Na balança internacional do comércio podemos assinalar alguns deficits que muitas vezes coincidem com a entrada de bens de produção em nosso país. Os Es-

tados Unidos continuam sendo o principal comprador dos nossos produtos, sobretudo o café. Assinalamos em 1956 as primeiras trocas comerciais com países da cortina de ferro e em 1959 o primeiro convênio com a União Socialista da República Soviética.

Indispensável se faz num estudo sobre a Economia Republicana dos nossos dias uma referência especial a PETROBRÁS S/A (Petróleo brasileiro sociedade anônima). Criada no governo Constitucional do Presidente Getulio Dornelles Vargas, a empresa mantém o monopólio estatal do Petróleo, objetivando impedir que os grandes trustes internacionais se apoderem das nossas jazidas, visa ainda a impedir a evasão de divisa na compra de subprodutos.

No setor financeiro um dos problemas de caráter mais sério é da inflação. Obrigado pela necessidade, os últimos governos têm emitido quantidade considerável de papel moeda, aparecendo como consequência imediata desta situação o aumento do custo de vida. Assinalamos no entanto o esforço dos poderes públicos no sentido de promover o equilíbrio entre receita e despesa. Assim procura restringir ao mínimo a aplicação de divisas a outros fins que não seja a importação de bens de produção e diminuir na medida do possível a remessa de fundos para o exterior. A dificuldade em deter a inflação está ligada

a desvalorização da nossa moeda. A baixa de câmbio leva numerosas pessoas a adquirir capitais em moedas estáveis para que suas reservas não percam o valor aquisitivo. Esta atitude tende a reforçar a desvalorização.

Assistimos pois na nossa contemporaneidade, através de um ativo processo de desenvolvimento ao Brasil encontrar o seu destino de líder do continente latino americano. Tentamos apagar as legendas de "país subdesenvolvido" e "essencialmente agrícola" com as quais durante tantos anos fomos taxados, para através do "milagre brasileiro" passarmos a "país em desenvolvimento". Pressentimos que não está longe o amanhã em que o "gigante pela própria natureza" formará ombro a ombro com as grandes potências mundiais.

BIBLIOGRAFIA

- 1—AVELLAR, Mélo de Alcântara — História Administrativa e Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Material Escolar, 1970.
- 2—BANDECCHI, Brasil — História Econômica e Administrativa do Brasil. — São Paulo, — Editora Didática Irradiante S. A., 1970.
- 3—CARONE, Edgard — A Primeira República — Difusão Européia do Livro, 1969.

- 4—GALACHE, G. e M. André — Brasil processo e integração, São Paulo, Edições Loyola, 1972.
- 5—LESSA, Barbosa — Nova História do Brasil — Porto Alegre, Editora Globo — 1967.
- 6—PRADO, Caio Júnior — História Econômica do Brasil. São Paulo. Editora brasiliense, 1970.
- 7—SCANTIMBURGO, João de — Tratado Geral do Brasil — São Paulo — Companhia Editora Nacional, 1971.
- 8—SOFRÉ, Nelson Werneck — Formação Histórica do Brasil — São Paulo. Editora Brasiliense, 1970.

A Independência do Brasil

(De Tiradentes a Pedro I)

Ítala B. Silveira

na administração da colônia, como o demonstra a criação de um governo geral para o Brasil, ainda na primeira metade do século XVI. E o alargamento das fronteiras, para além da linha determinada pelo Tratado de Tordesilhas, se processa pelas numerosas entradas e bandeiras, que tornaram a antiga colônia portuguesa o país de maior extensão territorial de toda a América, por ocasião de sua independência.

INTRODUÇÃO

Para bem se compreender o processo da emancipação política do Brasil, cremos não ser suficiente um relato, mesmo minucioso, dos acontecimentos que vão desde a Inconfidência Mineira à proclamação da Independência, em 7 de Setembro de 1822. É preciso remontar mais longe, examinar os processos de colonização e formação da mentalidade política do povo brasileiro. É o que tentaremos fazer aqui.

Analisando a colonização europeia no continente americano encontramos três procedimentos diferentes. No Norte, Inglaterra e França formam numerosas colônias, nas quais, inicialmente, não se verifica a preocupação com o alargamento das fronteiras. Em outra parte do continente, colonizada pela Espanha, formam-se diversos Vice-Reinos, administrados separadamente. Na América Portuguesa, isto é, na parte que coube a Portugal para a colonização há, desde o início, a preocupação de unidade

Por outro lado, a expulsão de franceses do Rio de Janeiro, no século XVI, de holandeses do Nordeste e franceses do Maranhão, no século XVII, revela um sentimento nativista, não frequente na época.

Este modo de sentir e de agir, tão diverso do que ocorria no resto do continente, nos leva a procurar, na formação do reino português, a origem do sentimento de nacionalidade, que tão cedo se revelou na brasileira gente.

Aguerrido nas pelejas contra os mouros e seus vizinhos da península ibérica, trouxe o português para a colônia que formou, as qualidades que, um longo período de lutas a fim de manter a independência pátria, tornara inerentes à sua índole.

Nenhuma colônia de europeus, de outra origem que não a portuguesa, conseguiu se estabelecer em terras brasileiras, ou melhor, no espaço territorial que o Tra-

tado de Tordesilhas concedera a Portugal. O português era cioso do vasto território que os grandes descobrimentos marítimos haviam proporcionado à lusa pátria. Não permitiu que se repartisse com outros povos a herança de seus maiores. Considerava como, pertencendo-lhe por direito, as terras que haviam descoberto e as defendeu contra as invasões estrangeiras com o sacrifício de suas vidas, como ocorreu nas lutas para expulsão dos franceses e na insurreição pernambucana.

De modo que o sentimento de nacionalidade se forjou, em terras brasileiras, ligado inicialmente à terra e coroa portuguesas. Só mais tarde, dois séculos após o início da colonização, é que despontou o desejo e a necessidade de libertar a terra brasileira do domínio português.

Tentativas regionais para a emancipação política não podiam lograr êxito, porque a colônia era já o arcabouço de uma grande nação. Só poderia se emancipar com um movimento que, galvanizando todas as energias do povo, atingisse o vasto território, do Norte ao Sul, do Amazonas ao Prata.

O português, ao colonizar o Brasil, deu-lhe unidade de língua e religião. Todavia, ao implantar em terras distantes sua cultura, criou pólos de colonização em lugares diversos. Foi dispersivo. Mas, foi esta dispersão que per-

mitiu dar a tão vasta região uma cultura homogênea, na qual, se algumas diferenças existem, não são de molde a quebrar a unidade forjada nos tempos coloniais.

Por outro lado, o sacrifício de patriotas, como Tiradentes, serviu para adubar a semente da liberdade. Mas, os frutos desta árvore magnífica só poderiam ser colhidos por alguém que tivesse condições de impulsionar o gigante. Alguém que, encarando de um lado, os anseios de liberdade do presente, representasse também um sentimento de fidelidade ao passado. Entre os que pugnaram pela Independência do Brasil, era o Príncipe D. Pedro quem reunia tais características.

A causa da Independência do Brasil sofreu, pois, um longo processo de maturação. O moço Príncipe, que a realizou, não era nascido quando ocorreu a execução do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Muitos graves acontecimentos marcam a história da humanidade naqueles trinta anos, que vão desde o dia 21 de Abril de 1792 ao 7 de Setembro de 1822. O processo evolutivo de nossa independência política está estreitamente ligado as grandes mudanças ocorridas no continente europeu, naquele período. Trazido para o Brasil, em consequência das guerras napoleônicas, quando apenas saía da infância, D. Pedro fez-se adolescente e homem em terras brasi-

leiras. Por força de circunstâncias estranhas à sua vontade, tornou-se aliado da causa comum a todos os brasileiros — a independência política do Brasil.

Descendente longínquo daquele Afonso Henriques que, sete séculos antes, efetuara a independência de Portugal, imitou o gesto do seu antepassado concluindo a independência do Brasil. Descendente de reis, como o outro, soube compreender os anelos do povo que o amava, porque viu a possibilidade de, com ele, tornar realidade um velho sonho — emancipar politicamente a ex-colônia portuguesa, na ocasião Reino Unido ao de Portugal.

Nos fins do século XVII, a audácia dos bandeirantes paulistas, adentrando no território da vasta colônia, revelou a existência de numerosos veios auríferos, na região das Gerais e de Cuiabá. O ouro descoberto e, posteriormente, os diamantes atraíram para a capitania das Minas milhares de aventureiros, de modo que uma sociedade heterogênea aí se formou. A região do ouro se fez uma terra de contrastes onde, ao lado do luxo, ostentação e desperdício campeava, entre os desfavorecidos, a miséria, tornada mais negra pela comparação que se fazia entre a riqueza de uns e a pobreza de outros. Mas a descoberta do ouro atraiu, não somente, os audazes aventureiros da terra colonial. Milhares de reinóis, isto é, portugueses atravessavam o Atlân-

tico e vinham tentar a fortuna no Brasil. O ouro das minas brasileiras iniciou o processo de dissociação dos dois povos — brasileiro e português. O paulista, a cuja coragem, se devia a descoberta do ouro, julgava-se o legítimo dono das riquezas que a terra brasileira guardava. Os portugueses, filhos da metrópole que governava a colônia, estavam convencidos que as riquezas do Brasil pertenciam a Portugal e, portanto, aos portugueses. E uma surda animosidade começou a separar brasileiros e portugueses, tornando-os inimigos.

Todavia, o ouro da capitania de Minas não atraiu somente os aventureiros cubiçosos de um enriquecimento rápido. Para a região voltou-se a atenção da Coroa Portuguesa e o governo da Capitania de Minas foi entregue a magistrados, prepotentes, que mereciam a confiança do governo português. De modo que, cada dia, se tornava mais evidente que, na rica colônia de Portugal, os povos que nela viviam, não mais amigos como no passado, haviam se tornado rivais. O ouro, que tornara o Brasil a mais rica colônia do império ultramarino português lançara a discórdia entre os dois povos que a habitavam.

Durante longo tempo, as terras auríferas do Brasil abarrotaram de ouro a metrópole portuguesa. Ocorreu, porém, algo que não estava nas previsões dos providentes governantes de Portugal. O ouro do Brasil não era

inexgotável e os veios auríferos foram diminuindo. A produção do ouro entrou em declínio. É então, que surgem as medidas rigorosas, visando defender os interesses da Coroa. A contribuição da Colônia para a Metrópole deixou de ser percentual sobre o montante do ouro arrancado à terra. A Coroa Portuguesa determinou uma contribuição fixa, avaliada sobre a produção do período em que o ouro era abundante nas lavras e garimpos. A economia da colônia se foi esgotando pela contribuição a que era obrigada pelo governo português. De ano para ano, se avolumava a dívida dos contribuintes da Capitania de Minas, renunciando negros dias para os habitantes da terra brasileira.

Outro fato de grande importância ocorria na vida social e política da capitania. Eram numerosas, em Minas, as famílias abastadas. O ouro tornara-as ricas e, em decorrência desta circunstância, costumavam estas famílias enviar seus filhos a estudar nas Universidades Europeias, já que no Brasil existiam apenas escolas primárias. Mas as idéias liberais se propagavam, então, por toda a Europa. No continente americano, as treze colônias inglesas haviam proclamado sua independência, firmando, ao mesmo tempo, a "Declaração dos Direitos dos Homens". De modo que os moços brasileiros que iam para a Europa, de lá voltavam não somente com os conhecimentos

científicos adquiridos, mas, também impregnados das idéias de liberdade para os povos e igualdade entre os homens, disseminadas principalmente pelos enciclopedistas franceses.

Chegadas ao Brasil, aqui encontravam a desigualdade, a injustiça, a prepotência. O mundo sonhado pela mocidade de então era bem diferente do mundo real com que se defrontavam. Rapidamente, tomava conhecimento de que a metrópole portuguesa asfixiava a colônia e lhe sugava toda a vitalidade. Por outro lado, os moços brasileiros, educados na Europa, não tinham oportunidades de exercer altas funções na administração da Colônia. Todos os cargos importantes eram confiados aos nascidos em Portugal. Era uma das humilhações impostas à colônia e aos homens ilustres que nela haviam nascido e viviam. A política adotada pelo Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I, havia sido inteiramente abandonada pelos medíocres ministros de D. Maria I.

Para os brasileiros, a fonte de todos os males, que afligiam a terra brasileira, era apenas uma — a metrópole portuguesa. Libertar o Brasil do jugo que o oprimia era tarefa urgente a executar. A emancipação política era uma necessidade de sobrevivência para a nação brasileira. Foi, então, que no meio de intelectuais surgiu a idéia da independência. Se a figura má-

xima da conspiração, surgida em Vila Rica, foi um modesto Alferes, foi através de intelectuais que o mesmo tomou conhecimento das idéias que, na ocasião, sacudiam os alicerces das velhas instituições políticas e sociais, na Europa. No mesmo ano em que Tiradentes foi preso, o povo de Paris, de assalto, tomou a fortaleza da Bastilha. E, no ano seguinte ao de sua morte no cadafalso, julgado e condenado pela justiça real, duas cabeças reais rolaram da guilhotina — as do rei e da rainha da França, julgadas e condenadas pela justiça do povo.

Foram estas pré-condições de povoamento, colonização e política que forneceram as condições peculiares para a independência política do Brasil.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Atrás de portas fechadas,
à luz de velas acesas,
ente sigilo e espionagem
acontece a Inconfidência.

.....
Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que expli-
que
e ninguém que não entenda.

Romanceiro da Inconfidência —
Cecília Meireles

Estava-se na penúltima década do século XVIII, o “Século das Luzes” em que o mundo, pela primeira vez, parecia vislumbrar

o sentido mágico de algumas palavras como, igualdade, liberdade e fraternidade. O foco de onde se irradiavam estas novas idéias era a França, onde o direito divino dos reis estava sendo posto em dúvida. Ao mesmo tempo, no continente americano, as treze colônias inglesas haviam obtido, na década anterior, sua independência política, libertando-se do jugo inglês.

Na Europa, alguns governantes esclarecidos, sentido a aproximação de novos tempos, haviam instituído um novo estilo de governo, no qual algumas aspirações populares foram atendidas. Outros, entretanto, se afeiravam às velhas fórmulas, incapazes de compreender e sentir o início de uma nova era para a humanidade. Entre os governantes esclarecidos do século XVIII, se contava o grande Ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Para esta rica colônia, havia adotado Pombal a política de aproveitamento de alguns homens ilustres do Brasil em funções de relevo na administração brasileira. Isto satisfazia, em parte, os anseios da colônia e minimizava os ressentimentos dos brasileiros em relação a metrópole portuguesa. Após a morte de D. José, o Marquês de Pombal caiu em desvalimento e os ministros que o substituíram se puzeram a destruir a obra do grande político, tudo aquilo que constituía com a sua inteligência e compreensão da época histórica em que vivia.

O declínio do reino português, sustado durante os anos da administração de Pombal, se acentuou. Para solucionar os problemas econômicos e financeiros com que se debatia o decadente reino só encontravam os administradores lusos uma solução — o ouro das minas brasileiras. Arrancar cada vez mais ouro de sua rica colônia americana era o único caminho para os problemas de um país pobre, sem condições de prover suas próprias necessidades de subsistência e administrado por homens incapazes, que não percebiam o ciclo do ouro caminhando para a fase final e que, por isso, a colônia não possuía mais condições de satisfazer suas exigências. Não acreditavam os administradores lusos no decréscimo da produtividade das minas. Estavam convencidos de que o alegado exgotamento das fontes produtoras era apenas um meio para justificar o contrabando. Em 1788, Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, é nomeado Governador da Capitania de Minas Gerais. Naquela ocasião a dívida dos contribuintes com a Fazenda Real atingira cifras nunca vistas. Ao mesmo nível crescera o ódio, a animosidade dos naturais do Brasil para com os filhos de Portugal e governo português.

A ominosa administração de D. Luís da Cunha Menezes, o Fanfarrão Minésio das famosas "Cartas Chilenas" atribuídas ao poe-

ta Tomás Antônio Gonzaga, muito contribuiu para o acirramento do ódio entre brasileiros e reinóis e para a quase unânime repulsa da população de Minas com relação à metrópole portuguesa.

É, neste clima de insatisfação, que chega a Minas o Visconde de Barbacena, recém-nomeado Governador e com ordens expressas de reparar os prejuízos causados à Fazenda Real a circunstância de, nos últimos anos, a arrecadação nunca atingir os níveis fixados pela Coroa. Trazia ordens formais para arrecadar, por meio de execuções e derramas, todas as contribuições em atraso.

Empossado no Governo, convocou o Visconde de Barbacena a Junta da Fazenda e lhe deu conhecimento de parte das instruções que trazia, relativa à arrecadação dos impostos. Fez sentir aos membros da Junta o abandono em que estavam os interesses da Coroa, responsabilizando a cada um, pessoalmente, por aquela enorme dívida. A todas as outras autoridades da Capitania, deu conhecimento das instruções emanadas do governo português e fez sentir a responsabilidade que tinha todos na ação a ser executada para a cobrança da dívida da Capitania de Minas para com a Fazenda Real. Embora procurasse, com habilidade e astúcia se desincumbir da missão, esta era de molde a repercutir des-

favoravelmente na terra. E foi o que ocorreu. A notícia das medidas, que estavam para ser tomadas, se espalhou rapidamente por todas as vilas e povoados, gerando uma situação de ansiedade, incerteza e medo.

O Visconde de Barbacena, antes de iniciar sua administração, já se tornara impopular. E para aumentar sua impopularidade, na sociedade mineira, muito contribuiu a atitude que tomou, esquivando-se a qualquer contacto com o povo, encerrando-se na Fazenda Cachoeira do Campo, de onde administrava a Capitania.

As ordens trazidas pelo novo Governador representavam a ruína para a outrora rica Capitania. A dívida dos contribuintes, proveniente somente dos quintos do ouro, contrato das entradas e dos dízimos, ascendia a 5.725:526\$000 que, em moeda atual, sem correção monetária, atinge a Cr\$ 5.725.526,00 quantia assombrosa para aqueles tempos. Era a insolvência para grande número de contribuintes da Fazenda Real e a miséria para toda a população, o que se apresentava aos olhos dos brasileiros, residentes na Capitania de Minas Gerais.

Foi, nesta ocasião, face a ameaça que representava para a população de Minas as medidas anunciadas cautelosamente pelo Visconde de Barbacena, que se iniciou o movimento conhecido como Inconfidência Mineira.

Foi um movimento encabeçado por intelectuais e secundado por pessoas de importância na vida social da Capitania de Minas. Atribui-se aos poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, logo seguidos por outro poeta, Inácio José de Alvarenga Peixoto, a iniciação do plano conspiratório. Pertenciam eles à Arcádia Ultramarina e o gosto comum pela poesia fizera-os amigos. De modo que, das palestras informais sobre poesia, passaram a planejamento sobre assuntos mais graves. Inicialmente, os conspiradores se reuniam nas casas dos dois primeiros. Ora na casa de Cláudio Manuel da Costa, ora na de Tomás Antônio Gonzaga. Este último, português de nascimento, porém filho de pai brasileiro, radicara-se tão bem em Vila Rica que, nomeado desembargador da Relação na Bahia, fora sempre adiando a sua saída de Minas.

A conspiração atraiu outras figuras importantes da sociedade mineira. Alguns sacerdotes participaram da Inconfidência. São eles: o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, "vigário de São José D'El Rei, rico minerador"; José da Silva e Oliveira Rolim, "abastado ex-morador do Tijuco"; o cônego Luís Vieira da Silva "possuidor de biblioteca de excepcional interesse para o conhecimento das leituras habituais dos conjurados de maior cultura"; e José Lopes de Oliveira e Manuel Rodrigues da Costa.

Outros nomes de realce na vida social da capitania se uniram aos conspiradores. Foram: o Sargento-mor Luís Vaz de Toledo Pisa, "irmão do padre Carlos"; o comerciante, reinol Domingos de Abreu Vieira; o Coronel-de-tropas-auxiliares Francisco Antonio de Oliveira Lopes; o "também rico Coronel-de-Auxiliares" José Aires Gomes; o abastado lavrador" José de Rezende e Costa e seu filho de igual nome; o "praticante de cirurgia" Salvador Carvalho de Amaral Gurgel; Domingos Vidal Barbosa, "formado em Medicina em Bordeus" e outros.

Como se verifica, eram pessoas de importância na vida da Capitania pela sua posição social, fortuna e instrução, que se interessavam por um movimento emancipador da terra em que viviam. Havia uma aspiração comum a todos — libertar a terra brasileira do domínio português a fim de deter a ameaça que pairava sobre o futuro da capitania ante as medidas determinadas pelo governo da metrópole.

No meio destes conspiradores se destaca a figura singular do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes. Foi levado a participar do movimento por José Alvares Maciel, brasileiro recém-chegado da Europa, onde se formara em Filosofia e Química, na Universidade de Coimbra. O Alferes foi o elemento que deu à conspira-

ção a centelha, a chama que a transformou. A conspiração se fez pregação de novas idéias, daqueles que avassalavam a Europa. Dotado de um entusiasmo, incomum a um homem de mais de 40 anos, pois nascera em 1746, Tiradentes, apaixonado pelas idéias de liberdade, tornou-se o arauto das mesmas na Capitania de Minas Gerais.

Não era um homem da rale. Descendia de uma família abastada e a vida irrequieta e aventurosa que teve se deve ao seu próprio temperamento e à circunstância de ter ficado órfão muito cedo, isto é, aos 11 anos de idade, ocasião em que foi residir com o padrinho Sebastião Ferreira Leite, cirurgião que lhe ensinou a arte de tirar dentes. Da profissão de dentista é que lhe veio a alcunha por que se tornou conhecido — Tiradentes. O exercício desta profissão, ao lado de um temperamento extrovertido, ampliou-lhe o círculo de relações.

Em sua mocidade, Tiradentes foi tropeiro e, mais tarde minerador. Em 1781, aos 35 anos, Tiradentes se fazia soldado. Na carreira militar atingiu o posto de Alferes do Regimento dos Dragões, onde comandava a patrulha de policiamento do Caminho Novo contra assaltantes e assassinos. Era por esta estrada que se escoavam as riquezas minerais da Capitania, rumo ao Rio de Janeiro, de onde eram levados para Lisboa.

Com um temperamento vibrante, entusiasta, Tiradentes iniciou a propaganda da independência da terra pátria, por toda a parte. De envolta com o ideal de independência política da terra brasileira, semeava as idéias libertárias que o empolgavam. E nos caminhos e montanhas da terra mineira ecoou, pela primeira vez, uma pregação da Liberdade.

O exemplo, dado pelas treze colônias inglesas aos povos coloniais da América, era um grande incentivo para a propaganda da Independência. Os Estados Unidos ainda não eram uma grande nação, nem pelo território, nem pelo poder. Mas, constituíam um exemplo, um estímulo aos povos americanos, oprimidos pelo jugo colonizador de nações européias.

Sabia-se e comentava-se, em toda a parte, que o estudante brasileiro, José Joaquim da Maia, falecido logo depois deste acontecimento, tivera uma entrevista com o político norte americano Thomas Jefferson, na qual abordara a possibilidade daquele país auxiliar o Brasil em sua luta pela independência. E, se nenhuma promessa concreta de ajuda fora obtida, havia sempre a esperança de um apoio, não apenas moral, da nação norte-americana ao povo brasileiro, caso este conseguisse concretizar a aspiração de se tornar independente de Portugal.

O Alferes Joaquim José não escolhia auditório para a sua pre-

gação revolucionária. Não era a "portas fechadas" que ele conspirava melhor se diria, que, ele pregava a liberdade. Não era um conspirador. Era antes um exaltado propagandista da Liberdade, pregando-a em todos os lugares, disseminando a idéia da independência, sem o cuidado, sem a preocupação com os prejuízos que poderiam advir, para a sua pessoa, daquilo que dizia e propagava.

Foi, certamente, imprudente pois não teve a necessária cautela ao aliciar aliados para a causa que defendia. Mas as idéias da independência tinham necessidade de um apóstolo, de alguém que, não temendo as represálias que viriam em consequência de sua ação, se votasse inteiro à causa da liberdade e a espalhasse aos quatro ventos.

Um dia, no vasto território a semente da liberdade haveria de medrar e crescer, proporcionando, no futuro, ao povo brasileiro uma vida digna de seres humanos.

Os inconfidentes previam uma luta armada e planejaram medidas para enfrentá-la. José Alvares Maciel se empenhou, também, em obter o apoio do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, seu cunhado e comandante do Regimento em que Tiradentes servia. Obtido este apoio, vai a conspiração de vento em popa, restando aos seus participantes

apenas ultimar os preparativos para a eclosão do movimento, aguardando a "ordem de derrama", que o Visconde de Barbacena anunciara com tanta cautela.

Condicionaram o deflagrar da insurreição à decretação da derrama, dada a exaltação de ânimos que, na ocasião, sobreviria de modo que seria fácil obter a adesão dos mineiros ao movimento de emancipação política do Brasil.

Compreenderam, também, que um movimento local, isto é, apenas da Capitania de Minas, não teria possibilidades de êxito. Urgia, portanto, obter o poio de outras capitanias, mormente do Rio de Janeiro e de São Paulo de modo que Minas não ficasse isolada. E, lá se vai o Alferes Joaquim José a caminho do Rio, a fim de conseguir o apoio dos cariocas para a pretendida rebelião.

Nesse ínterim, o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, fazendeiro e minerador, comandante da tropa de São João D'El Rei, fora convidado a participar da conspiração. Era devedor de enorme quantia à Fazenda Real e acreditaram os inconfidentes que tal fato era suficiente para fazê-lo amigo e participante leal da causa comum aos brasileiros, embora fosse português de origem. Mas, Joaquim Silvério dos Reis, enfronhado nos segredos da conspiração, apressou-se em delatá-la ao Visconde de Barba-

cena, a fim de obter o perdão de suas dívidas. Foi o primeiro, mas não o único delator. Outros dois conspiradores, também, seguiram o seu triste exemplo. Foram Basílio de Brito Malheiros e Inácio Correia Pamplona.

Senhor do segredo da conspiração e sabendo que os inconfidentes esperavam a ordem de "derrama" para iniciar a insurreição, a primeira providência do Visconde de Barbacena foi suspender a decretação da medida. Tirou aos conspiradores o pretexto para a ação revolucionária imediata, desorganizando seus planos. Ordenou, também, a Joaquim Silvério dos Reis que acompanhasse os passos de Tiradentes, na capital da Colônia. Este, que em sua pregação revolucionária, demorara-se pelos caminhos, chegou ao Rio quase ao mesmo tempo que o delator.

No Rio, Tiradentes pressentiu que estava sendo seguido, mas, não desconfiando da traição de Joaquim Silvério, permitiu que este revelasse ao Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, seu esconderijo na casa do torneiro Domingos Fernandes da Cruz, localizada na antiga Rua dos Latoeiros, onde foi preso no dia 10 de maio de 1789.

A notícia das prisões efetuadas no Rio de Janeiro chegou a Vila Rica, provocando o pânico entre os conspiradores que, desorientados, não tiveram nenhuma iniciativa para a ação imediata. O movimento Inconfi-

dência Mineira foi sufocado sem uma reação por parte dos conspiradores, que se deixaram prender, inermes e apavorados.

Inicia-se, então, a “devassa”, isto é, um inquérito a respeito do movimento, seus participantes e a extensão que atingira. No processo foram envolvidos 34 acusados, muitos dos quais não tinham tido participação ativa. Estendeu-se por três longos anos, durante os quais os acusados permaneceram em prisão incommunicável, aguardando a sentença condenatória. Por fim, em Abril de 1792, chega ao Rio de Janeiro a sentença. Por esta, foram condenados a morte 14 dos réus, entre os quais três sacerdotes — Carlos Correia de Toledo e Melo, José da Silva e Oliveira Rolim e José Lopes de Oliveira. Os outros inconfidentes também condenados à morte, pelo enforcamento, além de Joaquim José da Silva Xavier, foram Francisco de Paula Freire de Andrada, José Alvares Maciel, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luís Vaz de Toledo Piza, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José de Rezende Costa pai, e José de Rezende Costa filho e Domingos Vidal Barbosa.

Além da morte pelo enforcamento, sofreria Tiradentes outras penas. Dizia a sentença que o condenou: “... e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e pregada em poste alto

até que o tempo a consuma; e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postes pelo caminho de Minas, onde o réu teve suas infames práticas. Declaram o réu infame, e seus filhos e netos, sendo seus bens confiscados. A casa em que vivia será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique”.

Tomás Antônio Gonzaga e outros sofreram a pena de degredo perpétuo na África. Apenas alguns acusados, muito poucos, foram absolvidos, depois de três anos de prisão. O poeta Cláudio Manuel da Costa, que se suicidara na prisão, não escapou à parte da sentença que declarava infame a descendência dos conspiradores.

A leitura da sentença foi feita em dois dias. No dia 18 de abril para os sacerdotes e, no dia seguinte, 19 de abril, para os outros — militares e civis. O perdão da Rainha D. Maria I para os inconfidentes havia chegado junto com a sentença, mas só foi levado ao conhecimento dos réus em 20 de abril, de modo que durante um longo dia sofreram todos os horrores da expectativa de morte no cadafalso.

Do perdão foi excluído Tiradentes, como indigno da clemência real, segundo afirmava o acórdão.

É, nesta ocasião que se revela toda a grandeza d'alma de Tiradentes. Se antes, durante o pro-

cesso, procurara eximir seus companheiros de maior culpa, atraindo para a sua pessoa a ira real, no momento em que, com a pena de morte transformada em degredo para os demais, era ele o único a sofrer a morte ignominiosa no cadafalso, Tiradentes se rejubilou com o fato. Foi feliz com a felicidade de seus companheiros que, embora condenados ao degredo, se alegravam pela circunstância de continuar vivendo. E Tiradentes participou de uma ventura da qual fora excluído, feliz por ver afastados da força seus companheiros de ideal.

No dia 21 de abril de 1792, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier subiu ao cadafalso, onde sofreu a morte por enforcamento, após a qual foi cumprida o resto da sentença. O povo foi obrigado a comparecer à execução e participar dos Te-Deuns e luminárias promovidos pelas autoridades para comemorar a vitória da justiça real.

Cumprida a sentença que condenou Tiradentes à morte e os outros incondientes ao degredo perpétuo na África, acreditava a Coroa Portuguesa ter aniquilado qualquer veleidade de emancipação política da Colônia. O exemplo do destino, que aguardava aos que ousassem pensar em trair ao seu rei era de molde a conter qualquer tentativa futura de libertação.

Não podia prever a justiça real que, 30 anos mais tarde, seria

um Príncipe da Casa de Bragança, herdeiro do trono português, quem iria completar a obra iniciada em Vila Rica, pelos incondientes, sob o influxo dos ideais de liberdade que se propagaram pelo mundo a partir do século XVIII. Que o Brasil se tornaria independente de Portugal com o neto de D. Maria I, a Rainha que assinara a sentença de morte de Tiradentes, e que o Príncipe D. Pedro seria a figura máxima do episódio final da independência política da antiga colônia portuguesa.

A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL

Allons enfants de la Patrie,
Le jour de gloire est arrivé.
La Marseillaise - Rouget de Lisle

Do caos em que mergulhara a França, após a execução de Luís XVI e Maria Antonieta d'Áustria, com a tentativa de intervenção das potências européias a fim de sustar a Revolução Francesa, emergiu um general corso que, de vitória em vitória, em poucos anos obteve o domínio do continente europeu. Coroado Imperador dos Franceses, em 1804, Napoleão Bonaparte se tornou o árbitro dos destinos das nações européias que, se comprazia em distribuir entre seus generais e irmãos.

A Inglaterra, todavia, não aceitou a liderança francesa e, contra ela, Napoleão decretou o Bloqueio Continental. Nesta oca-

sião, a política portuguesa viveu o momento mais difícil de toda a sua história. Subordinado, economicamente, à Inglaterra, desde muitos anos, Portugal não tinha condições de sobrevivência sem o comércio com aquele país. Por outro lado, não possuía condições materiais para enfrentar os exércitos do maior general daquela época. Colocado entre dois fogos, com a pressão econômica de um lado e, do outro, a ameaça de uma invasão militar, o governo português, sob a regência do Príncipe D. João, manteve-se hesitante durante um determinado período, procurando contemporar, ganhando tempo, a fim de encontrar uma solução para o dilema em que se encontrava. Perante dois adversários, igualmente fortes, qualquer posição definida se antolhava difícil ao pequeno reino. Uma solução foi alvitrada, então. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, a mais rica e importante colônia do vasto império ultramarino português. Foi, a muito custo, que D. João aceitou o único alvitre que salvaria o trono português e a Casa de Bragança. Depois de muitas vacilações, já com o exército francês, comandado pelo General Junot, se aproximando de Lisboa, é que embarcou às pressas, acompanhado de sua família, seus Ministros e a Corte Portuguesa. Portugal não se rendeu, apenas transferiu a administração suprema do país para a Colônia longínqua, que a distância punha a salvo da ira de Napoleão.

Foi um caso inédito na História do Mundo, a transferência de uma Corte Real para uma Colônia distante. Naquela ocasião, milhares de portugueses, cerca de quinze mil, abandonaram a terra pátria ao invasor e se transportaram para o continente americano ignorando se, algum dia, voltariam ao antigo lar. Era uma aventura sombria para eles.

Para a Inglaterra havia grandes interesses comerciais ligados à transferência da administração portuguesa para o Brasil. Foi esta a razão do interesse de Lord Strangford, embaixador inglês em Portugal, em proporcionar aos navios que conduziam a Família Real, Corte e Administração portuguesas, a proteção da esquadra inglesa.

Embarcados em Lisboa, nos fins de novembro de 1807, dois meses depois, uma parte da esquadra, que se havia separado por motivo de uma tempestade, chegou à Bahia. Numa das naus, que apontaram à cidade do Salvador, estava a Família Real, incluindo o próprio Regente do Reino. Era o dia 22 de janeiro de 1808.

Recebido com grandes festas em Salvador, antiga capital da Colônia, seis dias após sua chegada ao Brasil, D. João, que não cedera diante das razões inglesas, o fez ante a argumentação de José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, e decretou a abertura dos portos do Brasil às

nações amigas. Atendeu, na ocasião, ao interesses da Colônia.

Era a Inglaterra a beneficiária imediata desta decisão do Príncipe Regente, visto que, naquela época, já possuía o domínio dos mares. Mas, a grande beneficiária, em futuro não muito remoto, seria a própria Colônia. Com a abertura dos portos, desapareceu o monopólio comercial exercido por Portugal e, naquele momento, a Colônia deu o primeiro passo importante para sua emancipação política da metrópole portuguesa. Antes de 28 de Janeiro de 1808, o Brasil estava sob o jugo político e econômico de um só país. Com a abertura dos portos, a dominação passou a ser exercida por duas potências. Uma conquista o monopólio econômico, enquanto a outra mantém, apenas a supremacia política. E, com esta divisão de poderes, o Brasil, passo a passo, conquista sua independência política. Em 1815 ainda sob a regência de D. João, ascende à posição de Reino Unido ao de Portugal, para, sete anos depois, se tornar um império independente.

Chegando ao Brasil, teve o Príncipe Regente necessidade de dotar a Colônia de condições viáveis para se tornar a sede do Reino português. No momento, Portugal estava entregue ao invasor francês. Era, portanto, no Brasil que se centravam as atenções da administração portuguesa.

No mesmo ano de sua chegada ao Brasil, D. João assina decretos para a criação de dois cursos de Medicina e Cirurgia, um na Bahia e outro no Rio de Janeiro. Em 1810, cria-se, no Rio de Janeiro, um curso de Engenharia. Vêm, em seguida, as Escola Naval e Academia Militar, no Rio, e cursos de Economia, Agricultura e Desenho Técnico, na Bahia.

Além disso, instalam-se no país numerosas indústrias, indispensáveis à vida da Corte Portuguesa em terras brasileiras.

Por inspiração de D. Rodrigo Domingo Antônio de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, foi criado o primeiro estabelecimento de crédito do Brasil. Era um estabelecimento misto de depósitos, descontos e emissão de papel moeda.

A Imprensa Régia, a Biblioteca e Museu Nacionais são instituições que vão permitir à Colônia sair do atraso cultural a que fora relegada durante os três séculos de administração colonial.

Em 1816, chega ao Rio de Janeiro, a Missão Artística Francesa, chefiada por Lebreton e que irá dar origem à Escola de Belas Artes. Após o casamento do Príncipe D. Pedro com a arquiduchessa d'Áustria — D. Maria Carolina Josefa Leopoldina, vem ao Brasil a fim de estudar a fauna e flora brasileiras, naturalistas como Von Martius e

Von Supix. A antiga Colônia, agora Reino, adquire uma nova dimensão.

As guerras napoleônicas, atingindo a península ibérica, proporcionaram às colônias americanas a oportunidade de libertação das metrópoles européias. O procedimento das duas Cortes, uma cedendo às imposições de Napoleão Bonaparte e a outra fugindo às tropas invasoras francesas e se refugiando na Colônia americana, forneceram condições diversas para o processo de emancipação.

Nas colônias espanholas, logo após a forçada abdicação de D. Carlos e D. Fernando, eclodiram movimentos revolucionários visando a independência política. Foi uma árdua peleja a emancipação das colônias espanholas. As lutas entre os "criolos" e espanhóis se prolongaram por quase dois decênios, no fim dos quais os quatro Vice-Reinos da Espanha colonial se tinham fragmentado em numerosas pequenas repúblicas.

Enquanto isto ocorria, a instalação da Corte Real Portuguesa, no Rio de Janeiro, teve importância para a forma como se processou a independência política do Brasil. Os numerosos atos administrativos de D. João VI, inclusive a sábia medida de, ao regressar a Portugal, aqui deixar o filho que melhor se identificara ao Brasil, proporcionaram maior unidade à colônia, de modo que, quando esta se

emancipou, o fez de uma vez, atingindo todo o vasto território e sem as lutas cruentas que assinalaram a independência da América espanhola.

Devido às condições existentes no início do século XIX, o Brasil, de qualquer modo, se teria libertado do jugo português. Mas, a circunstância de sua independência ter sido concluída por um Príncipe da Casa Real Portuguesa contribuiu, decisivamente para que a vasta colônia não tivesse se fragmentado em numerosas pequenas repúblicas, sob lideranças locais. Numa colônia, com as dimensões territoriais do Brasil, não seria fácil encontrar alguém capaz de, sob uma única bandeira, reunir todos os brasileiros.

Mas, o Príncipe D. Pedro, pertencente à Casa Real Portuguesa, tinha condições para conquistar esta liderança e obter a unidade da Colônia. É que, embora os ideais de liberdade abalassem as velhas estruturas, o prestígio das casas reais não havia totalmente desaparecido. O "direito divino" dos reis se misturava às aspirações populares. D. Pedro pôde reunir estas condições e se tornar a figura central do episódio de 7 de Setembro de 1822.

A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Quando, após treze anos de permanência no Brasil, D. João VI, pressionado pela revolta do Porto, voltou a Portugal, o povo

brasileiro estava, psicologicamente, preparado para a independência política, ao mesmo tempo que o Brasil tinha condições materiais para realizá-la.

Era tão evidente que o Brasil não mais voltaria à antiga condição de Colônia, nem sequer permaneceria por longo tempo como Reino Unido ao de Portugal, que se atribui a D. João VI a seguinte recomendação ao filho que ficava no Brasil: "Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal. Se assim for, põe a coroa em tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela". E, como a História o demonstra, o filho aceitou o conselho paterno.

D. Pedro não foi um conspirador. Impelido por forças superiores aos seus próprios desejos, pôe-se à frente dos acontecimentos que se encaminhavam, rapidamente, para uma rutura definitiva entre o Brasil e Portugal. Foi esta a sua grandeza. Correspondeu, na exata medida, ao que o momento histórico dele exigia e fundou um império. De tal modo agiu que suas qualidades pessoais ressaltam no episódio da Independência.

Cremos poder afirmar que, se hoje, vivemos num país de grande extensão territorial, das maiores do mundo, e obtida sem guerras de conquista, o devemos à unidade forjada nos tempos coloniais e consolidada por ocasião da Independência.

Em 22 de abril de 1821, D. Pedro assumiu o governo do Brasil, como Regente. Quatro dias depois, D. João VI embarcava para Portugal. No seu regresso à pátria, acompanharam-no quatro mil pessoas, incluindo toda a Família Real, com exceção de D. Pedro, esposa e filhos.

Mas, se D. João sentira a iminência da rutura entre os dois reinos, as Cortes de Lisboa foram, também, sensíveis à situação e quiseram deter a marcha da História. Colocado na Regência do Brasil, D. Pedro, a cada momento, se deparava com atos das Cortes de Lisboa destinados a lhe cercar a autoridade. Por fim, veio a ordem de regresso imediato à Portugal, sob o pretexto de completar sua educação. Ocorreu isto em dezembro de 1821. Mobilizou-se, então, a opinião pública brasileira a fim de obter a permanência do Príncipe Regente, em desobediência formal às ordens emanadas de Lisboa.

E, aos 9 dias do mês de janeiro de 1822, José Clemente Pereira entregou ao Regente uma representação popular na qual se pedia ao Príncipe que ficasse no Brasil. Foi nesta ocasião que D. Pedro declarou: "Como é para o bem de todos e a felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico".

Temperamento impetuoso, habituado a fazer sempre a sua vontade, irritou-se D. Pedro com

o tratamento a que o queriam submeter. Da inabilidade política portuguesa tiraram proveito os brasileiros que cercavam o Regente, no sentido de conquistá-lo para a causa da independência. E, enquanto as Cortes suprimiam a autoridade da Regência sobre os governos provinciais brasileiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, como Ministro, determinava que nenhum decreto de Lisboa poderia ser executado sem a aprovação do Regente. Não foi difícil aos patriotas levar D. Pedro, sempre desautorado pelas Cortes de Lisboa, a também desejar a independência da terra brasileira, onde encontrava apoio. Conheciam os brasileiros o valor de tal aliado para a causa que defendiam. E souberam conquistá-lo.

A desobediência do Príncipe assustou as Cortes de Lisboa, que se tornaram cada dia mais hostis. E, neste crescendo, se chegou ao dia 7 de Setembro de 1822, quando regressando de Santos para São Paulo, na colina do Ipiranga, D. Pedro declarou rompidos todos os laços que prendiam as duas pátrias, proclamando a Independência do Brasil.

CONCLUSÕES

Muitos patriotas pugnaram pela Independência do Brasil, porém entre todos ressaltam duas figuras singulares. Ambos pertencem à História, mas tem algo de lenda. Um é o mártir que se imola pela causa da liberdade e muito se assemelha aos cristãos dos períodos heróicos do Cristianismo.

O outro, o moço Príncipe nos sugere um cavaleiro andante, de cota de malha, a percorrer o mundo defendendo os fracos e oprimidos. Aos vinte anos vê-lo, no Brasil, libertando a terra brasileira do jugo colonial. Aos trinta anos, transpõe o oceano e vai dar a Portugal a Constituição pela qual lutavam os portugueses.

Natal, 28 de julho de 1972

BIBLIOGRAFIA:

- História do Brasil — Rocha Pombo
- História do Brasil — Souto Maior
- História do Povo Brasileiro — Jânio Quadros e Afonso Arinos
- História das Américas — Ricardo Levene

Aspectos do Chile

(Notas de viagem - 1972)

Manuel Revorêdo

paralelos, e colocá-las uma ao lado da outra.

Apertado entre a montanha e o Pacífico, vai, no curto espaço de trezentos quilômetros, dos 7.000 metros de altitude do Aconcágua à profunda fossa submarina que margeia a costa.

No Sul o inverno é rigoroso, com tempestades e neve. No Norte, praticamente não chove: é o Atacama, deserto frio, onde existem o cobre e o salitre, as grandes riquezas do Chile.

SANTIAGO, QUARTA CIDADE SUL-AMERICANA

Ao deixar Mendoza, última escala na Argentina, o boeing duplica sua altura normal de vôo para transpor a Cordilheira. Logo depois surgem, à direita o Aconcágua e lá em baixo cumeadas e picos separados por vales onde resiste o gelo do último inverno.

Depois é a descida rápida e a procura do aeroporto de Pudahuel. Nos últimos vinte anos, a cidade passou dos 1.500.000 para os 2.500.000 habitantes. Abriga um quarto da população do país.

UM MAPA ESTRANHO

O Chile é tão extenso no sentido norte-sul quanto o Brasil, mas sua largura não excede a do Rio Grande do Norte.

Para que um mapa mural do país tenha a forma retangular comum é necessário dividi-lo em quatro partes no sentido dos

No Centro, onde ficam as maiores cidades, chove pouco (500 mm), as temperaturas podem descer a zero; é a região mais atingida pelos terremotos.

ENTRE EM LA MONEDA SEM PEDIR LICENÇA

De um guia turístico da capital: "Você pode visitar livremente o Palácio de La Moneda, atravessar os pátios, e até mesmo encontrar-se com ministros ou o próprio Presidente da República".

La Moneda é o palácio presidencial. Logo depois de minha chegada, tive a satisfação de comprovar esse fato, creio que único no mundo.

"CHILE SE PUSO PANTALONES LARGOS"

O sentimento nacionalista do povo é bem acentuado. São um

atestado disso o fervor das comemorações das datas magnas do Chile — 18 e 19 de setembro; o interesse em tomar parte na discussão de assuntos políticos que digam respeito à nação; a participação do povo em obras, trabalhos e movimentos de cunho social, como mutirões para construção ou reparo de casas populares, prestação de serviço gratuito no corpo de bombeiros, escotismo, círculo de pais e mestres, etc.

Na aprovação pelo Congresso da lei de nacionalização do cobre (principal produto chileno de exportação), a Democracia Cristã acompanhou a Unidade Popular — coligação de partidos da situação — apesar de as duas correntes se digladiarem ferrenhamente.

Cartazes de propaganda da campanha das empresas estrangeiras de extração do cobre continham legendas como estas: "Pongale el ombro a la Pátria", "Chile se puso pantalones largos" (O Chile vestiu calças compridas).

No ano passado a mocidade das escolas superiores participava ativamente da política. Nos pátios das faculdades, militantes das várias facções trabalhavam na organização de cartazes, exposições e conferências de cunho político. Não sei se sobrava tempo para o estudo das disciplinas do currículo.

PONHA UMA BANDEIRA EM SUA PORTA

No Chile, casa de morada que se preza tem um mastro de bandeira na frente. Isto me intrigou bastante, mas eis a explicação: cada moradia tem que ostentar uma bandeira nacional nas "fiestas pátrias" (18-19 de setembro), comemoração da independência chilena. Isto sob pena de ser multado o seu morador.

Por isso mesmo, no mês de setembro é comum a figura do vendedor ambulante de bandeiras, inclusive de outras nações.

RELÓGIO DE FLORES E "MOAI" DA ILHA DA PÁSCOA

Em Viña del Mar existe um dos poucos relógios de flores do mundo, instalado em praça pública, mantido pelo espírito acolhedor duma terra de turismo como é o Chile. Tive a oportunidade de admirá-lo de perto. O fundo do mostrador é de plantas verdes e os números são de flores vermelhas. De metal vêem-se apenas os três ponteiros.

Em Valparaíso existe, como monumento, uma das grandes e misteriosas estátuas da não menos misteriosa ilha da Páscoa. Os museus, o artesanato, o folclore os campos de esqui na precordilheira, são atrações valiosas para o grande número de turistas que entram anualmente.

SOLDADOS EM PASSO DE GANSO

A instrução militar é em parte baseada no modelo do exército prussiano, com demonstrações de grande garbo nas paradas, inclusive o famoso “passo de ganso”, que consiste, no desfile, em levantar a perna até a horizontal, a cada passo.

Os carabineiros — a polícia chilena — são policiais polidos e, por incrível que pareça, amáveis e paternais, com um guia da cidade no bolso para orientar qualquer estranho.

O Presidente da República, num discurso que ouvi logo após a minha chegada, referiu-se elogiosa e confiantemente a “las fuerzas armadas y carabineros”, não esquecendo de mencionar os 31 marinheiros que estavam em nome do Chile “en el pizarrón de Antártida”.

DO PRETO-QUE-RI e DO ÍNDIO MAPUCHE

Como não houve escravidão negra no país, os pretos que por lá se encontram são estrangeiros geralmente turistas ou estudantes

Quanto aos índios, muitos vivem em reservas, e são parecidos com os dos outros países andinos, de estatura mediana e rosto redondo e achatado. São tratados com um certo desprezo, e outra coisa não significa a expressão “cara de mapuche”.

“SI ES CHILENO ES BUENO”

Dois dos brasileiros colegas de curso estavam numa loja procurando comprar uma tesoura. Não agradando as amostras apresentadas, o balconista disse que ia buscar uma muito boa, importada. E trouxe uma tesoura fabricada no Brasil...

Como o país depende muito da importação de produtos manufaturados, a expressão **produto importado** é muito usada nas vitrinas das casas comerciais. Entretanto, algumas apresentam **slongans** patrióticos como “Si es chileno es bueno”.

GEOGRAFIA ATORMENTADA E EXAGEROS CLIMÁTICOS E TELÚRICOS

Uma faixa de terra de 750.000 km², muito acidentada, com o sul gelado e o norte desértico, sujeita a tempestades devastadoras, destruição de casas e morte pela neve, evacuação de regiões atingidas por produtos de erupções vulcânicas, terremotos que destroem cidades inteiras; tudo isso faz parte inseparável do Chile, e foi presenciado por mim no curto espaço de seis meses. Só faltou uma costureira encheite do rio Mapocho, que alaga e destrói habitações dos bairros mais pobres da Capital.

Mas o povo já vive mais ou menos acostumado com esses contratempos, e logo depois de enterrar os seus mortos começa o trabalho de reconstrução. Lem-

bro-me bem da **charge** de um jornal de Santiago em que aparecia um homem saindo dos escombros de uma casa destruída pelo terremoto de julho do ano passado, trazendo na mão o documento de nacionalização do cobre, medida que estava sendo esperada nessa ocasião. Na noite do terremoto, às 24 horas, 40 minutos após o estremeção, no meio do pavor, da estupefação e do sofrimento, lá estava o Presidente da República em La Moneda, procurando tornar possível o impossível — acalmar os ânimos de uma população desvairada.

RIQUEZA PRINCIPAL: O POVO

A população dos bairros mais pobres quando compra carne é nas “carnicerías de equino”. O vinho é a bebida nacional e a

“chicha” a aguardente dos pobres. A “cueca”, dança regional folclórica, é parecida com as nossas danças gaúchas.

O povo, que a fatalidade freqüentemente une na dor comum, é o mesmo de toda parte, que a humanidade é uma só. Do motorista de ônibus, que trabalha sozinho (ele próprio dirige e passa o troco), ao “curado” dos fins de semana, com a cabeça cheia de “chicha”; da “lola” granfina do bairro da Providência à mocinha da cara de mapuche; do cabeludo descontraído que põe no carro a decalcomania “Virginidad da câncer — Vacuna gratis” ao Presidente que é saudado pelo “roto” na rua, todos fazem parte de uma comunidade que não pode ser compreendida e explicada mas pode ser sentida e amada.

Educação, Consumo ou Investimento?

Betovem Alves de Azevedo

cassos que outros países em vias de desenvolvimento, atingiram um elevado grau de progresso econômico e social muito antes que outras nações, e isso, em razão de seus elevados interesses voltados para o crescimento educacional.

Como um dos grandes desafios para a nossa arrancada rumo ao desenvolvimento, coloca-se diante de nós o problema da educação. É indiscutível hoje a importância da educação como um fator de primeira grandeza num processo de desenvolvimento social e econômico. Fartas são as afirmações que sobre tal assunto nos mostram os escritos de Galbraith, Myrdal, Polding, Perroux, Schultz, Rostow e outros expoentes máximos da economia moderna, que vêem a educação como caminho seguro e indispensável para o desenvolvimento material de qualquer comunidade.

As afirmações e comparações que encontramos sobre o desenvolvimento de nações várias, no nosso mundo mundo atual, permitem-nos visualizar o quanto é a educação importante para a realização material do homem. Exemplos disso, e os mais marcantes, se nos apresentam no caso do Japão e da Dinamarca, que com recursos naturais bem mais es-

Entretanto, apenas a consideração de ordem econômica e social não se apresentam para nós como as mais importantes e eficazes para justificar toda a plenitude de que se reveste a educação como fator primordial e insubstituível num processo de desenvolvimento global. Torna-se a educação tanto mais fundamental, para que se vislumbre o quadro do desenvolvimento desejado, quanto mais estiver ela voltada para propiciar ao Homem a sua mais completa realização na sociedade em que vive. Essa visualização é bem mais ampla que a simples avaliação do estritamento econômico e social, envolvendo a ambos os aspectos, mas atentando que são eles apenas alguns detalhes para que o ser humano se realize na plenitude de sua personalidade. Como uma decorrência da preocupação para a realização mais completa do Homem como tal, entendemos importante dimensão social, a dimensão econômica, a dimensão política que se queira dar à educação.

Repugna à concepção cristã da dignidade humana, encarar-se o homem apenas como um instrumento de produção, como se a

sua realização material e a da sociedade em que vive esgotasse todas as suas ambições de realização pessoal. É aqui que está o ponto crítico, onde reside a majestosa missão da educação, que consiste antes de mais nada, em dar ao homem as condições para que ele se realize na sua plenitude como pessoa humana sem sofrer em demasia com o atrofiamento que as necessidades puramente materiais, muitas vezes impõem. Educar consiste e consistirá sempre em se dar ao educando a maior possibilidade para que ele mesmo desenvolva as suas próprias potencialidades, e as aproveite de acordo com suas necessidades e consciência, conforme os requisitos de suas circunstâncias. Essa educação do homem não se efetiva apenas num determinado momento de sua vida. Realiza-se ao longo dos anos e se constitui dos mais variados fatores que determinam a formação do homem de maneira e graus diversos.

A educação do povo é o nosso primeiro problema nacional: primeiro, porque o mais urgente; primeiro porque solve todos os outros; primeiro, porque, resolvido, colocará o Brasil a par das nações mais cultas, dando-lhes proventos e honrarias e lhe afixando a prosperidade e a segurança; e, se assim faz-se o primeiro, na verdade se torna o único.

É dolorosa esta necessidade de repetir, monotonamente, a cada hora, que a maior riqueza de

uma nação é o homem, o seu sangue, o seu cérebro, os seus músculos, e que ele está acima de todas as coisas. E, para que esse ser terrestre fique acima de tudo, necessário se faz educá-lo, e para educá-lo é necessário **investir**.

Sem dúvida alguma, a História do Brasil registrará que a década de 70/80 transcorrerá no processo de desenvolvimento. Preparada por um complexo de realizações dinâmicas, na área da educação — O Plano Nacional de Educação, elaborado em 1962 e revisionado em 1965 pelo Conselho Federal de Educação; o Programa Estratégico de Desenvolvimento e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Centro Nacional de Recursos Humanos — assiste à reforma que desponta, consolidando as aspirações de uma comunidade e ao coroaamento científico que inicia um novo ciclo histórico em nossa civilização: a estada do homem na Lua.

Integrados nessa dinâmica, duas atitudes bem realistas nos orientam e inspiram: o estudo-meditação dos esforços e dificuldades do passado, assim como do passado-presente no setor educacional, e a adoção de medidas nessa área compatíveis e apropriadas ao novo estágio do desenvolvimento comum que requer o esforço da co-responsabilidade.

Esta posição fundamenta-se na

reflexão dos contrastes que ainda encontramos. A marcha normal e correta do Planejamento Educacional que deverá evoluir para um esforço de enquadramento estrutural e a colaboração dos evolutores da Educação que deverá iluminar-se da consciência da co-responsabilidade a que aludimos, norteadas pelos indispensáveis princípios do acompanhamento e avaliação constantes, da revisão indispensável e da adequação, sempre necessários.

Não pode restar dúvida de que um sistema educacional gera uma série de problemas econômicos a que precisamos dar a atenção devida, numa época em que a luta contra a pobreza toma amplitude de prioritária indagação filosófica e até mesmo de posição teológica.

Devemos ter hoje em dia o cuidado de preservar o papel da educação na formação do Homem Integral, entendido este como ser livre, com destinações políticas, éticas e espirituais, que não pode ser condicionado a uma artificiosa engrenagem sócio-econômica, como mera peça com funções predeterminadas. No entanto, como considera lucidamente Jonh Vaizeij "a educação pode ajudar-nos a ser ricos, e, sendo ricos (como nos mostrou Keynes), ter a liberdade de ser não econômico".

As influências da Educação no crescimento econômico e nas mudanças sociais; a previsão e ra-

cionalização das despesas com o ensino; as análises de custo e produtividade; a formação adequada de mão-de-obra; a influência das qualificações no comportamento da política salarial, etc., são temas que nos estão a desafiar e que devem ser estudados com grande seriedade, sem obstáculos de preconceitos culturais ou outros quaisquer.

Para que nos coloquemos em diálogo aberto, devemos dizer que assumimos uma posição não radicalizada com referência à discussão, já hoje ociosa, sobre o caráter da **educação como consumo ou investimento**.

É suficientemente sabido que os bens e serviços são tradicionalmente divididos em duas grandes classes — os de consumo e os de investimento. Os primeiros se caracterizam por serem "os consumidos" imediatamente gerando benefícios rápidos e pessoais; os segundo seriam aplicados na produção, representariam capital e gerariam riquezas, porque reprodutíveis, duráveis e eminentemente sociais.

Ora, se quisermos colocar no processo educacional um ou outro rótulo, teremos grandes dificuldades de ordem metodológica ou comercial. É que a educação ao nosso ver e entender, parece ter umas e outras características. Realmente todos que por ela são beneficiados "**conso-mem**" para o seu uso tal benefício. Em alguns casos tal característica é bem enfática, como ocorre no caso das escolas de

arte, por exemplo. Entretanto, o benefício educacional tem sempre aspecto de perpetuidade e produz implicações sociais. A longo prazo é intrinsecamente reprodutivo e, em geral, produz riquezas, em que pese a dificuldade de caracterizá-las ou medi-las.

Para alguns pensadores econômicos, a educação se apresenta mesmo como pré-investimento, sendo Schultz, "pois sobre o homem devidamente preparado há de assentar-se todo o desenvolvimento social e econômico". Por outro lado, conforme ressalta o Professor Jaime Abreu, hoje já se entende que os custos em recursos investidos na Educação, não há de negar, são fatos reais, sejam quais forem os seus propósitos e, por mais importante que seja a taxa de retorno cultural, igualmente é cada vez mais importante a taxa de retorno econômico do investimento educacional.

Do ponto de vista prático, se adotarmos radicalmente o conceito de consumo, estaremos nos

arriscando a desprezar aspectos muito importantes no que se refere à prioridade de recursos para a Educação, e inclusive relegá-la a posição secundária num plano geral de desenvolvimento. Da mesma forma, a conceituação de consumo leva-nos inegavelmente, a um "laissez-faire" muito perigoso, através de escolas que oferecem cursos e currículos inadequados às necessidades de mão-de-obra.

Se passarmos a entender a educação apenas como um conjunto de bens e serviços destinados a gerar riquezas, poderemos cometer a imprudência ou mesmo a insensatez de desprezar, num plano de educação global, a formação artística, a educação dos infradotados, o desenvolvimento cultural, e outros aspectos nos quais não se caracterizam propriamente os investimentos econômicos. A Educação é algo mais delicado que não se pode bitolar em rigorismo de conceituação, os quais podem ser válidos para bens materiais, mas inadequado para o trato com pessoas e idéias.

Aspectos populacionais de Igapó

(Trabalho de grupo de alunos do
Grupo de Geografia. Turma 1972)

sobretudo histórica, pois é considerado por alguns historiadores como a morada e local de nascimento de Antonio Felipe Camarão, o Índio Poti, valente guerreiro que juntando-se aos portugueses lutou contra os invasores holandeses, contribuindo decisivamente para expulsá-los de nossa Pátria.

HISTÓRICO — Igapó, como núcleo populacional é muito antigo, pois foi a sede da tribo dos Potiguares, indígenas que habitavam grande parte das costas do nosso Estado. O Capitão-Mor Mascarenhas Homem, e Feliciano Coelho de Carvalho, ao chegarem aqui com a finalidade de consolidar a conquista do Rio Grande do Norte, já encontraram franceses chefiados por Jean Jacques Riffault, comerciando com os nativos que habitavam a margem esquerda do "Rio Grande". A primeira referência acerca da tribo dos Potiguares é uma carta que data do início do século XVII, onde fala da concessão de terras doadas a Manoel Soares "defronte de uma tapera, que foi do Camarão", constando de oitenta (80) braças de largo por uma de comprimento.

A importância desse Distrito é

Do seu passado resta o célebre Cruzeiro, e de construção mais recente (1902) a igrejinha no Alto da Saudade, testemunhos da religiosidade legada pelos primitivos colonizadores.

O antigo povoado teve seu desenvolvimento muito lento, nem a ponte ferroviária construída no início deste século conseguiu tirá-lo do marasmo que acompanhou-o durante vários anos. Fez parte do município de Macaíba até que pela Lei 2.987 de 03/12/1963, foi incorporado como Distrito da cidade do Natal.

Nos últimos anos Igapó tem sido olhado pelas autoridades de uma maneira mais objetiva. A energia de Paulo Afonso, a ponte Rodo-Ferrovária e uma linha regular de ônibus, vieram dar aos seus moradores melhores condições de relacionamento com o centro da cidade.

(*) IGAPÓ — Topônimo que significa pântano, banhado, alagado, para Batista de Castro; tapera, sítio abandonado, aldeia velha, para Gonçalves Dias.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA — RELACIONAMENTO ENTRE OS FATOS FÍSICOS E HUMANOS

Geograficamente Igapó está localizada a 50° 46' 30" S e a 35° 15' 00" W Gr. Possui uma topografia ondulada situando-se a margem esquerda do rio Potengi, que calmo e sereno corre sem pressa em direção ao mar, influenciando de maneira marcante a vida da população que ali vive, uma vez que esta mantém contacto direto com ele quer alimentando-se do peixe que habita as suas águas, quer retirando o barro e areia de suas margens para a construção de suas habitações.

Além do rio nos chama a atenção a presença do manguezal, vegetação que bem caracteriza aquela área. Ali se observa um relacionamento íntimo do homem com o meio físico, notando-se a presença de uma população esparsa acomodada as formas do relevo, cujas habitações são construídas com a utilização de material bastante rudimentar, retirado do próprio local conforme foi mencionado anteriormente o que denota perfeitamente as suas condições sócio-econômicas.

Igapó está ligado a capital através da RN 4, a Rodovia do Sal marcada pela presença de importantes obras de arte que são as duas pontes sobre o rio Potengi: uma, a velha ponte de ferro construída pelos ingleses que obedeceram com rigor o es-

tilo colonial, sendo inaugurada em 1914, servindo durante dezenas de anos ao tráfego entre Natal, Igapó e cidades vizinhas, dando passagem aos velhos trens que se dirigem para o interior do Estado, sendo também precariamente utilizada para a passagem de veículos e pedestres; a outra, construída recentemente, firmada em bases fornecidas pela tecnologia moderna com estrutura de concreto protendido, com um vão de 605 metros e com a finalidade rodo-ferroviária, tendo recebido a denominação de "Presidente Costa e Silva" contribuindo de maneira marcante para a modificação da paisagem geográfica. A partir do seu funcionamento firmou-se cada vez mais o relacionamento de Igapó e cidades vizinhas com a parte urbana da cidade do Natal, como também foi melhorado consideravelmente o aspecto paisagístico da estrada, uma vez que com a sua construção foi demolida a Rua do Mosquito, formada de numerosas casas pessimamente construídas e que encerrava um ambiente de prostituição e miséria.

A medida que nos aproximamos do núcleo de Igapó, notamos sensíveis diferenças no quadro físico e humano. O mangue se estreita um pouco mais, o solo também apresenta características distintas contribuindo para que ali ocorra o aparecimento de um tipo de vegetação diferente, com aglomeração de árvores frutíferas, demonstrando de maneira clara o trabalho e a

atuação do homem na modificação daquela paisagem. As habitações apresentam-se com maior solidez, algumas já exibindo um estilo bem moderno, quase sempre apresentando pequenos quintais com predominância de fruticultura.

Na parte de maior aglomerado humano do distrito podemos constatar a presença de uma pequena igreja em cuja frente está um célebre cruzeiro, alinhando-se ao seu redor inúmeras residências, uma escola, pequenas casas comerciais, um campo de futebol situado entre uma vegetação rasteira entremeada de arbustos isolados e um cemitério público pouco mais adiante.

Notamos também a presença de salinas responsáveis por um tipo de atividade econômica exercida pelos habitantes deste aglomerado humano, vendo-se perfeitamente a atuação do homem como agente geográfico e modificador da paisagem. Nas imediações do povoado encontramos uma chapada com solos férteis, propícios às plantações e onde também se constata a presença de casas dispostas linearmente às margens da estrada, predominando as de alvenaria, pequenas granjas ou propriedades rurais destinadas ao aproveitamento agrícola e a pecuária que identificam muito bem os níveis sociais e econômicos dos que ali habitam.

AMOSTRAGEM DO NÚCLEO POPULACIONAL

Resultado dos questionários apli-

cados no distrito de Igapó nos dias 06 e 13 de 1971, onde foi utilizada a Técnica de Amostragem no núcleo populacional desse Distrito.

Foram visitadas 239 residências, as quais achavam-se distribuídas nas ruas: Dr. Antonio de Souza, Salvador, São Luis, São Vicente de Paula, São Paulo, Siqueira Campos, Tomaz Landim e Travessa São Luis. Das 239 famílias entrevistadas apenas 45 eram naturais de Igapó 180 oriundas de diversos municípios do nosso Estado, tais como: Acari, Angicos, Ceará Mirim, João Câmara, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, São Rafael, Macau, Macaíba, Monte Alegre, Natal, Nova Cruz e outros, sendo que as 14 famílias restantes vieram de outros estados nordestinos. As causas apresentadas para estes deslocamentos foram principalmente as econômicas e familiares, uma vez que buscavam melhores condições de vida, novas oportunidades de trabalho e ainda por motivo de transferências dos funcionários da Rede Ferroviária, que lá residem.

O tempo de permanência das pessoas que se deslocaram para Igapó varia bastante, de acordo com os motivos que os levaram a fixar-se nesse local.

Notamos portanto que há uma certa igualdade no número de homens e mulheres, como sugere o gráfico.

Foi verificado o nível cultural

e varicela. Quanto aos adultos não pudemos chegar a uma conclusão exata, pois não sabiam informar precisamente e citavam: tuberculose, enfarte e câncer.

Grande parte das famílias possuem casa própria, de tijolos, cobertas de telhas, com piso, sem forro, variando o número de dependências. Algumas são eletrificadas, possuindo seus moradores rádio e em menor número até televisão. Outras vivem em habitações de taipa, cobertas de telhas e uma pequena minoria de sapé.

Coclundo podemos afirmar que Natal como o maior centro urbano, influencia de maneira decisiva no "modus vivendi" da população do Distrito de Igapó sob os mais diversos aspectos. A ponte rodo-ferroviária Presidente Costa e Silva é o elo de ligação entre os dois núcleos populacionais, possibilitando o intercâmbio diário entre ambos, uma vez que a população desse Distrito encontra nesta parte urbana da cidade, os recursos básicos essenciais para sua sobrevivência tais como: trabalho, assistência médica-hospitalar, educacional e aquisição dos bens de consumo.

N.E.—Esta amostragem é o resultado dos dados obti-

dos através dos questionários aplicados pela turma do Curso de Geografia (ciclo profissionalizante — 2.º período).

Alunos Responsáveis pela compilação geral do trabalho

Jaci Silva Fonseca
José Carlos Borges
Francisca Romana de Medeiros
Maria Luzimar Marinho Emericiano
Maria Selma Dantas Soares
Miriam Lúcia Nobre Sobral

Revisão e Elaboração dos Gráficos

Maria Luzimar Marinho Emericiano
Miriam Lúcia Nobre Sobral

Coordenação Geral da Professora Dagmar Barbalho de Azevedo

BIBLIOGRAFIA

- Cascudo, Luís da Câmara — "História do Rio Grande do Norte".
Cascudo, Luís da Câmara — "Nomes da Terra".
Melo, João Alves de — "Natureza e História do Rio Grande do Norte" — PP. 95/97 e 101/104 — Edição 1969.
"Sinopse Preliminar do Censo Demográfico" — IBGE 1970.

Bert Hinkler e o Atlântico Sul

Tarcísio Medeiros

Em — “Natal, ninho de ases de todas as bandeiras” (Revista do I. C. H. — RN. Vol. 3) e em “Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte” (Imprensa Universitária — Natal — fev. 1973 — pags. 160-168), demonstrei que o desenvolvimento aviatório mundial, no período de 1922-37, havia colocado Natal em evidência devido sua posição geográfica situada no corredor do Atlântico sul, apenas 1.890 milhas da costa da África. A transposição dessa faixa d’água e céu constituiu o desafio para os aviadores do tempo vindos da Europa, no sentido leste-oeste para as costas do Rio Grande do Norte. Voltar, na rota oeste-leste, ou Rio Grande do Norte-África, com os ventos soprando rijo no nariz do avião, fazendo consumir pelo esforço mais combustível, complicava a conclusão do “raid” sobretudo na passagem do “Pot-ou-Noir”, já bem próxima d’África.

Jean Mermoz, com Gimiè e Debray, todos de Latecoère, Companhia francesa de aviação primeira a se estabelecer no Estado por intermédio de Paul Vachet, fundador de Parnamirim, tentaram conquistar essa perigosa rota no Latè-28 decolando da Lagoa do Bonfim, em 8 de junho de 1930. Infelizes, quase perdendo as vidas, eles caíram no “Pot-ou-Noir”, em pleno mar. Resgatados, voltaram a Natal. Mermoz não desanimou. E como gostava de dizer, jogando bilhar no bar “Cova da Onça”: — “Je vaincrai”... conseguiu, enfim, vencer. O pulo Natal-África foi efetuado **em junho de 1933** pilotando ele o trimotor “Arc-en-Ciel”. Os jornais da Europa, sobretudo de França, proclamaram a proeza e saudaram o construtor do avião e a tripulação como os pioneiros da travessia atlântica nos dois sentidos.

Por mim, naqueles trabalhos mencionados, depois de apurar e confirmar os fatos, dei a Mermoz também a primazia da con-

quista. Hoje reformo o que disse, porque de etapa em etapa, da pesquisa paciente em documentos e colhida da tradição oral, cheguei a irrefutável verdade que o legítimo herói do feito, executado antes de Mermoz, e por nenhum outro, foi o australiano **Bert Hinkler** acompanhado, apenas, de um sagüim brasileiro.

* * *

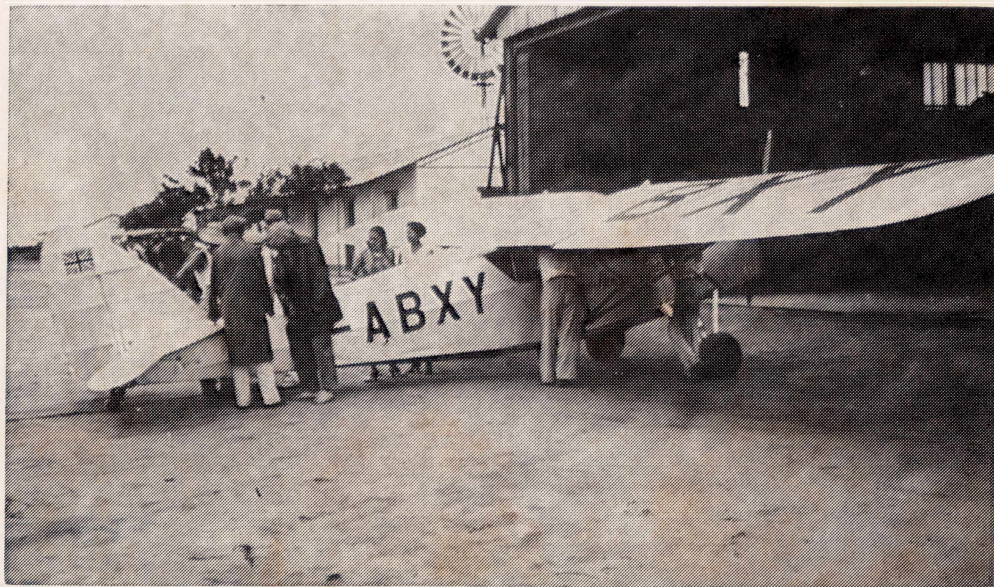
Bert Hinkler, natural da Austrália, então Estado membro da Comunidade das Nações Britânicas, começou a surgir na história da aviação quando pela Inglaterra em 1925, em Baltimore (EE.UU.), pilotando um Gloster-Napier III, ganhou o segundo lugar na competição pelo “Trofeu Scheider” o mais cobiçado prêmio aviatório do tempo avaliado em mil libras esterlinas, instituído pelo magnata francês Jacques Scheider que veio a falecer na miséria, em fins de 1944, sobre os escombros de suas fábricas de armas, após várias incursões dos bombardeios Lacaster da RAF, na triste França ocupada pelos alemães (Spitfire — Jonh Vader — Editôra Renes).

Hinkler, depois disso, passou à vida simples, excêntrica e perigosa do aviador de provas, quase sempre solidário para tomar suas próprias decisões. Daí o seu gesto arrebatado e de fria coragem percorrendo a rota e distância virgens no vôo direto entre a Austrália e a Inglaterra, que o consagrou na história da aviação, em 1930. Porém não ficaria nisso. O perigo, o impossível e o imponderável, o atraía. E então...

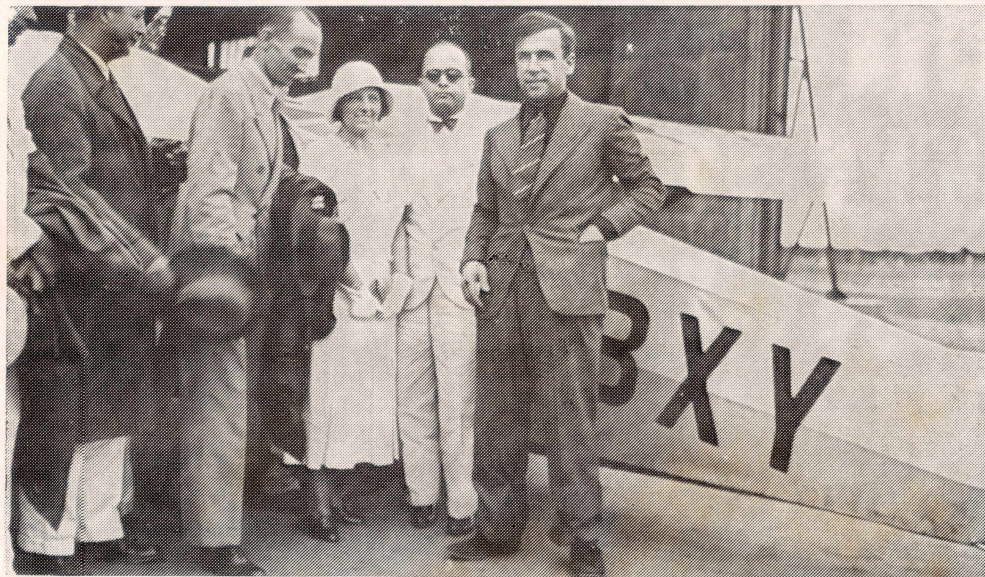
* * *

... Então, inopinadamente, pelas 16,30 de **23 de novembro de 1931**, aterrissa em Parnamirim um monoplane pequenino e branco de fabricação PRUSS MOTH, com motor GIPSY de 120 HP, pintada no leme a bandeira com as cores do Domínio Britânico ultramarino e, na fuzelagem, o prefixo G-ABXY. O Gerente da CGA em Parnamirim, Mr. Adam, surpreso com aquela visita inesperada, mais assombrado ficou ao verificar, após “taxiar” o pequenino avião para o angar, dele saltar o seu único piloto, homem de estatura mediana, cabelos negros, vestindo terno completo de casimira cinzenta, camisa escura, gravata vermelha de listas claras, trazendo ao ombro um sagüim inquieto e de olhinhos espantados. Era Bert Hinkler.

Hinkler, imediatamente conduzido à presença do vice-cônsul inglês em Natal, Mr. Eric Gordon ficou hospedado em sua casa no alto da então Avenida Atlântica, hoje Getúlio Vargas, em Petrópolis.



O pequeno monoplano de Berth Hinkler no angar da Latê em
Parnamirim — 23.11.1931



Hinkler, os Gordons e representantes da Latê antes da decolagem para a grande travessia atlântica, em 25.11.1931

Contemplando o vasto oceano em frente do terraço da mansão, contou sua história, pedindo reserva, se possível, silêncio, na presença da bela esposa do hospedeiro, Dona Nancy: —

: — Partira do Canadá no dia 13 de abril para Nova York, com o intuito de percorrer as Américas sob o patrocínio da Companhia Wakefield, procurando testar o novo tipo de motor do monoplane. De Nova York, fez o “raid” de 18 horas até a Jamaica. Depois Fortaleza, onde ficou preso pela falta da documentação necessária ao ingresso no país. Dias depois, identificado, foi liberado. Nesse ínterim, conheceu e comprou um sagüim cearense, afeição mútua, para companheiro inseparável, espécie de talismã, sem o qual passou a temer o destino adverso. —

No dia 24, já refeito das cancelas, atraído pelo salto atlântico Natal-África ainda não conseguido por outro, temendo mais novas complicações diplomáticas, resolveu vencê-lo. Não continuaria para o Rio de Janeiro. Agora seria mais um desafio ao destino com o seu “mico”, embora Gordon e esposa tentassem demonstrá-lo da loucura. Em Parnamirim, durante o resto do dia 24 fez a revisão e testou o aparelho com os mecânicos da Latê; conseguiu óleo e gasolina, e, com Mr. Adam, traçou o plano de vôo, ficando combinado que os “Avisos” da C.G.A. que semanalmente partiam de Natal para Dakar, lhe dariam cobertura sobre o Atlântico radiografando a sua posição, até Bathurst, possessão inglesa na Gâmbia.

Na manhã de 25, chegou de automóvel em Parnamirim, vestindo o mesmo uniforme de casimira escura, portando pacotes de provisões e água engarrafada preparadas por D. Nancy. Com as próprias mãos girou a hélice, pondo o motor em movimento para esquentar. Voltou, apertou as mãos dos Gordons e de Mr. Adam, colocou o sagüim no ombro e entrou na “nacelle”. Deu partida para a cabeceira da pista de barro, embicou para o nascente o nariz do aviãozinho, acenou de passagem um último adeus e decolou sereno para o céu, com o mico pulando espantado na cabine com o ronco do motor. Eram dez horas de esplendorosa manhã de sol.

* * *

Depois, a expectativa angustiante dos que aqui ficaram a par da sua louca aventura, ouvidos colados ao rádio às más notícias atmosféricas do Atlântico sul, e se a gasolina para 24 horas a 100 milhas horárias dariam para Hinkler chegar em Bathurst. Os radiogramas constantes de Parnamirim captados, alertaram Londres, Paris, Roma, Rio de Janeiro, o resto dos cinco Continentes, porque

Hinkler decolara apenas com uma bússola, sem levar sextante, contágiro, ou outros instrumentos rudimentares usados então na orientação de vôos, e mais um pequeno salva-vida de cortiça e borracha e o macaquinho brasileiro a bordo.

E o inesperado, o incrível, aconteceu para orgulho de muitos e decepção dos franceses da LATÊ que desejavam vencer o desafio para si e seus aviões. Bert Hinkler com 22 horas de vôo alcançou Bathurst, 50 quilômetros de Dakar, conforme notícias chegadas a Natal tão somente no dia 28 de novembro, e que depois, reabastecido, seguiu viagem para São Luís do Senegal, Port-Etienne, Casablanca, Barcelona, finalmente Londres, impertubável, com aquele constante riso matreiro no canto da boca, olhos brilhando de satisfação íntima, de orgulho.

O seu feito foi lenda narrada nos jornais das grandes capitais do mundo. Excessão única foi a de Natal que, nem sequer, registrou sua passagem na cidade e as peripécias do seu "raid", porque também Bert Hinkler fugiu ao contato da imprensa local, preferindo sempre o anonimato.

Entretanto houve uma excessão. Ante tamanha repercussão, — "A REPÚBLICA", domingo 6 de dezembro de 1931 (Ano XLIII — N.º 332), publicou o editorial — **"UM VERDADEIRO HEROI DO AR"**, sub-título (O aviador Hinkler, conseguiu realizar a primeira travessia aérea do Atlântico de Leste para Oeste), confirmando o fato histórico aqui narrado que antecedeu ao feito de Jean Mermoz, como se nota da transcrição ora feita com a ortografia do tempo: —

: — "O aviador australiano Hinkler que partira há dias desta capital para Dakar, venceu brilhantemente a travessia atlantica, pilotando sosinho um pequeno aparelho de sua propriedade".

"Por mais que já se tenha embotado a curiosidade publica em face de provas aereas dessa nturezza, a que agora realizou Hinkler não pode passar sem um registro especial, porque se o Atlântico Sul tem sido atravessado, varias vezes, com sucesso de Leste para Oeste, é esta a primeira que o é em sentido contrario do Brasil para a Africa. Empreendimento muito mais dificil devido as fortes correntes aereas que têm de ser vencidas, esteve a pique de realiza-lo integralmente, há mais de um ano, o intrepido aviador MERMOZ, da Aeropostale, que, por uma lamentavel falta de "Chance" foi forçado a aquatisar quando lhe faltava pouco mais duma centena de quilometros para alcançar o litoral africano".

“Foi essa “Chance” que não faltou ao aviador australiano e veio por em relace a sua competencia tecnica, a sua bravura e sobretudo a modestia com que se abalançou à arrojada prova, para vencela com tão singular galhardia, redourando as suas credenciais do vitorioso vôo entre a Australia e a Inglaterra”.

* * *

Bert Hinkler, depois disso, continuou arriscando sua vida em outras aventuras, tentando novos “records”, sempre levando consigo em seu avião o sagüim, companheiro de boa sorte, até que um dia, em 28 de abril de 1934, nas montanhas da Toscana, foi encontrado morto junto do seu avião espatifado. Surpreendentemente, desta única vez, o “mico” brasileiro não estava com ele. Sem o seu amuleto a sorte lhe faltou. —



Trabalhos gráficos executados pela Imprensa Universitária do Rio Grande do Norte, sendo Reitor da Universidade o Professor Genário Alves Fonseca e Diretor da Imprensa o Professor Geraldo Batista de Araújo. Terminou-se de imprimir em outubro de 1973.

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

Reg: 5787

nº4 / v.